

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

JANAINNA EDWIGES DE OLIVEIRA PEREIRA

**SIGNIFICADOS DA SOLIDARIEDADE NA BODEGA NORDESTE VIVO E
SOLIDÁRIO, NO CEARÁ**

JOÃO PESSOA / RIO TINTO
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

JANAINNA EDWIGES DE OLIVEIRA PEREIRA

**SIGNIFICADOS DA SOLIDARIEDADE NA BODEGA NORDESTE VIVO E
SOLIDÁRIO, NO CEARÁ**

Dissertação submetida pela mestrandia Janainna Edwiges de Oliveira Pereira à banca examinadora como requisito para obtenção do título de Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Alícia Ferreira Gonçalves.

JOÃO PESSOA / RIO TINTO
2017

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P436s Pereira, Janainna Edwiges de Oliveira.

Significados da solidariedade na Bodega Nordeste Vivo e Solidário, no Ceará / Janainna Edwiges de Oliveira Pereira. - João Pessoa, 2018.

111 f. : il.

Orientação: Alícia Ferreira Gonçalves.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA-CCAE.

1. Economia solidária. 2. Rede Bodega - Ceará. 3. Representações sociais. I. Gonçalves, Alícia Ferreira. II. Título.

UFPB/BC



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCA/E)
Centro de Ciências Humanas Letras E Artes (CCHLA)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia



JANAINNA EDWIGES DE OLIVEIRA PEREIRA

“Significados da solidariedade na Bodega Nordeste Vivo e Solidário, no Ceará”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba.

Resultado: Aprovada

Em: 30 de Agosto de 2017.

Banca examinadora

Alicia Ferreira Gonçalves

Profa. Dra. Alicia Ferreira Gonçalves
(orientadora)
PPGA/UEPB

Maristela Oliveira de Andrade

Profa. Dra. Maristela Oliveira de Andrade
(Examinadora Interna)
PPGA/UEPB

Loreley Gomes Garcia
Profa. Dra. Loreley Gomes Garcia
(Examinadora Externa)
UEPB

Janainna Edwiges de Oliveira Pereira
Janainna Edwiges de Oliveira Pereira
(mestranda)

À Maria Luiza de Oliveira e Raimunda Lúcia de Oliveira Correia

In memoriam

AGRADECIMENTOS

Diante das inúmeras pessoas que eu preciso agradecer aqui, não por formalidade, mas por profunda necessidade de enaltecê-los, começo pelos meus pais. Sem conseguir mensurar a importância deles na minha vida pessoal e acadêmica, agradeço por possibilitarem a minha formação em Antropologia na UFPB. Por todo o apoio que vocês me dedicam e pela cumplicidade e força, especialmente nesse último ano, minha eterna admiração e respeito.

Aos meus irmãos Linainna e Ewerton, gratidão pela parceria e pela família que criamos e recriamos.

Agradeço aos amigos da Prainha do Canto Verde, em especial a Marly, Aila, Fernanda, Maria e a Andréa de Aracati, pela disposição e receptividade, possibilitando a concretização deste trabalho. À Dona Mirtis pelo acolhimento e simpatia, ao João e Jaila pela receptividade, ao Mauro, pela amizade, a Luzia, pela parceria e a todos que eu tive o prazer de conhecer nas minhas visitas à Prainha.

Agradeço aos amigos da turma de mestrado em Antropologia de 2015: Marina Blank, Marianna Queiroz, Zeca Bispo, Everton Silva, Eduardo Donato e em especial a Ruanna Gonçalves, Juliana Crelier, George Ardilles, Patrícia Assad, Isaac Ferreira, Diego Alano e Ana Valéria Salza, cada um da sua forma, vocês fizeram o meu ano em João Pessoa mais prazeroso. Para além do título, vocês foram o que o mestrado me trouxe de melhor.

Aos amigos que me acolheram em João Pessoa, Thaynara e Alberis, obrigada pela recepção. Ao Daniel Oliveira, parceiro de apartamento e que me ajudou de diversas formas nesse período, muito obrigada!

As amigas e aos amigos de longas datas, que me deram força de longe e, não satisfeitos, foram me visitar, me proporcionando melhores dias em Jampa: Athaysi, Felipe, Mayara, Sheiliane, Talyta, Marília e Camila (e os respectivos), Pedro, Gustavo, Lígia, Danilo (também pelo mapa), meus sinceros e constantes agradecimentos. Ao Dyhego e à Joesle que mesmo longe sempre estão tão perto: obrigada!

Ao Marcos Levi, que dificilmente saberei expressar o tamanho da minha gratidão pela sua generosidade, me ajudando de forma essencial nos últimos meses de campo e escrita. Por muito pouco não cabe a ele a co-autoria dessa dissertação. Meus sinceros agradecimentos.

Aos professores e amigos da UFC: Simone Simões, Lea Carvalho, Alcides Gussi, Breno Taveira, Jean dos Anjos, Lorena Aragão e, em especial, George Paulino, que esteve sempre à disposição para me ajudar desde o projeto até a dissertação. Sou grata por todos esses anos de aprendizado com vocês, na academia e fora dela. Sigamos juntos, sem temer!

Agradeço ao PPGA/UFPB e seus docentes e discentes que participaram da minha formação, e em especial a Professora Alexandra Barbosa pela amizade e cuidado. Ao Adriano de León, que generosamente permitiu que eu realizasse o estágio docência em suas aulas.

Por fim, agradeço a orientação da Professora Alicia Gonçalves e as contribuições das Professoras Loreley Garcia e Maristela Andrade.

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a Economia Solidária e a Bodega Nordeste Vivo e Solidário como experiência empírica a ser analisada, um empreendimento produtivo solidário que faz parte da Rede Bodega, uma rede de economia solidária do estado do Ceará, que agrega artesãs e artesãos, agricultoras e agricultores de cinco grupos situados em diferentes municípios. Pretendo interpretar os significados atribuídos por três mulheres de tal empreendimento à noção de solidariedade e às relações existentes entre os grupos que o integram, assim como suas vivências práticas neste empreendimento solidário. Para isto, elejo como foco empírico dois grupos da Prainha do Canto Verde que integram a unidade sediada no município de Aracati, a Bodega Nordeste Vivo e Solidário, que é formada por 54 grupos que trabalham com agricultura familiar, artesanato, serviços alimentícios e de hospedagem. Em vídeos divulgados pela Rede Bodega, assim como em seu discurso institucional, a solidariedade é enfatizada como ponto fundamental ao fortalecimento dos grupos e à realização de uma economia baseada em princípios de solidariedade, em oposição a uma economia de mercado, que visa o lucro e se baseia em grande parte em relações sociais de exploração. Desta forma, buscarei compreender as representações de alguns de seus membros sobre os elementos e símbolos que os unem para que trabalhem e se identifiquem como integrantes de um mesmo projeto, a Rede Bodega, que tem como um de seus principais pilares a solidariedade. Metodologicamente opto por uma abordagem etnográfica em que me pauto por uma pesquisa com procedimentos qualitativos de coleta dos dados, com ênfase na pesquisa de campo, na observação e nas entrevistas abertas, com foco prioritário na compreensão das narrativas de vida de três integrantes da Bodega Nordeste Vivo e Solidário.

Palavras-chave: economia solidária, solidariedade, reciprocidade, histórias de vida.

ABSTRACT

The present work has as its theme the Solidary Economy and the Bodega Nordeste Vivo e Solidário as an empirical experiment to be analyzed, a solidarity productive enterprise that is part of the Rede Bodega, a solidary economy network of the state of Ceará, which brings artisans and craftsmen, farmers from five groups located in different municipalities. I intend to interpret the meanings attributed by three women of such an undertaking to the notion of solidarity and to the relations existing between the groups that integrate it, as well as their practical experiences in this solidarity enterprise. For this, I chose as an empirical focus two groups of Prainha do Canto Verde that integrate the unit based in the municipality of Aracati, Bodega Nordeste Vivo e Solidário, which is formed by 54 groups that work with family agriculture, handicrafts, food services and lodging. In videos published by the Rede Bodega, as well as in its institutional discourse, solidarity is emphasized as a fundamental point for strengthening groups and for the realization of an economy based on principles of solidarity, as opposed to a market economy, aimed at profit and largely based on social relations of exploitation. In this way, I will try to understand the representations of some of its members about the elements and symbols that unite them so that they work and identify themselves as members of the same project, the Rede Bodega, which has as one of its main pillars solidarity. Methodologically, I opt for an ethnographic approach in which I conduct a research with qualitative data collection procedures, with emphasis on field research, observation and open interviews, with a priority focus on understanding the life narratives of three members of Bodega Nordeste Vivo e Solidário.

Keywords: solidarity economy, solidarity, reciprocity, life stories.

LISTA DE SIGLAS

ACCMV – Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida
ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário
ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior
ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão
AMA – Associação das Mulheres em Ação
ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro
BNB – Banco do Nordeste
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
BNVS – Bodega Nordeste Vivo e Solidário
CEB – Comunidades Eclesiais de Base
CEBI – Centro de Estudo Bíblico
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária
COFECON – Conselho Federal de Economia
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EAF – Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento
EES – Empreendimentos Econômicos Solidários
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ETENE – Escritório Técnico de Estudos Econômicos
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FBSAN – Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
FRS – Fundo Rotativo Solidário
FSM – Fórum Social Mundial
Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PACS – Projetos Alternativos Comunitários da Cáritas

PAPPS – Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários

PMAS – Planejamento Monitoração, Avaliação e Sistematização

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda

Pronasol – Programa Nacional de Solidariedade

PT – Partido dos Trabalhadores

Resex – Reserva Extrativista

Senaes – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

SINE – Sistema Nacional de Emprego

SMF – Mutirão Nacional para Superação da Miséria e da Fome

SMIC – Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio

UFC – Universidade Federal do Ceará

Unitrabalho – Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E NO CEARÁ – CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO	23
1.1 Economia Solidária e seu contexto geral	23
1.2 Economia Solidária e o seu contexto brasileiro.....	26
1.3 Economia Solidária no estado do Ceará.....	34
2 A REDE BODEGA NO CEARÁ.....	40
2.1 A Bodega Nordeste Vivo e Solidário e a Rede Bodega.....	40
2.2 A Prainha do Canto Verde e os grupos produtivos.....	47
3 SIGNIFICADOS DA SOLIDARIEDADE POR MEIO DE ESTÓRIAS DE VIDA.....	57
3.1 A estória de vida de Aila	58
3.2 A estória de vida de Fernanda.....	66
3.3 A estória de vida de Marly.....	71
3.4 O encontro das estórias	78
3.4.1 O trabalho em grupo e as teias de reciprocidade	78
3.4.2 A solidariedade na perspectiva de três mulheres	84
3.4.3 Mulheres e a economia solidária	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98
ANEXOS	102

INTRODUÇÃO

Apresentação

A presente dissertação tem como tema a economia solidária. Volta-se, mais especificamente, ao estudo da experiência da Rede Bodega¹, uma rede de economia solidária do estado do Ceará gerida por artesãs, artesãos, pequenos agricultores e pequenas agricultoras associados a grupos produtivos de cinco empreendimentos solidários localizados em diferentes municípios do estado, assim como por entidades parceiras, como a Cáritas Regional Ceará. Com o intuito de interpretar os significados atribuídos pelos participantes de tal Rede à noção de solidariedade e as relações existentes entre os grupos que a integram, elejo como foco empírico dois grupos de artesãs da Prainha do Canto Verde, as quais integram a unidade sediada no município de Aracati, a Bodega Nordeste Vivo e Solidário (BNVS), formada por uma média de 50 grupos que trabalham com agricultura familiar e artesanato.

Em vídeos divulgados pela Rede Bodega², assim como em seu discurso institucional, a solidariedade é enfatizada como ponto fundamental ao fortalecimento dos grupos e à realização de uma economia solidária, em oposição a uma economia de mercado, que visa o lucro e, em grande parte, baseia-se em relações sociais de exploração. Desta forma, buscarei compreender as representações dos seus membros sobre os elementos e símbolos que os unem para que trabalhem e se identifiquem como integrantes de um mesmo projeto, a Rede Bodega, que tem a solidariedade como um de seus principais pilares.

O ponto de partida desta pesquisa foi a minha inserção, dentro do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-UFC), em um projeto de pesquisa acerca da temática de microfinanças³, no ano de 2011. A partir de pesquisas e estudos

¹ A Rede, ao se denominar Bodega, traz uma ressignificação das práticas comunitárias das bodegas do Nordeste, as quais, em seus primórdios (e ainda em algumas localidades, atualmente), eram regidas pelos princípios da troca, do intercâmbio e da reciprocidade, além de serem lugares de comercialização onde se encontravam diversos artigos disponíveis para venda.

² Rede Bodega: uma outra economia é possível. Trecho do documentário *Doc. Sertão – Imagens do semiárido*, dirigido por Ivo Sousa para a Cáritas Brasileira – Regional Ceará. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-oAwEwiAV6w>>. Acesso em: 2 set. 2014.

³ Projeto de Pesquisa “Cultura, Desenvolvimento Regional e Avaliação de Políticas Públicas: Trajetória Institucional do Programa de Crédito e Geração de Renda (Crediamigo) do BNB - Banco do Nordeste”, coordenado pelo Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi. Sob a orientação deste, continuamos a pesquisa aprofundando na temática das microfinanças e das políticas de geração de renda e emprego a partir do

relacionados a políticas públicas de geração de renda por parte do grupo de pesquisa e tomando como referência a dissertação de Almeida (2012) — a qual foi produto do desenvolvimento desta pesquisa e geradora dos dados utilizados na aproximação ao campo — sobre a avaliação dos impactos do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS) na experiência da Associação das Mulheres em Ação (AMA), que também faz parte da Rede Bodega, dei prosseguimento à pesquisa, buscando aprofundar as interpretações das associadas acerca da economia solidária e do trabalho que exercem, o que gerou a produção de uma monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais⁴.

Com o intuito de dar continuidade ao estudo da Rede Bodega, proponho-me a expandir meu campo de pesquisa e conhecer outro empreendimento produtivo solidário dessa Rede, a Bodega Nordeste Vivo e Solidário, como já exposto, que compreende grupos do litoral leste do estado do Ceará e da região do Baixo e Médio Jaguaribe. Em contraste com o grupo outrora estudado, a Budegama — a bodega da AMA —, formada por apenas um grupo com seis mulheres da periferia da cidade de Fortaleza, a BNVS tem a singularidade de possuir em torno de 50 grupos produtivos espalhados por um extenso território. Tratando-se de uma realidade diferente da Budegama, já que possui um número grande de grupos associados que estão geograficamente distantes, observar a Bodega Nordeste Vivo e Solidário faz com que emergam algumas questões sobre a Rede Bodega. Entre as questões, resalto: o que há em comum entre os grupos e as Bodegas para que formem uma rede? A participação em tal rede cria uma identidade social entre seus integrantes? Quais são as concepções de solidariedade que se elucidam por meio das narrativas?

Diante do número extenso de grupos da BNVS, optei por dois específicos, sediados na Prainha do Canto Verde⁵, localizada no município de Beberibe e que fica aproximadamente a 110 km de Fortaleza. A escolha se deu por alguns motivos: o primeiro foi a proximidade da capital, local onde resido. O segundo foi a possibilidade de retornar a um campo semelhante ao que iniciei meus estudos antropológicos, em

Projeto de Pesquisa “Políticas Públicas de Geração de Renda e Desenvolvimento: Avaliação dos Impactos do Microcrédito em Fortaleza”.

⁴ Monografia defendida em dezembro de 2014 no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC), intitulada *A experiência de um empreendimento solidário de mulheres de Fortaleza, em narrativas biográficas*, sob orientação da Prof^a. Dra. Lea Carvalho Rodrigues e coorientação do Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi.

⁵ Ou Prainha, como os moradores se referem costumeiramente à localidade.

meados de 2010, quando participei de um grupo de pesquisa como bolsista voluntária e que tinha como foco o estudo dos impactos do turismo em populações costeiras⁶. Na ocasião voltei meu olhar para as mulheres da localidade em questão, que era Bitupitá, uma praia localizada no extremo-oeste do Ceará, e a relação delas com o trabalho, já que na época a localidade tinha uma forte relação com a pesca, atividade majoritariamente masculina naquele local.

Após algum tempo afastada da zona litorânea, volto a ela e também ao diálogo com mulheres, que na verdade venho mantendo desde a referida pesquisa de 2010. Ao iniciar o estudo sobre economia solidária, deparei-me com o significativo número de associadas fazendo parte de empreendimentos produtivos solidários. Não obstante a Budegama ser composta apenas por mulheres, nos outros grupos da Rede Bodega, a parcela majoritária também é delas. Esse fato me estimulou a continuar dialogando com mulheres, dando prosseguimento também no que se refere à relação delas com o trabalho, este sendo também realizado dentro de grupos produtivos que têm os princípios da Economia Solidária como base.

Meus primeiros contatos com o trabalho da BNVS, ou a Bodega de Aracati⁷ — como os integrantes da Rede normalmente a chamam no dia a dia e em ambientes mais informais — deram-se em Fortaleza, por meio de reuniões da Rede e feiras promovidas por esta. Em abril de 2013, participei de uma reunião em que representantes de todas as Bodegas estavam presentes, assim como representantes da Cáritas Regional Ceará, os quais assessoram o grupo. Na referida reunião, tive a oportunidade de conhecer outros integrantes da Rede, além de compreender mais o trabalho realizado por cada grupo, os produtos comercializados e as dificuldades enfrentadas no cotidiano.

Relendo diários de campo desta época, reporto-me a algo que tinha me chamado atenção nesta reunião, que foi o alerta da representante da Bodega de Aracati para o conflito de terras na Prainha do Canto Verde — conflito que já se arrastava há alguns anos e ela divulgava uma petição pública de apoio à causa⁸.

⁶ Projeto de Pesquisa “Antropologia e Políticas Públicas. Incentivo ao Turismo no Extremo-Oeste da Costa Cearense e Impactos sobre Populações Locais”, coordenado pela Prof.^a Dra. Lea Carvalho Rodrigues.

⁷ Não apenas a BNVS é comumente chamada de Bodega de Aracati. Todas as outras também são, geralmente, referidas pelo nome da cidade sede do grupo, onde há a loja física. Desta forma, são denominadas de Bodega de Fortaleza, Bodega de Sobral, Bodega de Viçosa e Bodega de Maranguape.

⁸ O título da petição é: “Abaixo-assinado: nota de apoio e esclarecimentos sobre a Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde/CE”. Disponível em: <<http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=P2013N39067>>. Acesso em: 6 out. 2016.

Ainda em 2013, em um evento de lançamento de uma coleção de roupas produzidas pela AMA, tive a oportunidade de conhecer os produtos de todas as Bodegas. No diário de campo de 12 de dezembro de 2013, resalto a variedade e a criatividade dos produtos da Bodega de Aracati, assim como o cuidado nos acabamentos destes, sendo muito bem-feitos. Após esse evento, fui ter contato novamente com integrantes da BNVS em setembro de 2014, quando decidi conhecer a experiência deles pessoalmente, com o intuito de escrever o projeto para o mestrado.

Nessa ocasião, conversei com Andréa, que é artesã e participa do conselho gestor da Bodega, e ela me deu um panorama geral desse empreendimento produtivo solidário: como surgiu, como funciona, as dificuldades e perspectivas futuras. Ao pesquisar sobre a Rede Bodega, quando iniciei meus estudos acerca da economia solidária, obtive a informação de que havia uma loja da Rede na Prainha do Canto Verde, porém, nesta conversa com Andréa, soube que, por falta de recursos, a loja tinha fechado, mas que ainda havia grupos produtivos na localidade.

Em minha segunda visita à Bodega de Aracati, em junho de 2016, Andréa me confirmou que ainda havia grupos na Prainha, de forma que decidi conhecê-los para saber da possibilidade de realizar pesquisa junto a eles e, assim, compreender como são construídas as percepções de solidariedade por alguns de seus integrantes, que, no caso específico dessa pesquisa, é prioritariamente a percepção de três mulheres integrantes de dois grupos da Prainha do Canto Verde, o Arte Canto e o Arte Manual. Realizei a pesquisa entre junho de 2016 e abril de 2017, indo a campo em cinco momentos distintos.

Aspectos teórico-metodológicos

De acordo com Paul Singer (2002), o capitalismo produz cada vez mais desigualdades, criando uma verdadeira polarização entre ganhadores e perdedores. O autor aponta que a competição na economia capitalista acaba gerando diversos efeitos sociais, que produzem sociedades profundamente desiguais. Segundo o autor — que é economista e no Brasil é uma figura central nos estudos da economia solidária, participando ativamente de seu processo de institucionalização —, para que se possa existir uma sociedade em que a igualdade predomine entre seus membros é necessária a existência de uma economia solidária, no lugar de uma economia competitiva como a

capitalista. Ou seja, o princípio entre os participantes deve ser a cooperação, em detrimento da competição.

O autor aponta que a desigualdade, assim como a competição generalizada, não são fenômenos naturais, e se originam da forma a partir da qual se organizam as atividades econômicas. Fazendo um contraponto entre o modo de produção capitalista e a economia solidária, que se propõe a ser uma outra forma de organizar a produção, o autor aponta que o primeiro tem como alguns de seus princípios o direito à propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual, os quais, aliados, dividem a sociedade em duas classes básicas: a classe possuidora do capital e a classe que precisa vender sua força de trabalho à outra classe. O segundo modo de produção, por sua vez, tem como princípios básicos a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Neste caso, os trabalhadores são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica, resultando em uma sociedade mais solidária e igualitária.

Singer defende que, para que essa forma de organização das atividades econômicas se reproduza, devem existir mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda, pois

[...] mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, sempre haveria necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável (2002, p.11).

De acordo com Singer (2002), alguns dos fundamentos da economia solidária são as retiradas, ao invés de salário, e elas variam de acordo com a receita obtida. Além disso, decide-se coletivamente, em assembleia, se tais retiradas serão iguais ou diferenciadas, desde que, ao serem diferenciadas, possuam disparidades menores do que as discrepâncias entre os salários nas empresas capitalistas.

Outro fundamento é a autogestão, sendo a empresa solidária administrada democraticamente, ao invés de hierarquicamente. Para isso, todos os integrantes devem ter informação do que ocorre na empresa e participar das decisões para resolução de problemas. Desta forma, Singer (2002) observa que a autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores, que devem, além de cumprir suas tarefas, se preocupar com os problemas gerais da empresa. O autor aponta que o maior inimigo da autogestão é o

desinteresse dos integrantes e a recusa por esse esforço adicional, de forma que é mais viável a autogestão se realizar de forma autêntica quanto mais integrantes forem militantes sindicais, políticos e religiosos.

Consoante Singer (2002), o mérito principal do exercício da autogestão não é a eficiência financeira, mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Segundo o autor, “participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária” (p. 21).

De acordo com Isabelle Guérin (2005), o conceito de economia solidária surgiu “para designar as práticas que contribuem para rearticular o econômico às outras esferas da sociedade, na perspectiva de uma sociedade mais democrática e igualitária” (p. 79). Marcel Mauss (1974), em seu *Ensaio sobre a dádiva*, afirma que, nas sociedades primitivas, existe uma economia que se baseia na moral; uma economia da dádiva que, apoiada no trinômio da-receber-retribuir, ultrapassa os limites da esfera econômica, englobando as diversas instituições da sociedade (religiosas, jurídicas, morais), assim como seus sentimentos, suas regras, sua organização. De forma que a dádiva configura-se como um fenômeno social total, onde todas essas instituições exprimem-se ao mesmo tempo e de uma só vez.

Nas sociedades primitivas estudadas por Mauss, as trocas não eram apenas de objetos economicamente úteis; o que se trocava era possuidor de virtude, de espírito. Desta forma, por não serem as coisas inertes, cria-se a obrigação entre as partes, ou seja, o contrato. Mauss aponta que “não são indivíduos, e sim coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam; as pessoas presentes ao contrato são pessoas morais – clãs, tribos, famílias” (1974, p. 44). O autor observa que as prestações e contraprestações são feitas de forma voluntária, embora sejam rigorosamente obrigatórias, sob pena de guerra privada ou pública. O autor chama esse fenômeno de *sistema de prestações totais* (idem, p. 45). O sistema de prestações totais envolve dar, receber e retribuir. A reciprocidade busca, primordialmente, a formação de laços sociais. É no constante ato de trocar que se firma e reafirma o contrato, tecendo o caráter duradouro das relações.

Noelle Lechat (2004), em sua pesquisa sobre o campo da economia solidária no Brasil, sublinha duas características desta: diversidade e unicidade. A primeira se refere à heterogeneidade tanto dos agentes que participam da economia solidária como

da diversidade de empreendimentos solidários e das ideologias que compõem esse campo. Acerca da unicidade, a autora aponta que “trata-se de um fato social total⁹ incluindo aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais, filosóficos, morais” (p. 25). Na mesma perspectiva, Alícia Gonçalves (2009a) observa que o universo simbólico distinto e específico dos empreendimentos solidários “articula simultaneamente, no tempo e no espaço, várias dimensões: simbólica, política, econômica, social, geográfica, religiosa, de gênero, étnica, configurando um fato social total” (p. 18).

George Paulino (2012, p. 27), em sua pesquisa sobre economia solidária, aponta que

Não se trata, todavia, de um fenômeno centrado na esfera econômica e no mercado, visto que as experiências em curso instituem-se, também, na esfera política mobilizada pela sociedade civil, como práticas portadoras de valores culturais que se manifestam sob o signo da solidariedade, do pertencimento comunitário e da reciprocidade. Nesse sentido, em suas diversas manifestações particulares, a economia solidária configura um espaço cuja denominação melhor se define pelo termo socioeconomia solidária, pois se materializa não somente como um campo econômico, mas como uma economia política.

Como diversos autores analisam, o fenômeno da economia solidária não se limita à esfera do econômico, estando nele imbricado diversas dimensões, o que possibilita a utilização de distintas nomenclaturas para designar as atividades realizadas com os mesmos preceitos, como propõe Paulino (2012).

De acordo com esses autores, podemos perceber como, na economia solidária, as relações econômicas estão imersas nas relações sociais, de forma que, ao entrarem nesse campo, os participantes não trabalham apenas para produzir em busca de lucro; há um trabalho de formação política, de fortalecimento de valores como a solidariedade, a cooperação, a igualdade, o respeito ao próximo e a sustentabilidade, passando a compartilhar símbolos e valores comuns, o que em certa medida é demonstrado nas suas narrativas.

Neste contexto, é perceptível e se torna fundamental compreender o conceito de solidariedade, um dos valores primordiais no campo da economia solidária. Sobre tal conceito, Émile Durkheim, em sua obra *Da divisão do trabalho social*, publicada em 1893, explana acerca da existência de duas formas de solidariedade, que são responsáveis pela coesão e pela reprodução da sociedade: a solidariedade mecânica

⁹ Mauss (1974)

e a solidariedade orgânica. A primeira existe nas sociedades ditas simples, e se baseia nas similitudes, “onde o indivíduo não se diferencia como parte integrante de um todo. Todos são iguais, no sentido de quem atendem às regras estabelecidas pela crença numa consciência comum que se materializa na proximidade” (PAULINO, 2012, p. 182). A segunda existe nas sociedades complexas, que são resultado do progresso da divisão do trabalho social. À medida que o processo de individualização avança, com o aumento das diferenciações entre as consciências individuais, a coesão do corpo social se faz pela interdependência.

Segundo Paulino (2012, p. 185),

[...] embora enfatize o ambiente da sociedade industrial, onde predomina o modelo da solidariedade orgânica, o sociólogo francês não desvaloriza em sua leitura a importância da sociabilidade primária. Pelo contrário, ao conceber as pequenas unidades industriais como espaços onde o trabalho poderia ser desenvolvido com maior cooperação e harmonia, Durkheim ressalta o papel dos laços de proximidade como fundamentais para o equilíbrio da ordem social.

Paulino, ainda analisando o conceito de solidariedade de Durkheim, aponta que

[...] quando, nas sociedades complexas, a divisão do trabalho ocorre de modo equilibrado e harmônico, tal divisão caracteriza-se, portanto, como normal. Ou seja, os indivíduos agem no sentido de realizar a finalidade maior de sua existência em sociedade: a cooperação. Quando os interesses individuais de tipo egoísta sobressaem, instaura-se o risco do desequilíbrio e a divisão do trabalho pode caracterizar-se como fato anormal ou patológico (2012, p. 182).

Durkheim, em sua teorização acerca da noção de solidariedade como sinônimo de coesão social, enfatiza a ordem, o equilíbrio e a harmonia, não dando a devida importância ao conflito como categoria sociológica.

Quando falamos de economia solidária, enfatizamos conceitos como solidariedade, reciprocidade, dádiva, cooperação, e um de seus preceitos é a não hierarquização, a igualdade nas relações sociais. Entretanto, pensar em cooperação e solidariedade implica refletir sobre a horizontalidade das relações? Gonçalves (2009a) nos ajuda a compreender esta questão quando disserta acerca de experiências contemporâneas de cooperativas, e salienta como a problemática do dom é complexa: sua pesquisa em uma cooperativa de crédito rural no Ceará indica que pode existir dom

sem reciprocidade, e que o dom pode assumir diversas formas, como o patrimonialismo. Segundo a autora,

Os dados etnográficos deixam claro que a maioria dos cooperados, [...] incorporam o crédito solidário a partir de uma visão imediatista e pragmática que reflete uma visão de mundo baseada nas relações estruturais de clientelismo – o que de certa forma impede que os pequenos agricultores incorporem em suas vidas cotidianas o sentido do crédito solidário, da autogestão, do cooperativismo, da solidariedade e da reciprocidade como instrumentos de emancipação social (2009a, p. 242).

A autora enfatiza que, nesse caso empírico, as trocas, o dom, não estão ausentes, porém não há reciprocidade nem simetria entre as partes que trocam: “o dom funda uma sociabilidade, mas uma sociabilidade ancorada nas relações de afeto, de amizade, de inimizades, de intrigas, de favores, de dependência, de violência, de cumplicidade, que (re)atualizam a assimetria e a reproduzem ao longo da história” (2009a, p. 243).

Neste contexto, são fundamentais as análises de Maurice Godelier, que ao revisitar a teoria do dom de Mauss, pensando nas sociedades contemporâneas, aponta como um paradoxo da sociedade capitalista a geração cada vez maior de exclusão e desigualdade social, e indica, em suas análises, o dom como condição necessária para a reprodução social, todavia o dom não se configurará por meio de relações horizontais, e sim assimétricas.

Mas hoje, diante da ampliação dos problemas sociais e da incapacidade manifesta do mercado e do Estado de resolvê-los, o dom está em via de voltar a ser uma condição objetiva socialmente necessária, da reprodução da sociedade. Não será o dom recíproco de coisas equivalentes. Não será também o dom potlatch, pois aqueles a quem os dons serão destinados terão muita dificuldade em ‘retribuir’, que dirá em retribuir mais (2001, p. 316-317).

Expostos os principais conceitos que norteiam esta pesquisa no que tange às questões sobre os modelos de produção, a solidariedade e o dom, cabe, neste momento, enveredar nos aspectos metodológicos desta análise. Sobre estes, opto, metodologicamente, por uma abordagem etnográfica em que me pauto por uma pesquisa com procedimentos qualitativos de coleta dos dados, obtidos na realização de pesquisa de campo, na observação e nas entrevistas abertas, onde o foco se dirige à

compreensão das narrativas de vida de três integrantes da Bodega Nordeste Vivo e Solidário¹⁰.

A escolha das entrevistadas se deu por meio de indicações de outras participantes com as quais já havia mantido contato. Realizei visitas à sede da BNVS em Aracati, com o intuito de conhecer a loja e o funcionamento do empreendimento produtivo solidário de uma forma mais ampla. Em tais ocasiões, que se deram em dois períodos distintos, realizei entrevistas com Andréa, que até então era responsável pela loja¹¹. Além disso, passei alguns dias, em períodos alternados, na Prainha do Canto Verde, conversando e entrevistando três associadas da Rede, procurando conhecer um pouco de suas trajetórias e a relação delas com a economia solidária¹².

Por meio dos relatos de mulheres da BNVS, pretendo ter uma compreensão do contexto social no qual estão inseridas e suas representações acerca da economia solidária. Para tanto, dialogo com Suely Kofes (1994) quando esta se refere a “estórias de vida”¹³, considerando estas como: 1) “fontes de informação” que ultrapassam o sujeito que fala, informando sobre o contexto social; 2) “evocação” do sujeito, transmitindo sua dimensão subjetiva e interpretativa; e 3) “reflexão”, resultado da relação entre o pesquisador e o entrevistado.

Valho-me, no presente trabalho, das “estórias de vida” nos pressupostos da autora, considerando-as como relatos que se constroem com a motivação do pesquisador, implicando a sua presença como ouvinte e interlocutor; como um material restrito à situação das entrevistas, considerando o que foi narrado pelas pessoas que viveram e narraram essas estórias, sem o uso de outras fontes; e também como uma parcela da vida de tais sujeitos que diz respeito ao tema da pesquisa, não tendo como intenção as várias facetas de uma biografia (1994, p. 118). Desta forma, não tomo as

¹⁰ Roteiro de entrevistas no Anexo A.

¹¹ A primeira entrevista foi realizada em setembro de 2014; a segunda, em junho de 2016.

¹² A primeira imersão em campo foi em setembro de 2016; a segunda, em outubro de 2016; a terceira, em janeiro de 2017; a quarta, em abril de 2017.

¹³ Opto, aqui, pelo conceito de “Estórias de Vida”, grafada desta forma, como sugere Kofes (1994). A autora justifica sua escolha enfatizando que está atenta à distinção entre “estórias de vida” e “histórias de vida”, “biografia” e “autobiografia”. Segundo a autora, “Evidentemente em todos estes casos trata-se do levantamento de toda, ou de uma parcela, da vida de um indivíduo, mas em minha análise estarei me referindo a “estórias de vida” e ainda assim no sentido preciso de que se trata: 1º) de relatos motivados pelo pesquisador e implicando sua presença como ouvinte e interlocutor; 2º) de um material restrito à situação de entrevista. Isto é, estarei considerando apenas o que foi narrado ao pesquisador pelo entrevistado sem a complementação de outras fontes; 3º) daquela parcela da vida do sujeito que diz respeito ao tema da pesquisa, sem esgotar as várias facetas de uma biografia” (1994, p. 118).

estórias de vida como um gênero narrativo de ficção nem trabalho com elas com o rigor de um historiador, não sendo necessário utilizar outras fontes de pesquisa.

Pauto-me por duas noções de trajetória. Uma se refere à noção de Bourdieu, que compreende esta como “uma série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes” (BOURDIEU, 1996, p. 81). De forma que não pretendo interpretar as estórias de vida dos sujeitos considerando que a vida seja um conjunto coerente e orientado, que se desenrola seguindo uma ordem lógica, mas sim como algo que se desloca no espaço social e não está vinculada apenas a um sujeito, mas a sujeitos sociais. A outra noção de trajetória na qual me baseio parte de Kofes, que a entende como “o processo de configuração de uma experiência social singular” (2001, p. 27). Assim, considero tanto os distintos posicionamentos dos atores no contexto social como as interpretações destes acerca de tais posicionamentos, construindo suas trajetórias a partir de suas próprias representações.

Assim, analisarei as narrativas de vida dos sujeitos buscando compreender tanto o contexto social em que estes estão inseridos como as representações destes, bem como a maneira a partir da qual eles constroem suas próprias trajetórias.

Assim, este trabalho se divide da seguinte forma: no primeiro capítulo, abordo a Economia Solidária no Brasil e no estado do Ceará, apontando para as primeiras iniciativas caracterizadas como economia solidária nesses âmbitos. Utilizando estudos realizados acerca da temática, abordo a trajetória de articulação do movimento de economia solidária do país, que culmina na criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), dando início à institucionalização desta no Brasil. Busco, também, fazer um apanhado acerca da trajetória das políticas públicas relacionadas à economia solidária, focando na atual conjuntura do país. No Ceará, salientando a experiência internacionalmente conhecida do Banco Palmas e seu poder de articulação nas redes brasileira e cearense de bancos comunitários.

No segundo capítulo, apresento um panorama geral da Rede Bodega, com suas características e forma de funcionamento, enfatizando, mais especificamente, a Bodega Nordeste Vivo e Solidário, com o intuito de que possamos entender as peculiaridades desse empreendimento produtivo solidário. Em seguida, apresento os grupos da Prainha do Canto Verde com os quais realizei entrevistas com as associadas.

No terceiro capítulo, apresento as experiências de três associadas da Bodega Nordeste Vivo e Solidário, buscando interpretar, por meio de suas narrativas de vida, os significados que elas atribuem à noção de solidariedade, termo primordial na economia solidária, conforme mencionado anteriormente. Desta forma, apresento as três histórias de vida e, logo após, faço uma análise destas.

CAPÍTULO I

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E NO CEARÁ – CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO

Neste capítulo faço uma revisão da literatura sobre o tema da economia solidária no Brasil e no Ceará. Desta forma retomo as considerações que venho construindo desde a graduação, que deram sustentação para a construção do trabalho de conclusão do curso, e acrescento um panorama também do Ceará, seletivo de experiências vanguardistas no campo da economia solidária no Brasil, como a criação de um banco comunitário, o Banco Palmas.

Desta forma, inicio o capítulo fazendo uma abordagem geral acerca das origens históricas da economia solidária no mundo. Posteriormente abordo sobre o fortalecimento da economia solidária no Brasil relacionando tal fato ao contexto político econômico do país, culminando com a criação da Senaes. Por fim traço um panorama geral da economia solidária no Ceará.

1.1 Economia solidária e seu contexto geral

Segundo inúmeros autores que trabalham com o tema da economia solidária, o cenário propício para o surgimento das primeiras experiências que configuram como economia solidária no mundo foi o da crise no mundo do trabalho ocasionada pelo capitalismo industrial no século XIX que resultou no empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção (SINGER, 2002). O crescente número de desempregados e a queda de renda ocasionou a necessidade de medidas que possibilitassem a inserção desses trabalhadores no meio produtivo para que pudessem voltar a ter renda para consumirem e realimentarem o mercado, ampliando-o para outros produtores.

No ano de 1817, na Grã-Bretanha – pátria da primeira Revolução Industrial – o proprietário de um grande complexo têxtil, Robert Owen, foi pioneiro na criação de leis de proteção aos trabalhadores. O seu plano, o qual apresentou ao governo britânico, tinha como principal objetivo inverter os fundos de sustento dos pobres na compra de

terras e construção de Aldeias Cooperativas, onde as pessoas viveriam e trabalhariam na terra e em indústrias, produzindo sua própria subsistência. De acordo com Owen, em pouco tempo, com a inserção dos pobres na produção, não seria mais necessário subsidiá-los além de serem devolvidos aos cofres públicos o montante gasto com esse projeto (SINGER, 2002).

Mesmo com seu plano negado pelo governo, pela clara percepção de que a sua execução representaria uma mudança no sistema social podendo ocasionar a abolição da empresa lucrativa capitalista, surgiu um movimento denominado owenismo, sendo criadas várias sociedades cooperativas pela Grã-Bretanha. Nesse mesmo momento afluía-se o sindicalismo, decorrente da revogação, em 1824, dos Combination Acts – lei que proibia qualquer organização dos trabalhadores como atentado à livre concorrência. Com a sua revogação novos sindicatos surgiram e com eles cooperativas. Entre 1821 e 1830 foram registradas mais de 300 cooperativas por todo o país (SINGER, 2002).

Nesse contexto de ascensão do cooperativismo e sindicalismo, a classe trabalhadora assumiu o owenismo, protagonizando uma luta de classes mais acirrada. Os trabalhadores em conflito com seus empregadores, não mais se limitavam a reivindicar melhorias salariais e de condições de trabalho, mas sim passavam a tentar substituí-los no mercado baseando-se em planos de produção cooperativa e autogestão. De acordo com Singer (2002), o cooperativismo ainda em seu berço já se hasteava como modo de produção alternativo ao capitalismo.

Singer (2002) aponta que no ano de 1833 a luta dos sindicatos contra os empregadores utilizando como armas as cooperativas operárias estavam chegando ao seu auge. No mesmo ano é aprovado o Factory Act, estabelecendo uma legislação protetora do trabalhador de fábrica. Entretanto, uma grande reivindicação dos trabalhadores foi recusada: a limitação da jornada de trabalho a dez horas. A mobilização dos sindicatos e dos trabalhadores era cada vez mais intensa no sentido da ação direta, como greves para conseguir a jornada de trabalho de oito horas. Entretanto os empregadores também iniciaram suas reações e no mesmo ano de 1833 fizeram diversas greves patronais denominadas *lock-out*, em que demitiram todos os trabalhadores sindicalizados. Essa reação durou todo o ano, culminando na derrota dos trabalhadores que tiveram que se dessindicalizar para voltar a trabalhar. Essa década foi

de grandes perdas para o movimento sindical europeu, ocasionando o fechamento de diversas cooperativas e sindicatos.

Mesmo nesse contexto de declínio das cooperativas, Singer nos traz a experiência da cooperativa Pioneiros Equitativos de Rochdale, uma cooperativa de consumo criada em 1844 na Inglaterra. Considerada a mãe de todas as cooperativas, desempenhou importante papel na difusão do cooperativismo na Europa, tendo como alguns de seus objetivos a criação de uma colônia autossuficiente. Adotaram uma série de princípios que, segundo Singer, ficaram imortalizados como os princípios universais do cooperativismo. Entre eles estão: o direito a um voto por membro nas decisões a serem tomadas, independente da quantia cada um investiu na cooperativa, o que garantia democracia e primazia do trabalho sobre o capital; a abertura para quem quisesse aderir, possibilitando a expansão dos números de sócios e a possibilidade de abertura de filiais; as sobras seriam divididas entre os membros de forma proporcional às compras de cada um na cooperativa; haveria empenho na educação cooperativa, visando que o público em geral, assim como os cooperadores, tivessem um entendimento dos propósitos cooperativistas, e se interessassem em apoiá-los; a cooperativa se manteria neutra em questões políticas e religiosas.

Singer (2002), ao explicar esse histórico do movimento sindicalista e operário europeu, aponta como sendo a origem histórica da economia solidária. O autor considera justo chamar essa fase inicial de “cooperativismo revolucionário”, pois considera que não se repetiu de forma tão nítida em outro período. Para o autor, essa fase evidencia a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo, sendo o socialista Owen a figura que sintetizou pensamento e ação nesta fase.

Singer, assim como outros autores, apontam que as primeiras experiências de economia solidária despontaram nesse período de efervescência da crise no mundo do trabalho. O trabalho cooperativo, base da economia solidária, surge como proposta para melhorar a vida dos empregados, que são cada vez mais explorados pelos patrões que por sua vez lucram cada vez mais por meio dessa exploração. Exposto alguns eventos que permeiam o campo da economia solidária mundial, parto agora para uma panorama da economia solidária no Brasil e de como esse campo começou ser delineado no país.

1.2 Economia solidária e o contexto brasileiro

De acordo com Pochmann (2004), o avanço da economia solidária no Brasil se deu pela junção de dois movimentos específicos: o aparecimento de um volumoso excedente de mão-de-obra que, diferente da época do ciclo da industrialização nacional, é um excedente de força de trabalho qualificada, não imigrante rural e aculturado pela disciplina do trabalho sistêmico; o outro é o movimento de um conjunto de militantes sociais críticos, representantes de distintas ideologias, interessados em construir alternativas no que concerne à geração de trabalho, renda e mudança no modo de vida, junto a segmentos excluídos da população (p.23-24).

Noelle Lechat (2004) faz uma panorama do contexto político e econômico do Brasil da década de 1970 até os anos 2000 apontando eventos nacionais e internacionais que determinaram mudanças importantes no país em termos da organização da sociedade civil. A autora destaca no âmbito político o surgimento de diversas entidades, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e movimentos de bairros, o surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT)¹⁴, do Partido dos Trabalhadores (PT)¹⁵, entre outras entidades, em um período em que a repressão dos principais canais de participação civil, como partidos políticos e sindicatos, passam a diminuir, a partir do projeto de “distensão lenta, segura e gradual”, de Ernesto Geisel.

Lechat destaca também ainda na década de 1980 a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fortalecendo no Brasil a luta pela reforma agrária. A autora expõe que nesses anos o movimento popular foi se organizando em busca da reconquista de direitos civis e políticos, culminando na Constituinte de 1988. Na década de 1990, mesmo com o contínuo fortalecimento e acúmulo de capital político dos movimentos sociais, a política neoliberal faz sentir suas consequências, havendo uma regressão social, aumento do desemprego e desregulamentação de direitos conquistados.

A sua função [do Estado] de provedores do bem-estar da população está sendo progressivamente transferida para organismos privados. Nesta fase, os movimentos sociais, ao invés de se colocarem em oposição com o Estado,

¹⁴ A CUT foi fundada em 28 de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo – SP, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT).

¹⁵ O PT foi fundado em fevereiro de 1980, em São Paulo.

dirigem-se a ele para assinar convênios de parceria. Boa parte dos movimentos sociais perde seu caráter de protagonista e as ONGs assumem o centro da cena. Elas passam, então, de assessoras a parceiras dos movimentos sociais. [...] O próprio setor empresarial começa a envolver-se com o social. [...] Migra-se assim da tradicional dicotomia privado/público para limites difusos dum terreno onde entidades públicas e privadas realizam parcerias e articulam-se em vista de um objetivo comum. (LECHAT, 2004, p.81)

Entretanto, a autora destaca a posição das ONGs neste contexto, que é assimétrico: o Estado, as empresas e os órgãos internacionais podem dar, retirar ou suspender o dinheiro, enquanto as ONGs devem executar ou intermediar os projetos sociais, estando submissas aos ditames dos primeiros.

No âmbito econômico Pochmann (2004) aponta que a década de 1980 foi marcada por um período de profunda crise no Brasil. A crise da dívida externa e a aplicação de políticas neoliberais estagnou a renda *per capita*, aumentou o desemprego e os trabalhos precários. A instabilidade na área produtiva gerou grandes impactos no mercado de trabalho, havendo diminuição no segmento organizado de trabalho e um aumento da participação de ocupações no segmento não organizado da economia urbana.

De acordo com Lechat (2004), no Brasil, a população privada do circuito de empregos formais e assalariamento encontra saída para geração de renda no segmento não organizado de trabalho, denominado de economia popular. O contexto socioeconômico do país sempre foi propício para esse tipo de prática.

Pochmann (2004) observa que o contexto político e socioeconômico mundial, de aumento de desemprego e crescente miséria, principalmente nos países subdesenvolvidos, foi propício à manifestação de modos de produção distintos da economia capitalista:

Esse novo contexto agressivo e violento de deslocamento do assalariamento e do conjunto do trabalho organizado produz — simultaneamente ao sofrimento humano — novas experimentações na gestão de ocupações e na geração de renda. Em grande medida, destacasse a presença de um grupo de militantes críticos e engajados na formulação teórica e prática de alternativas de produção, trabalho e renda, que, somado ao contingente de deserdados pela crise do desenvolvimento capitalista no país, compreende um novo foco da economia solidária.

De um lado, pesquisadores, universitários, técnicos, estudantes, autodidatas, religiosos, sindicalistas, entre outros, foram construindo — cada um a sua maneira — mecanismos de incubação de experiências de ocupação e renda, geralmente em torno de grupos atomizados de pobres e desempregados. Assim, trajetórias ocupacionais anteriormente exercidas, inclusive assalariadas no interior do segmento organizado do trabalho, terminaram

sendo recuperadas, muito mais do que formas inovadoras de produção para além do capital e do plano local. (POCHMANN, 2004, p.29)

Lechat (2004) aponta que neste contexto, tanto no âmbito nacional quanto internacional, foram desenvolvidos programas de combate à miséria e ao desemprego. Internacionalmente, na década de 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) reconhece a economia popular como uma importante prática de combate à situação de pobreza na América Latina e Caribe, fomentando capacitações para associações e cooperativas. No Brasil é criado no ano de 1993 um programa denominado de Política Nacional de Segurança Alimentar, que foi coordenado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, juntamente com o Bispo Mauro Morelli. No mesmo ano foi lançada oficialmente em Brasília a Campanha “Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida” (ACCMV), que tinha como intuito além da arrecadação de alimentos a geração de empregos¹⁶. Lechat (2004) destaca que a Ação pela Cidadania

tinha por base o valor social da solidariedade, noção chave que podia agrupar ideologias tão diversas como o humanismo cristão, o ideal iluminista da fraternidade e até a ética marxista. Igualmente é preciso sublinhar que se tratava de um movimento apartidário e pluriclassista da sociedade civil em parceria com o Estado. Esta experiência mostrava como estava se formando uma nova concepção de sociedade civil no Brasil. Foram resgatadas estruturas de relações diretas, pessoais, baseadas em laços de solidariedade e vínculos comunitários, não apenas para resolver problemas de carências socioeconômicas, mas também para reconstruir teias e redes de solidariedade perdidas ou desativadas pela racionalidade, impersonalidade e individuação da modernidade. (p.85)

Entre os anos de 1980 e 2000 foram criadas diversas entidades e realizados diversos eventos que, de acordo com Lechat (2004) podem ser considerados como as primeiras tentativas de se criar algo novo no meio da crise, e que posteriormente foi considerado como economia solidária. Para facilitar a compreensão da formação do campo da economia solidária no Brasil, Lechat lista alguns acontecimentos importantes nesse período, como o surgimento dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) em 1982, com propósito de geração de trabalho e renda; a organização das empresas falidas e assumidas sob forma autogestionada feita pela Associação Nacional dos

¹⁶A Ação pela Cidadania perdeu apoio no governo de Fernando Henrique Cardoso, que criou a Comunidade Solidária, programa de autoria de Ruth Cardoso instituído pelo Decreto nº 1.366, de 12 de janeiro de 1995, para o enfrentamento da fome e da miséria. No segundo mandato do Presidente FHC esse programa foi substituído por outro programa social, denominado Comunidade Ativa (TESSAROLO; KROHLING, 2011).

Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), criada em 1994. Nesse mesmo ano uma parceria entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Banco do Brasil, o Sistema Nacional de Emprego (SINE) e as secretarias estaduais do trabalho cria o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), que viabilizava a concessão de crédito para trabalhadores, cooperativas e microempresários que não tinha acesso à rede bancária oficial ou privada. Em 1996 o BNDS lança o Programa de Crédito Produtivo Popular. No mesmo ano é publicado na Folha de São Paulo um artigo sobre economia solidária por Paul Singer. Em 1997 é formado um grupo de estudo e pesquisa sobre economia solidária na Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho). Lechat (2004) classifica estes como alguns dos muitos eventos que deram partida a um campo que os intelectuais reconheceram como economia solidária.

Outro evento que Lechat (2004) considera imprescindível quando se fala da estruturação do campo da economia solidária no Brasil é o surgimento do Fórum Social Mundial (FSM), pois este pode ser considerado “o lugar de junção e encontro supranacional dos mediadores e agentes de uma economia solidária mundial (cada país tem sua própria concepção de economia solidária)” (p.54). Tendo sua primeira edição no ano de 2001 no Brasil¹⁷, foi neste evento que os militantes da economia solidária se reuniram pela primeira vez nacionalmente. No primeiro FSM foi criado o Grupo de Trabalho (GT) brasileiro de economia solidária, constituído por entidades ligadas ao governo, como a rede de gestores de políticas públicas de economia solidária; e entidades não governamentais (porém de forte caráter público), como a Cáritas, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), a CUT e a Anteag.

Nesse GT iniciam-se articulações para que seja criado um fórum em dimensão nacional e em 2002, após a vitória de Lula nas eleições presidenciais, é elaborada uma carta ao governo intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, na qual continha diretrizes gerais da economia solidária¹⁸ e reivindicava a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. No mesmo ano, durante a I Plenária Brasileira de Economia Solidária, o conteúdo da carta foi aprovado.

¹⁷Os Fóruns de 2001, 2002 e 2003 foram realizados na cidade de Porto Alegre – RS. No ano de 2005 ocorreu novamente em Porto Alegre e no ano de 2009 foi realizado em Belém – PA.

¹⁸Lechat pontua que as definições do que seria a economia solidária foram sendo elaboradas progressivamente. (2004, p. 43)

Nessa Plenária iniciou-se o debate sobre uma plataforma de lutas, uma carta de princípios¹⁹ e a criação de um Fórum nacional de economia solidária.

Em 2003, na II Plenária Nacional realizada durante o FSM, o governo Lula anunciou o compromisso de criar a Senaes. Iniciou-se um direcionamento para a mobilização das bases estaduais, até então pouco articuladas, para ampliar o debate sobre o Fórum a ser criado.

Nesse contexto de mobilizações no campo da economia solidária, é criada a Senaes²⁰, sendo nomeado para Secretário Nacional de Economia Solidária o economista e sociólogo Paul Singer. No mesmo ano, em junho de 2003, durante a III Plenária realizada em Brasília, é criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)²¹, que tem como incumbência articular e mobilizar as bases estaduais da economia solidária e fazer a interlocução junto à recém-criada Senaes.

Tais eventos deram início à institucionalização da economia solidária no Brasil, que foi ganhando espaço lenta e gradativamente, sendo promovida por meio de programas de apoio e fomento a empreendimentos solidários e com a formação de agentes da economia solidária.

A criação da Senaes junto ao MTE proporcionou uma mudança, ainda que tímida, nas políticas públicas de trabalho e emprego, ampliando o tema “trabalho” para além da esfera do trabalho individual e subordinado, entrando em evidência o trabalho cooperado e associativo, indicando um avanço para o movimento da economia solidária no Brasil.

À Senaes, de acordo com o Decreto 5063, de 8 de maio de 2004, cabe as seguintes atribuições: subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego; articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária; planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária; colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza; estimular a

¹⁹Disponível no ANEXO II.

²⁰ A institucionalização da Senaes se deu com a Lei nº 10.683, de 28.05.2003. E de acordo com o Decreto nº 4.764, de 24.06.2003, foi criado o Conselho Nacional de Economia Solidária.

²¹ O Fórum Brasileiro de Economia Solidária está organizado em todo o país em mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária. Ver em: <http://www.fbes.org.br/>.

criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular; estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente; contribuir com as políticas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor; propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária; apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, visando ao fortalecimento dos empreendimentos solidários; promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária; supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com outros órgãos do Governo Federal e com órgãos de governos estaduais e municipais, com movimentos sociais, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo.²²

Ao se instituir a Senaes, também foi instituído o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), um órgão colegiado, de caráter consultivo e propositivo, com o intuito de promover ações para o engajamento da sociedade civil e do governo na política de economia solidária e estabelecer diretrizes para a política de economia solidária. De acordo com site de divulgação do governo, o CNES tem como atribuições principais “a proposição de diretrizes para as ações voltadas à economia solidária nos Ministérios que o integram e em outros órgãos do Governo Federal, e o acompanhamento da execução destas ações, no âmbito de uma política nacional de economia solidária”. O CNES é composto por 56 entidades divididas em três setores: governo, empreendimentos de economia solidária e entidades não governamentais de fomento e assessoria à economia solidária²³, conforme Decreto nº 5811, de 21 de junho de 2006 que dispõe sobre sua composição, estruturação e funcionamento²⁴.

Para o maior conhecimento da realidade da economia solidária no Brasil, assim como proporcionar mais visibilidade e melhor articulação entre seus integrantes, a

²² Para ver na íntegra: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/atribuicoes-da-secretaria-nacional-de-economia-solidaria.htm>

²³ De acordo com o IPEA, atualmente, o CNES é composto por 56 membros, sendo: 19 representantes do governo federal, de secretarias estaduais de trabalho e de órgãos estaduais e municipais de apoio à economia solidária; 20 representantes de empreendimentos econômicos solidários; e 17 membros de outras organizações da sociedade civil e serviços sociais. (www.ipea.gov.br)

²⁴ Para mais informações sobre o CNES: <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/conselho-nacional-de-economia-solidaria-cnes>.

Senaes, em parceria com o FBES, desenvolveu o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), que é um instrumento para registro e identificação de informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF) e políticas públicas de economia solidária no Brasil. No ano de 2013 o SIES lançou sua última atualização, resultado do trabalho de mapeamento entre os anos 2010 e 2012²⁵.

Em 2014 foi lançado o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL). De acordo com site de divulgação do Governo o CADSOL

é a identidade da economia solidária. Os empreendimentos nele cadastrados passam pela análise de uma comissão local e, após esse processo, podem receber a Declaração de Empreendimento Econômico Solidário (DCSOL), um documento emitido via internet e que pode facilitar o reconhecimento dos empreendimentos para acesso às políticas de apoio à economia solidária, como o Sistema Nacional de Comércio Justo, programas de assessoria, fomento e financiamento, entre outros.²⁶

Os empreendimentos mapeados pelo SIES foram cadastrados no CADSOL e tiveram que fazer uma atualização de seus dados a partir de março de 2016 para revalidar seu cadastro.

Em 2014 foi realizada a 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) em Brasília com o tema “Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável”. Dessa Conferência saíram algumas recomendações importantes nesse processo de institucionalização da Economia Solidária: a constituição do Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo (ONESC), que faz parte do adensamento do SIES, assim como o CADSOL, e é “um instrumento para produção de informações, estudos e análises orientados por problemas elaborados pelos atores sociais, estudiosos, conselheiros e gestores públicos que agem, formulam e executam ações para o desenvolvimento da economia solidária no Brasil²⁷”. O ONESC é projeto da parceria entre o Ministério do Trabalho/Senaes e o Departamento Intersindical de

²⁵ O SIES foi implantado no ano de 2004 e seu primeiro levantamento ocorreu em 2005, quando foram mapeados 14.954 EES. Este levantamento foi complementado em 2007 com o mapeamento de mais 6.905 EES, totalizando informações de 21.859 EES. O terceiro mapeamento ocorreu nos anos de 2010-2012 quando foram mapeados mais 11.663 EES. Ao todo, totalizam 33.518 EES identificados em todo o território nacional.

²⁶ Para mais informações sobre o CADSOL acessar: <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/cadsol>

²⁷ Para mais informações sobre o ONESC acessar: <http://ecosol.dieese.org.br/>

Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), iniciado em 2015 e com perspectiva de desenvolvimento até 2019. Outra recomendação importante foi o encaminhamento para a criação de um Plano Nacional de Economia Solidária, que foi lançado em 2015 pelo CNES.

O 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019)²⁸, de acordo com site do Ministério do Trabalho, “é um instrumento de orientação das políticas públicas para os próximos anos e foi feito com a participação ativa do público da economia solidária, durante as várias etapas da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária”. O Plano organiza-se em três eixos que expõem seus objetivos:

EIXO I - CONTEXTUALIZAÇÃO: análise das forças e fraquezas (internas) e das oportunidades e ameaças (externas) para o desenvolvimento da economia solidária no atual contexto socioeconômico, político, cultural e ambiental, nacional e internacional.

EIXO II - OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS: definições estratégicas, considerando a análise do contexto e as demandas dos empreendimentos econômicos solidários, à luz dos princípios, práticas e valores da economia solidária.

EIXO III - LINHAS DE AÇÃO E DIRETRIZES OPERACIONAIS: elaboração de diretrizes operacionais a partir de eixos estratégicos de ação que ofereçam subsídios para a formulação de metas e atividades. (CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015).

Com a proposta de reforma ministerial anunciada em outubro de 2015, e as especulações de que a Senaes poderia ser extinta, o FBES lançou uma carta em defesa da política nacional de economia solidária destinada a até então Presidenta Dilma Roussef e ao até então Ministro do Trabalho e Previdência Social Miguel Rosseto. Diversos movimentos sociais, entidades e cooperativas se manifestaram em defesa da Senaes e da manutenção de seus projetos construídos ao longo de doze anos.

Com o início do processo de Impeachment de Dilma Roussef e a entrada de Michel Temer como Presidente Interino, e toda a reforma ministerial que adveio desse contexto político, em junho de 2016 é publicado no Diário Oficial da União a nomeação de Natalino Oldakoski para o cargo de Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho. Desta forma, sai o economista Paul Singer, que estava a frente

²⁸Para acessar o Plano Nacional de Economia Solidária na íntegra: <http://trabalho.gov.br/images/Documentos/EconomiaSolidaria/PlanoNacionalEcoSol.pdf> (Acesso em 31/10/2016)

da Senaes desde sua instituição em 2003, e assume Oldakoski, servidor aposentado da Polícia Civil do Paraná.

Tal fato gerou grande comoção entre os militantes da economia solidária, sendo lançadas diversas notas de repúdio a tal nomeação. A Secretaria-Executiva do FBES lançou tal nota publicada em seu site²⁹: “NOTA DE REPÚDIO: O Fórum Brasileiro de Economia Solidária vem a público manifestar seu repúdio diante da nomeação do secretário interino de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, Natalino Oldakoski, conforme publicação no Diário Oficial da União de 08 de junho de 2016.”.

As mudanças ocorridas na Senaes no Governo de Michel Temer, que inclui a substituição do até então secretário da Senaes Paul Singer, representa para as entidades que trabalham nesse campo um retrocesso diante dos avanços, mesmo que tímidos, que a economia solidária vinha alcançando no Brasil.

Além disso, uma grande questão que inquieta os militantes da economia solidária é o caminho que vai tomar o processo de aprovação ou não do projeto que cria a Política Nacional e o Sistema Nacional de Economia Solidária (PL 4685/12).

A trajetória da Economia Solidária no Brasil nos mostra como esse campo foi se constituindo no país e se fortalecendo aos poucos, inicializando sua institucionalização com a criação da Senaes. Entretanto, o contexto político dos últimos anos vem colocando as conquistas das entidades e movimentos sociais em uma zona desconfortável de fragilidade e incertezas.

1.3 Economia Solidária no estado do Ceará

Em matéria publicada pelo jornal Diário do Nordeste em 03 de maio de 2007, o Ceará despontava como o segundo Estado brasileiro com maior volume de empreendimentos solidários, totalizando 1.255 EES, ficando atrás apenas do Rio Grande do Sul, mapeados no 1º Atlas da Economia Solidária produzido pelo SIES e finalizado em 2007³⁰. O 2º mapeamento foi finalizado em 2013 e atualizou o anterior.

²⁹ O sítio eletrônico do FBES em que estava publicado a nota era esse: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8806&Itemid=62. Entretanto, o site está passando por manutenção e se encontra fora do ar.

³⁰ Matéria publicada em <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/ceara-e-o-segundo-em-economia-solidaria-1.666086> (Acesso em 01/11/2016)

Com os novos números, o Ceará consta em 4º em número de EES, totalizando 1.449 empreendimentos, sendo 1.147 na zona rural e 258 na zona urbana. O Ceará fica atrás por tanto de Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia, respectivamente.

Tais números evidenciados pelo mapeamento de EES no Brasil apontam para um lugar de destaque do Ceará no campo da Economia Solidária brasileira. No âmbito acadêmico, diversos pesquisadores desenvolveram e ainda desenvolvem estudos acerca de empreendimentos solidários no estado, dando maior visibilidade e ampliando o conhecimento sobre esses.

Em 2009 Alicia Gonçalves publica o livro “Experiências em Economia Solidária no Estado do Ceará”, onde faz uma etnografia de oito empreendimentos econômicos solidários vinculados a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) do Estado do Ceará, localizados na capital Fortaleza e em outros municípios. Em seus escritos, a autora traz um pouco da trajetória da ADS-CE, que faz parte da constituição do campo da economia solidária no Brasil e no estado.

Ao contextualizar o campo da economia solidária no Ceará e a presença da ADS no estado, Gonçalves (2009) aponta que essa temática começou a ser debatida pela Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (FETRAECE) a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável e da agricultura familiar. A autora observa que até a década de 1990 no universo sindical rural não se utilizava o termo “economia solidária”, mas sim “desenvolvimento sustentável”.

O projeto piloto e o primeiro escritório estadual da ADS foram criados no Ceará devido a alguns fatores, como pontua Gonçalves (2009):

o primeiro, a intensa atuação da FETRAECE (junto À CUT) e sua proposta de trabalhar a agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável; o segundo, sua inserção nas bases, isto é, nos movimentos sociais rurais; o terceiro a formação da incubadora de cooperativas criada no ano de 1997 e a Unitrabalho, que dispunha de uma massa crítica de pesquisadores que já atuavam na temática da ES. Neste sentido, havia uma sintonia entre o universo acadêmico, os movimentos sociais rurais e agentes da executiva nacional da CUT, que criaram as condições para a formação do primeiro escritório da Agência. (2009, p.41)

Desta forma, criada em 1999, a ADS é fruto de articulações da CUT com a Unitrabalho, o DIEESE e a Incubadora de Cooperativas Populares do Estado do Ceará,

os mesmos que constituíram inicialmente a direção estadual da Agência. A ADS tem como missão gerar oportunidades de emprego e renda em organizações de caráter solidário e contribuir com alternativas de desenvolvimento social e sustentável³¹. O seu projeto piloto desenvolveu-se no Ceará, com a criação de seu primeiro escritório estadual (GONÇALVES, 2009).

A gênese da ADS, de acordo com Gonçalves (2009), se vincula principalmente à crise do mundo do trabalho e no universo sindical, já mencionadas anteriormente, derivada da mudança no paradigma tecnológico de produção capitalista (p.29). Fruto de reflexão no meio sindical acerca de estratégias de atuação frente à crise do sindicalismo, a criação da ADS, assim como o apoio a economia solidária, não foi uma ideia consensual entre os cutistas. Alguns entendiam esse campo como medidas compensatórias que não alterariam de fato a relações de poder na sociedade e causariam uma maior precarização das relações de trabalho. Desta forma, a formação do escritório estadual se deu na FETRAECE e não na CUT estadual.

Em sua fase de formação, as pesquisas desenvolvidas pela Unitrabalho com as cooperativas do estado do Ceará serviram de subsídios teórico para as atividades desenvolvidas pela ADS-CE. A Agência, em sua fase inicial e na esfera estadual, apoiou a formação de cooperativas de crédito rural em diferentes regiões do estado, além de atuar na pesquisa sobre a economia solidária desenvolvida pela Unitrabalho e também na educação e qualificação em economia solidária e cooperativismo, apoiando diversas experiências que já estavam em curso no estado, como o Banco Palmas.

Sobre o Banco Palmas, George Paulino publica em 2012 o livro “Economia Solidária como Projeto Cultural e Político: a experiência do Banco Palmas”, onde analisa a experiência protagonizada pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (Asmoconp), bairro situado na periferia de Fortaleza – CE, e que cria o Banco Palmas.

Nascida em um contexto de mobilização social dos moradores que haviam sido removidos de seu bairro de origem por conta do processo de especulação imobiliária, a Asmocomp, com o apoio de forças alinhadas aos movimentos populares, fundou em 1998 o Banco Palmas, com o intuito de oferecer o acesso da população a um fundo de crédito comunitário, fomentando a partir dessa tecnologia social a

³¹ Ver em <http://www.cutceara.org.br/conteudo/52/agencia-de-desenvolvimento-solidario>.

movimentação de uma rede de solidariedade entre produtores, consumidores e prestadores de serviço (PAULINO, 2013).

Desde 1998, ano de fundação do Banco Palmas, as ações desenvolvidas no âmbito da Rede Palmas projetaram-se como referência no terreno das chamadas tecnologias sociais, provocando demandas a partir de outros territórios, em outros estados, municípios e bairros ou comunidades locais interessadas em adotar metodologias já testadas no Conjunto Palmeiras. O espaço da ASMOCONP transformou-se, então, numa espécie de sistema articulado em três eixos: a Associação dos Moradores, o Banco Palmas e o Instituto Palmas, fundado em 2003, como entidade responsável pela inserção e articulação do espaço local no campo de diversas redes e agentes sociais que fomentam a economia solidária. (PAULINO, 2013, p. 6)

O Instituto Palmas, criado após o nascimento da Senaes, se constitui como um importante ator social a ela vinculado, como articulador das redes brasileira e cearense de bancos comunitários. O autor também salienta a importância da Rede Cearense de Socioeconômica Solidária – RCSES, entidade que integra o FBES e é ativa na luta por políticas públicas em economia solidária desde início dos anos 2000 (PAULINO, 2013).

Ao fazer uma análise dos dez anos de existência da Senaes, Paul Singer cita o pioneirismo do Banco Palmas:

Ao mesmo tempo, um sistema de finanças solidárias formado por bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito vem sendo desenvolvido, nos últimos quinze anos, a partir do esforço pioneiro do Banco Palmas em Fortaleza/CE, complementado posteriormente pelo Banco Bem em Vitória/ES e atualmente por nada menos de 1.003 bancos comunitários espalhados por todo o Brasil. Pelo crescente número de instituições de finanças solidárias, pode-se acreditar que o nó representado pelo insuficiente acesso a crédito também está sendo desfeito. (SINGER, 2014, p.93)

Outro agente de destaque no fomento aos EES no Ceará é o Banco do Nordeste³². Em parceria com a Senaes, o Banco apoia os fundos rotativos “que sustentam o desenvolvimento local na região mais pobre do Brasil” (SINGER, 2006). A partir de 2003, na gestão do governo Lula, o Banco do Nordeste passou a integrar a economia solidária em suas políticas públicas. Em 2005, cria o Programa de Apoio a

³² Criado pela Lei Federal nº 1.649, de 19 de julho de 1952, o Banco do Nordeste atua nos nove Estados da região Nordeste e no norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Sendo uma instituição voltada para o desenvolvimento regional sustentável, opera como órgão executor de políticas públicas destinadas a reduzir as desigualdades socioeconômicas entre sua área de atuação e as regiões mais desenvolvidas do país (GONÇALVES, 2009b).

Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), programa gerenciado pelo Banco e que utiliza a metodologia dos Fundos Rotativos Solidários (FRS)³³. O PAPPS fomentou a Rede Bodega, possibilitando a criação de um fundo rotativo em todas as bodegas inseridas na Rede, incluindo a Bodega Nordeste Vivo e Solidário.

Com o objetivo de fortalecer e ampliar a capacidade operacional dos projetos produtivos solidários da Região Nordeste, o Banco em parceria com a Senaes e as redes de economia solidária lançou em 2005 a primeira chamada pública do PAPPS para selecionar projetos de economia solidária para serem apoiados com os recursos do Programa (GUSSI; SANTOS FILHO; ALMEIDA, 2012), recursos estes advindos do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR).

A expectativa do PAPPS é o desenvolvimento das comunidades³⁴ que praticam a economia solidária, assim como a geração de emprego e renda e o fortalecimento da identidade cultural como parte integrante do desenvolvimento local. Outro objetivo do programa é colaborar para que os beneficiários do Programa Bolsa Família encontrem alternativas para melhorar suas condições de vida, descobrindo as potencialidades dos lugares em que vivem (BANCO DO NORDESTE, 2010 apud ALMEIDA, 2012).

De acordo com informe técnico do Banco do Nordeste e seu Escritório Técnico de Estudos Econômicos (ETENE), os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco concentram mais da metade das aplicações de recursos, apresentando entre 2005 e 2009 o maior número de projetos fomentados pelo PAPPS. Entre os projetos apoiados pelo Programa está a Rede Bodega.

Nesse contexto de fortalecimento do campo da economia solidária no Ceará e no Brasil que surge a Rede Bodega, onde se insere o meu campo de pesquisa, a Bodega Nordeste Vivo e Solidário, tema do capítulo a seguir.

³³ Os FRS são recursos a fundo perdido que, valendo-se das relações de proximidade, associativismo e cooperação entre atores locais, são direcionados a grupos ou empreendimentos que praticam a autogestão e objetivam formar uma poupança, para que seja investida e circule na própria comunidade. Mediante empréstimos com prazos e reembolsos mais flexíveis é favorecido o acesso mais solidário e democrático ao crédito, o que estimula o desenvolvimento local. (GUSSI; SANTOS FILHO; ALMEIDA, 2012).

³⁴ Segundo Gonçalves (2009), a partir dos anos 70 as Comunidades Eclesiais de Base começaram a utilizar a denominação Comunidade para se referir ao conjunto de famílias de pequenos agricultores ligadas entre si por laços de sangue, afinidade e compadrio, ou seja, que tem como unidade básica de organização social a família, e que habitam um mesmo campo geográfico pertencente a um determinado município.

CAPÍTULO II

A REDE BODEGA NO CEARÁ

Neste capítulo apresento um panorama geral da Rede Bodega e da Bodega Nordeste Vivo e Solidário³⁵ finalizando com a apresentação dos grupos produtivos da Prainha do Canto Verde, meu foco empírico neste trabalho.

2.1 A Bodega Nordeste Vivo e Solidário e a Rede Bodega



Figura 1 - Logomarca da Bodega Nordeste Vivo e Solidário

A Bodega Nordeste Vivo e Solidário surgiu no ano de 2004 com a participação de 13 grupos, todos acompanhados pela Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte. A ideia de materializar pontos fixos de comercialização de âmbito regional nasceu a partir dos debates em torno dos desafios de escoamento da produção artesanal e da agricultura familiar ocorridos nas formações oferecidas pela Cáritas sobre Economia Popular Solidária (EPS)³⁶. Com sede em Aracati, município escolhido por seu reconhecimento histórico no Ceará, seu potencial turístico e por ser onde localizava-

³⁵ Parte do material deste capítulo foi apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada na cidade de João Pessoa de 03 a 06 de agosto de 2013.

³⁶ Segundo Noelle Lechat (2004), vários termos são utilizados para designar tal prática, sendo o termo Economia Solidária um termo êmico, porém êmico para os intelectuais que criaram tal terminologia e para os agentes que assessoram os empreendimentos. É também o termo mais usado a nível internacional. A Cáritas Ceará utiliza o termo EPS, caracterizando como “uma estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário que constrói outro modo de produzir, consumir e comercializar, considerando as relações entre as pessoas, primando pelo trabalho associativo, cooperativo de base popular.” (Cáritas Ceará, 2015)

se a maioria dos grupos, a Bodega Nordeste Vivo e Solidário hoje possui uma média de 50 grupos associados, chegando a quase 300 integrantes, distribuídos em 13 municípios, da Região do Baixo e Médio Jaguaribe e do Litoral Leste. Participam dos grupos agricultores/as e artesãos/ãs, sendo estes últimos a maioria, e contam hoje com a participação de 59 homens, sendo mulheres a parcela majoritária, sendo mais ou menos 200 associadas.

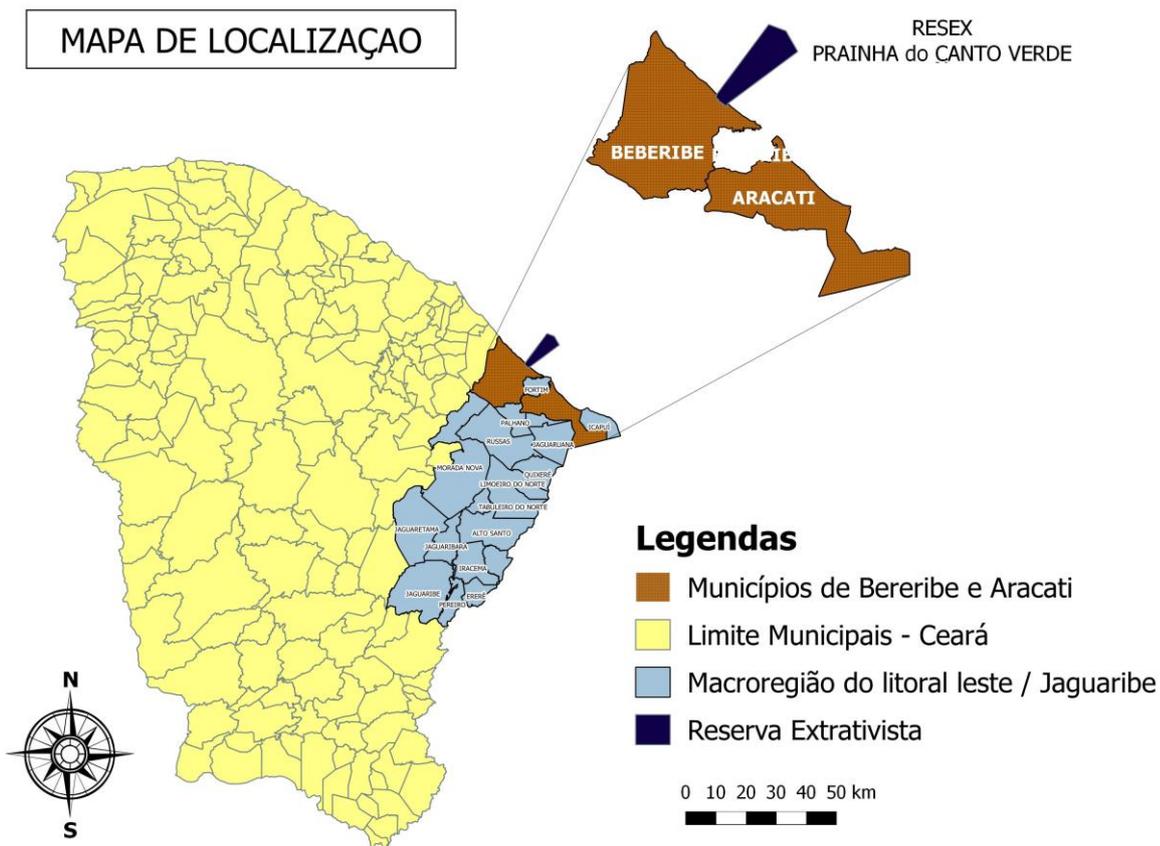


Figura 2 - Em destaque de cor azul a região de atuação da Bodega Nordeste Vivo e Solidário. Na cor marrom os municípios de Beberibe e Aracati. (Mapa: Danilo Frota)

Os associados trabalham de acordo com os princípios da economia solidária de autogestão, gestão compartilhada, solidariedade, respeito ao meio ambiente, ao trabalhador e ao consumidor, oferecendo produtos de qualidade e a preços justos. De acordo com material de divulgação a BNVS tem como missão “através da Economia

Popular Solidária, fortalecer a visão e a ação cooperativista com a comercialização em rede, visando o crescimento e a qualificação dos produtos e produtores/as para o mercado solidário”. No mesmo material eles apontam como objetivo “contribuir no resgate dos valores culturais, de igualdade, solidariedade, respeito à diversidade, e à vida. Garantindo assim autonomia, melhoria na renda e segurança alimentar e resgate da autoestima das famílias. Também possibilitando relações solidárias entre os grupos, as comunidades e as parcerias, que buscam fortalecer e consolidar esses princípios”. Com princípios eles listam: “1 – Gestão coletiva; 2 – Interação social, cooperação, envolver pessoas, parcerias e redes; 3 – Valorização e respeito as relações igualitárias de gênero em todos os processos de produção; 4 – Princípios do comércio justo; 4.1 – Consumo ético e solidário; 4.2 – Respeito ao consumidor; 5 – Produção: Compromisso, Pontualidade, Qualidade; 6 – Produção na agropecuária deve obedecer aos princípios ecológicos; 7 – Lucro igualitário, fundo rotativo; 8 – Contrapões ao mercado capitalista; 9 – Sustentabilidade.”

Para coordenar tantos grupos e de diferentes localidades, chegando até a trezentos quilômetros de distância da sede em Aracati, contam com parcerias de cooperativas e associações de outros municípios para acompanhar os associados.

Concomitante a sua criação surgiu também a Bodega do Povo³⁷, sediada inicialmente em Tianguá e hoje com sede no município de Viçosa do Ceará. As duas tiveram apoio da Cáritas Regional Ceará, da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte e da Pastoral Social de Tianguá, e financiamento da Catholique Relief Servisse (CRS)³⁸. Três anos depois, em 2007, com apoio da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza, é criada a Budegama, vinculada a AMA, sediada na cidade de Fortaleza. No ano seguinte foi criada a Bodega Arcos, na cidade de Sobral, no norte do Estado. Nesse mesmo ano, em 2008, nasce a Rede Bodega, que surgiu como um projeto que tinha como finalidade fomentar ações de produção e comercialização de diversos empreendimentos, acompanhados por meio dos Fundos Rotativos Solidários, formando uma rede que contribuísse para a consolidação das práticas de economia solidária no Ceará.

³⁷ Apesar de a grafia correta ser bodega, algumas unidades optaram por grafar o nome de suas bodegas com a letra ‘u’, fazendo referência à forma oral, principalmente na região Nordeste. Desta forma Bodega do Povo e Budegama não são erros ortográficos.

³⁸ Organização católica francesa sem fins lucrativos que trabalha com auxílio a populações em situação de vulnerabilidade social.

Hoje a Rede é composta por cinco bodegas em quatro regiões do Ceará, sendo organizadas em cooperativas e associações: a Bodega Nordeste Vivo e Solidário, cuja personalidade jurídica é a Cooperativa de Produção e Comercialização Agroecológica e Solidária (Coapsol), sediada em Aracati; a Bodega do Povo, representada pela Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroecológicos e Artesão Bodega do Povo Ltda, estabelecida inicialmente em Tianguá e posteriormente transferida para Viçosa; a Budegama, bodega da Associação das Mulheres em Ação, localizada em Fortaleza; a Bodega Arcos, sediada em Sobral; e a mais nova participante, a Bodega da Vila, sediada em Maranguape, região metropolitana de Fortaleza (REDE BODEGA, 2010; CÁRITAS CEARÁ, 2015).

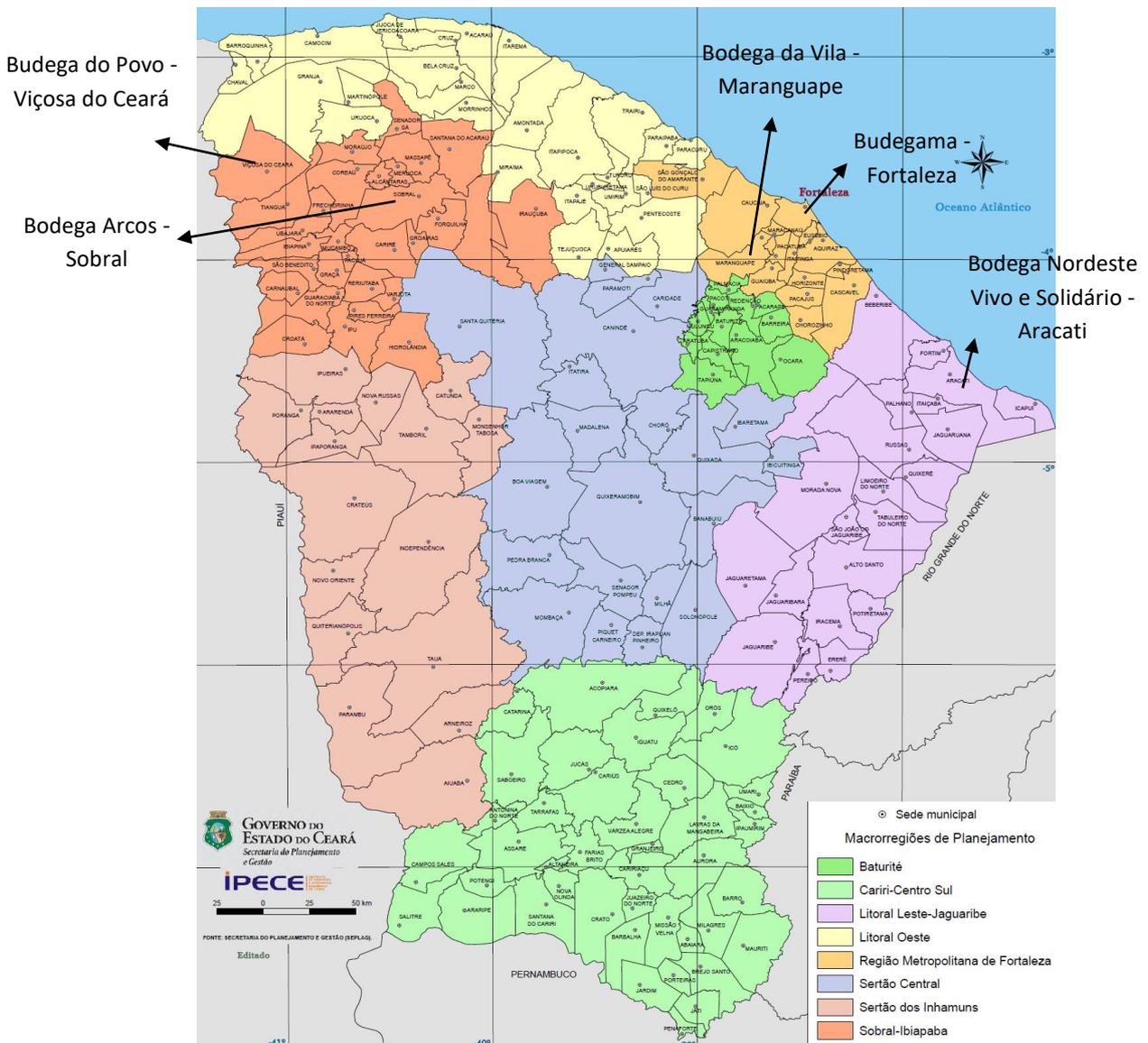


Figura 03 – Mapa do Ceará com indicação das cidades sedes das Bodegas

De acordo com material de divulgação da Rede Bodega, a Bodega Nordeste Vivo e Solidário comercializa artesanatos, confecções, produtos da agricultura familiar e serviços de gráfica, alimentação e hospedagem. A Bodega do Povo, que foi formada inicialmente por agricultoras e agricultores, oferece produtos agroecológicos e artesanatos. A Budegama confecciona roupas e produz artesanato, com foco nas bonecas de pano. A Bodega Arcos comercializa diversos tipos de artesanato, como feitos com fibras de bananeira, palha, madeira, crochê, bordados etc. Já a Bodega da Vila, ainda em fase de construção, participa da Rede com saraus de poesia, apresentações e performances, cartões, livros, mosaicos, camisetas, brinquedos artesanais.

Os principais eixos que caracterizam a Rede Bodega, segundo Gussi, Santos Filho e Almeida (2012) são: primeiro, a Rede traz, ao se denominar Bodega, uma ressignificação das práticas comunitárias das bodegas do Nordeste, onde, em seus primórdios (e ainda em algumas localidades, atualmente), eram regidas pelos princípios da troca, do intercâmbio e da reciprocidade. Como segundo eixo estão as funções da Rede, que inclui servir de referência para a comercialização justa e solidária, organizar os processos de produção, mobilizar recursos e crédito para produção, comercialização e consumo. O terceiro eixo é a composição social do trabalho associado da rede, que agrega trabalhadores da agricultura familiar, artesãos, pequenas agroindústrias de beneficiamento de produtos alimentícios e prestação de serviços.

A gestão social do projeto é dirigida por uma comissão gestora, formada por representantes da Rede Bodega e da Cáritas, que faz o acompanhamento e monitoramento das ações. Cada unidade também possui sua comissão gestora e realizam-se reuniões periódicas – havendo rodízio em relação ao local de realização destas entre os lugares que sediam as bodegas – onde discutem diversos assuntos referentes às bodegas e à economia solidária, como: as atividades praticadas pelos grupos, os novos acontecimentos, as dificuldades enfrentadas, os eventos que acontecerão e de quais poderão participar, o relacionamento e intercâmbio com outros grupos, entre outros.

Em 2015 ganharam o prêmio BNDES de Boas Práticas em Economia Solidária³⁹.

Rodada de Comercialização

A rodada de comercialização é uma metodologia criada pela Rede Bodega com o intuito de promover o intercâmbio dos produtos das bodegas entre elas próprias, visando a ampliação da comercialização e também a divulgação do que é produzido nas diferentes regiões em que a Rede atua. O recurso utilizado nessa ferramenta de trocas adveio de projetos e se destinou ao Fundo de Comercialização, que só pode ser utilizado para esta finalidade (CÁRITAS CEARÁ, 2015).

A rodada, de acordo com publicação da Cáritas Ceará (2015), se divide em quatro passos: o primeiro se dá antes das reuniões, quando as bodegas, por meio de e-mails, fazem a solicitação de quais produtos das outras bodegas vão querer, assim como especificam quais produtos tem para oferecer naquela rodada de comercialização.

O segundo passo é a prestação de contas, que acontece já nas reuniões no início de cada rodada de comercialização. Nesse momento prestam a conta de produtos adquiridos na rodada anterior: o que foi vendido, o que foi trocado, o que não foi vendido, o que se perdeu (no caso de alimentos perecíveis, por exemplo). As bodegas também apresentam o que cada uma tem em estoque e o quanto levaram de dinheiro para a rodada atual.

O terceiro passo é o intercâmbio dos produtos: aqui os produtos são comprados e vendidos. Os pedidos feitos anteriormente através de e-mail são atendidos com prioridade. Nesse momento produtos que foram comprados em uma rodada anterior e não foram vendidos podem ser trocados por outros.

O quarto passo é a realização do levantamento dos valores que circularam na rodada, tanto de compra quanto de venda de cada bodega.

De acordo com a Comissão Gestora da Rede Bodega, alguns desafios ainda não foram superados, mesmo com a experiência que vem sendo acumulada ao longo de anos, como a logística do deslocamento dos produtos das bodegas para as reuniões, devido aos custos que acarretam (mesmo tendo sido promovidas pela Rede oficinas

³⁹ O prêmio é uma ação conjunta entre o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), a SENAES/MTE e do FBES e reconhece as iniciativas consideradas "boas práticas" de EES e suas Redes. Fonte: <http://www.bndes.gov.br/> Acesso em: 07/10/2016

sobre como trabalhar com os custos da produção), a sazonalidade da produção da agricultura familiar, a pouca produção dos grupos e algumas falhas na comunicação. Entretanto, as rodadas possibilitam ganhos no que concerne a antecipação das vendas, possibilitando que as produtoras e produtores recebam o valor antes do produto chegar ao consumidor final⁴⁰, assim como o fortalecimento da Rede por meio do momento de integração e discussão sobre preceitos básicos da economia solidária, como consumo ético, por exemplo.

O funcionamento da Bodega Nordeste Vivo e Solidário

A Bodega Nordeste Vivo e Solidário tem um ponto fixo de comercialização no centro da cidade de Aracati, próximo a Igreja Matriz e a outros pontos comerciais. O espaço é cedido pela paróquia local e já contam com essa parceria há dez anos, renovando o contrato a cada dois anos.

O grupo, que virou cooperativa em 2007, trabalha com a gestão compartilhada e tem um conselho administrativo que se reúne uma vez por mês para as deliberações necessárias. O conselho é composto por um presidente, um vice e três conselheiros, todos participantes da cooperativa. Anualmente eles realizam assembleias com a presença da maioria possível dos associados de todos os grupos para planejar e monitorar as atividades que devem ser realizadas durante o ano.

A loja funciona de segunda a sábado de 07:30 da manhã ao meio-dia. E além da venda dos artesanatos, roupas e produtos oriundos da agricultura familiar também funciona o “Café da roça”, onde vendem comidas regionais, como a tapioca, tudo produzido pelos grupos participantes. Sobre tudo que é vendido é tirado uma taxa de 12% do valor do produto, que eles denominam taxa administrativa, para integrar o fundo de comercialização da Bodega. Duas associadas são responsáveis por cuidar da loja e das vendas. Os grupos são responsáveis por deixar os produtos na loja, o que geralmente é feito por meio dos parceiros ou aproveitam as reuniões e assembleias para entregar esses produtos.

⁴⁰ Essa antecipação do pagamento é possível devido a existência do fundo de comercialização, do qual uma parte é utilizada nas rodadas de comercialização para que cada Bodega adquira produtos das outras Bodegas, já efetuando o pagamento e não sendo por consignação.

Desde 2015 eles conseguiram firmar parceria com a Prefeitura de Aracati para vender produtos como ovo e jerimum para a merenda escolar⁴¹. Entretanto, o grande período de seca tem afetado a produção de alguns produtos alimentícios.

Para além do espaço de comercialização a Bodega faz o acompanhamento dos grupos de produtores por meio de entidades parceiras, realizam capacitações e formações de acordo com as necessidades dos associados/as. Os temas das formações variam entre economia solidária, gênero, associativismo, cooperativismo entre outros. Nas palavras de Andréa, que faz parte da diretoria da Rede:

Nós não somos só um espaço de comercialização. Aqui é nossa sede mas a gente trabalha com várias atividades. A gente acompanha os grupos através dos parceiros, através dos editais que são elaborados e aprovadas a gente capacita os grupos a partir de suas necessidades, também faz formação, e aí formação de gênero, economia solidária, associativismo, cooperativismo. Então a gente tem um leque a partir das necessidades apontadas por cada grupo nas assembleias. (Andréa, em entrevista realizada em setembro de 2014)

A Bodega trabalha com dois fundos rotativos solidários: o fundo de comercialização e o fundo de produção. O primeiro é destinado a dar um adiantamento da venda dos produtos aos associados, o segundo é destinado a compra de matéria-prima para a produção. Para ter acesso aos fundos tem que solicitar formalmente e ter a solicitação aprovada. Após isso tem que devolver a quantia para o fundo de acordo com um calendário acordado por eles. De acordo com material de divulgação da BNVS, a comercialização é feita de forma participativa e direta com o consumidor, refutando atravessadores⁴². São vendidas a “preço ‘justo’, já acrescida uma taxa de 12% a fim de garantir um fundo para a sustentabilidade da Cooperativa”.

2.2 A Prainha do Canto Verde e os grupos produtivos

Antes de conhecer a Prainha do Canto Verde já havia ouvido falar sobre a localidade e também visto notícias na internet sobre a questão da disputa de terra entre os moradores e empresários: a Prainha do Canto Verde, além de bonita é um lugar de

⁴¹ Quando estive em 2014 na Bodega de Aracati uma das associadas me disse que um dos objetivos deles era conseguir ter o projeto aceito para venda nas escolas, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em 2015 eles conseguiram vencer uma licitação para o repasse de ovos e jerimum.

⁴² Pessoas que compram a produção dos produtores por preço geralmente abaixo do mercado e vende por um preço mais alto.

muita resistência. Quando comecei a pesquisar sobre a Rede Bodega soube da existência da sede de Aracati. Mais de um ano depois, em um evento organizado pela Rede em Fortaleza, conheci os produtos dos grupos de lá, que me chamaram atenção pela diversidade e criatividade. Quando decidi continuar pesquisando o mesmo tema para o mestrado pensei na possibilidade de conhecer os grupos da Prainha do Canto Verde.

Para escrever o projeto de mestrado fui a sede em Aracati e conversei com uma das gestoras da Bodega, Andréa, para conhecer como funcionava e era organizada a BNVS. Andréa, muito solícita, fez um apanhado geral da Bodega, contando a história de como começou, como funciona atualmente, as dificuldades, além das perspectivas de futuro. Um dos pontos que ela destacou foi que cada Bodega tem seu modo de se organizar, suas peculiaridades. Já no mestrado, para iniciar meu campo fui de novo em Aracati para saber como estava a Bodega mais de um ano depois. Conversei novamente com Andréa e nessa ocasião ela me deu alguns contatos de associadas tanto de Aracati como da Prainha (como é chamada pelos moradores).

Na ocasião dessa mesma viagem aproveitei para conhecer uma produtora da Bodega, a Maria, que trabalha com agricultura familiar⁴³, principalmente com produtos derivados do caju. Na conversa que tivemos comecei a ter uma ideia de como eram os grupos que faziam parte da BNVS, bem diferentes do grupo com qual tinha tido contato até então, o de Fortaleza. No caso em questão, do grupo que ela faz parte, que começou com a participação de seis famílias, hoje apenas ela e o marido continuam ativos, ou seja, existem grupos com um pequeno número de participantes.

Algun tempo depois fiz minha primeira incursão em campo na Prainha do Canto Verde. Entrei em contato com a integrante da BNVS que Andréa tinha me indicado e ela me passou o contato de outra integrante que tem uma pousada lá. Reservei um quarto, pedi algumas informações de como chegar e fui.

Para chegar na Prainha você compra uma passagem de ônibus com destino a Aracati ou a Fortim, dois municípios do litoral leste do Ceará, porém desce antes do destino final, em uma localidade chamada Lagoa da Poeira. Quando você desce na estrada geralmente tem dois mototaxistas para levar você ao seu destino (esse traslado também é ofertado pelas pousadas). Da lagoa da Poeira para a Prainha do Canto Verde

⁴³ Segundo Lamarche (1993), a produção agrícola é sempre assegurada por explorações familiares, seja em maior ou menor grau. E essa exploração familiar “corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família.” (1993, p.15).

são aproximadamente seis quilômetros que se percorre em uma estrada asfaltada. Nesses seis quilômetros passamos por dois povoados, um de cada lado da pista, depois tem uma área com vegetação, outra área com algumas dunas até começar a aparecer novamente algumas casas. Quanto mais se aproxima do mar as casas vão se tornando mais frequentes, já estamos na Prainha.

A pista continua até a beira da praia e em diversos pontos a areia toma conta do asfalto. Entretanto, de acordo com relatos dos moradores antes tinha uma boa distância da pista para o mar. Porém, com o avanço deste, que já derrubou diversas casas e barracas que ficavam à beira-mar, essa distância hoje é bem pequena.

A Prainha do Canto Verde é um distrito pertencente ao município de Beberibe e fica a aproximadamente 117 km da capital Fortaleza. Tem aproximadamente 1200 moradores e a principal fonte de renda é a pesca e o turismo. Estando localizada próximo ao mar, fora a pista que dá acesso à localidade, todas as outras ruas são de areia. Há bastantes dunas móveis na região, de forma que algumas casas foram soterradas devido ao deslocamento da areia provocada pelo vento, que é forte. As casas, aproximadamente 200, são em sua maioria de alvenaria. Há uma escola, um centro comunitário, as sedes das duas associações, em torno de três mercadinhos, um depósito de construção, uma pizzaria e poucos bares e barracas que só funcionam nos finais de semana. Há uma Igreja católica (com a fachada em forma de barco) e uma igreja evangélica. Na beira da praia uma grande quantidade de barcos e pesqueiras, que são cabanas construídas com palha de coqueiros.

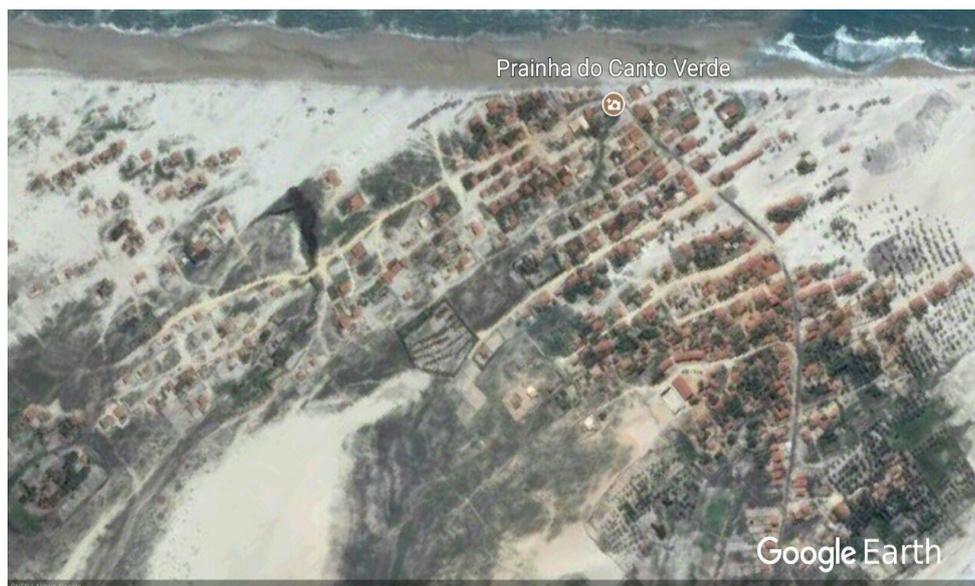


Foto 01: Vista aérea da Prainha do Canto Verde (Fonte: Google Earth)



Foto 02: Pesqueiras e barcos na beira da praia

Sendo alvo de especulação imobiliária desde os anos 1970, os moradores da Prainha, em parceria com o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH), travaram uma luta judicial contra imobiliárias que diziam serem donas da terra em questão. Com parcerias de ONGs nacionais e internacionais os moradores conseguiram uma pequena vitória diante dos empresários, e em 05 de junho de 2009 foi decretada a criação da Reserva Extrativista (Resex) da Prainha do Canto Verde⁴⁴, com área de aproximadamente 29.794 hectares, sendo a instância responsável de ordem federal⁴⁵. Entretanto, ainda hoje há uma disputa judicial contra um empresário cearense que alega ser dono de metade da parte terrestre da Resex, e que tem uma casa de veraneio na localidade. Em decorrência disso hoje existem duas Associações de Moradores na Prainha do Canto Verde: uma mais antiga, a Associação de Moradores da

⁴⁴ “A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. É de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.” Fonte: <https://uc.socioambiental.org/uso-sustent%C3%A1vel/reserva-extrativista>. Acesso em: 15/10/2016

⁴⁵ O Decreto pode ser consultado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Dnn/Dnn12059.htm Acesso em 16/10/2016

Prainha do Canto Verde, fundada em 1989, e outra fundada em 2009, a Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e Adjacências (AIMPCVA). A primeira apoia a existência da Resex em seu território total, a segunda é contra o decreto da parte terrestre da Resex, pois esta impede a venda da terra e a construção sem fiscalização, assim como possibilita a desapropriação de casas construídas em áreas impróprias.



Foto 03: Sede da Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde

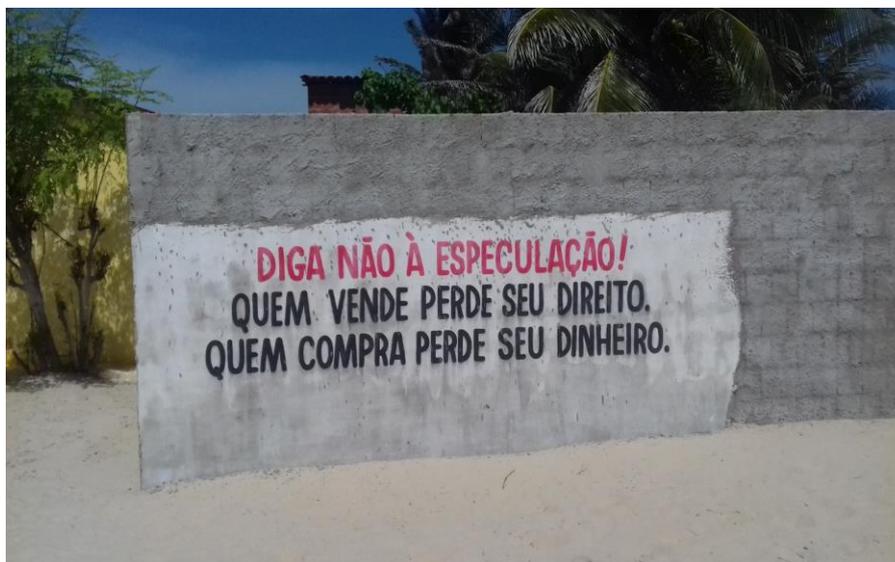


Foto 04: Intervenção realizada pela Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde nas ruas da
localidade



Foto 05: Sede da Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e Adjacências



Foto 06: Intervenção realizada pela AIMPCVA nas ruas da localidade

Na década de 1980 um suíço chamado René chegou na Prainha do Canto Verde para conhecer a localidade. Funcionário de uma companhia de aviação suíça, René morou em alguns países, sendo o último deles o Brasil, onde chegou em 1981, aos 40 anos de idade, para trabalhar como diretor da filial da companhia aérea em São Paulo. Devido ao trabalho e também por lazer, ele conheceu diversos estados brasileiros e, segundo ele, o Nordeste, e principalmente o Ceará, sempre lhe despertaram maior interesse. Em uma viagem em 1985 para Jericoacoara um amigo falou para ele da Prainha do Canto Verde e então no ano seguinte foi conhecer o local. René me contou

que nunca pensou em seguir carreira e ficar rico e que tinha a ideia de, em algum momento de sua vida, iniciar um projeto sem fins lucrativos. A visita a Prainha e o conhecimento dos conflitos que a localidade enfrentava, tanto com relação a especulação imobiliária como em relação a pesca da lagosta, despertaram o seu interesse.

Após algumas visitas durante a década de 1980 à Prainha do Canto Verde, em 1992 René resolveu se aposentar e ir morar lá. Se envolvendo nas questões comunitárias desde que conheceu a localidade, René, utilizando seu conhecimento de trinta anos trabalhando na área de administração, começou a participar da Associação de Moradores e a elaborar alguns projetos junto com eles para alcançar algumas melhorias para a população. Dessa forma, projetos relacionados à pesca, à saúde, à educação e ao turismo comunitário foram sendo desenvolvidos. Junto aos seus amigos da empresa em que trabalhou, ele fundou a Associação Amigos da Prainha⁴⁶, que fomentou diversos desses projetos. Dessa forma René fixou morada na Prainha do Canto Verde, casou com uma nativa da região, a Marly, e vive lá há 25 anos. Hoje ele ainda faz parte da Associação de Moradores e participa do Conselho de Turismo Comunitário e do Grupo de Trabalho sobre Pesca.

Dentro desse contexto da organização comunitária, alguns moradores da Prainha começaram a trabalhar com o turismo comunitário, um tipo de turismo que visa garantir a sustentabilidade do local preservando as atividades tradicionais e o meio ambiente, sendo planejado e gerido pelos próprios moradores e não por pessoas ou empresas de fora. A pousada que me hospedei é gerida baseada nesses princípios e faz parte da Rede Tucum⁴⁷, uma rede de turismo comunitário do Ceará que atua em quatorze localidades do estado, sendo duas na capital e as outras divididas entre o litoral leste e oeste.

A Prainha do Canto Verde, entre diversas singularidades, é conhecida pelo seu histórico de resistência, por conta dos conflitos territoriais e a criação da Resex, e por ser uma das pioneiras a trabalhar com o turismo comunitário no Ceará. De forma que facilmente, em pesquisas pela internet, encontram-se referências sobre sua história.

Ao chegar na pousada que me hospedei conheci Aila e João, os proprietários. João faz parte da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde e

⁴⁶ A Associação foi extinta em 2012.

⁴⁷ Para mais informações sobre a Rede Tucum: <http://www.tucum.org/> Acesso em 17/10/2016

em diversos momentos da minha estadia lá falou sobre o processo de constituição da Resex e os conflitos entre os moradores. Aila, além de participar da mesma Associação também faz parte da Rede Bodega e foi uma das mulheres com quem conversei sobre os grupos de artesanato da Prainha e entrevistei para a dissertação. Além dela conversei com mais duas associadas que produzem artesanato: Fernanda, que é artesã e participa do mesmo grupo que Aila, e Marly, que já foi presidente da BNVS e foi quem apresentou a Rede Bodega para os moradores da Prainha. É por meio de seus relatos que apresento os grupos produtivos de tal localidade.

Arte Canto e Arte Manual

Quando expliquei para Aila que gostaria de conhecer um pouco mais sobre a Bodega de Aracati e os grupos da Prainha do canto Verde, ela me falou que quem sabia mais da parte institucional, com datas etc. era a Marly. De forma que na minha primeira noite na pousada, durante o jantar, conversei com Marly e seu esposo, o René.

Marly comentou que antigamente a maioria das artesãs da Prainha trabalhava principalmente com o labirinto⁴⁸. Entretanto a dificuldade de comercializar sempre foi uma constante, fazendo com que vendessem seus produtos para atravessadores por preços muito baixos.

Durante alguns anos houve um projeto na escola da Prainha chamado Arte Escola, que tinha o intuito de ensinar artesanato para os jovens e para suas mães. Segundo Marly e Aila, o projeto tinha a finalidade de resgatar a cultura local por meio do artesanato e também descobrir novas formas de produzir. Eles aprenderam a fazer artesanato com madeira, quenga de coco, com material reciclado, pintura em tecido, entre outros. Quando o projeto acabou, algumas pessoas continuaram produzindo. A partir daí surgiram dois grupos de artesanato: o Arte Canto e o Arte Manual.

O Arte Canto tem cinco integrantes, sendo três afiliadas à Cooperativa. O Arte Manual tem dez integrantes, sendo uma filiada. Antigamente os grupos tinham mais participantes, mas como Marly diz, “os jovens são muito dinâmicos” e acabam indo fazer outras coisas, saindo dos grupos produtivos.

⁴⁸ Labirinto é um tipo de bordado muito difundido principalmente na região Nordeste do Brasil.

Conhecendo a Rede Bodega por meio da Cáritas, em um encontro de planejamento e avaliação que essa instituição realizou na Prainha, conheceram a proposta da Rede e decidiram fazer parte da Bodega de Aracati. Isso ocorreu entre 2006 e 2007.

Durante mais ou menos cinco anos existiu uma loja em um espaço da Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde, em que os grupos vendiam seus produtos. Quando se filiaram à Bodega de Aracati começaram a vender também os produtos de grupos de outros municípios. Entretanto, Marly comenta que ficou inviável a logística de fazer o deslocamento dos produtos, manter a loja aberta, já que tinha que pagar alguma pessoa para dar o expediente. De forma que decidiram comercializar apenas por meio da Bodega de Aracati.

Hoje em dia, Aila tem uma pequena loja na sua pousada e lá vende os produtos dos grupos da Prainha. Além desses dois pontos comerciais, comercializam em feiras de economia solidária e outros eventos que são convidados, como o Encontro Sesc Povos do Mar⁴⁹, evento que acontece anualmente. Eles trabalham também por encomenda.



Fotos dos produtos confeccionados pelas artesãs da Prainha do Canto Verde

⁴⁹ De acordo com o SESC “o projeto tem como objetivo promover a visibilidade e a valorização das comunidades litorâneas, que apresentam oficinas, vivências e histórias de vida durante os cinco dias de atividade.” Mais informações: <http://www.sesc-ce.com.br/index.php/publicados/4860-participe-do-encontro-sesc-povos-do-mar.html> Acesso em: 18/10/2016

De acordo com Marly, o forte dos grupos hoje é a produção de artesanato com tecido: livros de pano, camisetas com apliques, marca textos, brinquedos como bola, dado. Havendo uma grande variedade de produtos.

Assim, nos grupos da Prainha, como no grupo de Fortaleza, por exemplo, nem todo mundo que participa do grupo é afiliado à Rede Bodega. Entretanto, os produtos de todos que participam dos grupos da Prainha são vendidos na loja como um produto do grupo, diferentemente do grupo de Fortaleza, em que os produtos de quem participa apenas da AMA e não da Budegama não são comercializados como sendo do coletivo.

CAPÍTULO III

SIGNIFICADOS DA SOLIDARIEDADE POR MEIO DE ESTÓRIAS DE VIDA

Neste capítulo, apresento a experiência de três associadas da Bodega Nordeste Vivo e Solidário buscando interpretar, por meio de suas narrativas de vida, os significados que elas atribuem à noção de solidariedade e às relações existentes entre os grupos que integram a Bodega.

Para isso, inicio o capítulo apresentando as estórias de vida fruto de entrevistas realizadas, em dias distintos, nas casas das associadas na Prainha do Canto Verde. Construo o texto a partir das narrativas dessas mulheres que traçaram suas trajetórias de vida enfatizando fatos importantes destas. Essas mulheres, portanto, responderam a questões colocadas por mim em relação à trajetória profissional, à inserção na Rede Bodega e ao sentido, para elas, da palavra solidariedade.

Após a apresentação das estórias de vida, faço uma análise das narrativas, inter cruzando as estórias. Tal análise visa apreender as representações dessas mulheres acerca dos significados que elas atribuem à solidariedade, termo primordial na Economia Solidária. Nesse encontro das narrativas, uma reflexão sobre a mulher na Economia Solidária se mostra latente. Para fomentar tal discussão, utilizo, ainda, entrevistas realizadas com três mulheres associadas da Rede Bodega e integrantes do empreendimento produtivo solidário de Fortaleza, a Budegama⁵⁰.

⁵⁰ A Budegama é um empreendimento produtivo solidário formado por seis mulheres da cidade de Fortaleza que são associadas da AMA. No início da formação do grupo, no ano 2000, elas passaram por um processo de desapropriação de suas casas, no Conjunto Nova Esperança, conduzido pela Prefeitura de Fortaleza. Esse fato fez com que se mobilizassem para garantir os documentos de posse da terra, o que conseguiram em 2003. Esse episódio é considerado, por algumas delas, como o ponto inicial da AMA. Logo depois, precisando de um local para vender seus produtos, começaram a catar material reciclável para arrecadar dinheiro. Em 2008, ao participarem do projeto da Rede Bodega fomentado pelo PAPPS, conseguiram alugar o espaço onde trabalham e comercializam até hoje. Entre 2012 e 2014, entrevistei três associadas da Budegama: Mafalda, Bernadete e Margarida (nomes fictícios) sobre o seu trabalho na Economia Solidária e as mudanças que ocorreram em suas vidas após suas inserções na Bodega (PEREIRA, 2014).

3.1 A estória de vida de Aila

Conheci Aila em setembro de 2016, quando fui pela primeira vez fazer pesquisa de campo na Prainha do Canto Verde. Quando estive em Aracati, para conhecer de perto a Bodega Nordeste Vivo e Solidário, Andréa, que estava responsável pela loja na ocasião, comentou sobre os serviços de hospedagem que algumas pessoas da Bodega ofereciam na Prainha, baseados no turismo comunitário, e me indicou a Pousada Sol e Mar, que pertence e é administrada por Aila e seu marido, João. Por telefone, reservei os dias da minha estadia.

Ao chegar na pousada, fui recebida por Aila. Apresentamo-nos e ela me conduziu até o quarto em que eu ficaria hospedada. Conversamos rapidamente e expliquei que queria conhecer um pouco mais da experiência da Bodega de Aracati por meio das integrantes. Ela respondeu de forma positiva e disse que iria falar com Marly, que mora na casa ao lado da sua, para ela conversar comigo nessa mesma noite, já que no outro dia ela estava com viagem marcada. Nesse entremeio, conheci Jaila, sua filha, e João, seu esposo — ambos trabalham na pousada junto com Aila.

Tendo em vista que já havia reservado o primeiro dia para conversar com Marly⁵¹ sobre a Bodega de Aracati, combinei de conversar com Aila no segundo dia. Assim, após o jantar, enquanto ela pintava alguns tecidos — que no outro dia soube que seriam dados de presente para amigos na Suíça —, tivemos nossa primeira entrevista acerca do seu trabalho na Bodega e sua vida.

Ao pedir para que falasse sobre sua vida, Aila riu. Começou dizendo que nasceu em uma localidade chamada Fontainha, mas que, quando tinha oito anos de idade, seus pais foram morar na Prainha, e desde então é lá onde mora. Hoje, está com 53 anos. Ao continuar sua narrativa, ela conta que aos 19 anos casou-se com João, mas que dos 14 aos 18 anos morou em Fortaleza. Casou-se ao voltar para a Prainha, tendo seu primeiro filho com 22 anos e a segunda filha aos 30 anos.

Após essa breve narrativa sobre alguns fatos de sua vida, afirmou que gosta muito de morar na Prainha do Canto Verde, e que não tem vontade de sair de lá. Além disso, disse gostar muito de “trabalhar com as mãos” e que “não gosta de ficar parada”. Em seguida, comentou sobre um momento muito difícil de sua vida, que foi a morte de seu primogênito, e a dificuldade de aceitar tal perda. Asseverou que o trabalho, o

⁵¹ A entrevista com Marly será apresentada no terceiro subtópico.

restaurante e a pousada, com o turismo comunitário e as conversas com outras pessoas, ajudaram a superar tal momento. Fazendo sempre referência a Deus, agradecendo à vida que tem, observou que existem dificuldades, mas que se sente uma pessoa muito feliz.

Em nossa primeira conversa, não fez nenhuma menção à infância ou à adolescência, assim como deu nenhum detalhe sobre os anos vividos em Fortaleza. O casamento, os filhos e o trabalho se destacam em sua narrativa de vida.

Fazendo constantes referências à sua família, aos trabalhos que realizou ou ainda realiza, ao gosto por criar artesanatos e ensinar os outros — enfatizando sempre a questão do trabalho coletivo —, Aila constrói sua narrativa de vida se constituindo como sujeito a partir de suas experiências como mulher, filha, mãe, esposa e trabalhadora que sempre está à frente dos negócios da família.

A infância e a adolescência

Aila nasceu em uma localidade chamada Fontainha, próximo a Canoa Quebrada, também litorânea. De pai pescador e mãe labirinteira, é a terceira de onze filhos. Aos oito anos foi morar na Prainha, onde vive até hoje. Com poucas lembranças dessa parte da sua infância, disse que lembra mais da ida para a Prainha, quando visitava sempre seus avós que ficaram em Fontainha e por quem tinha muito apego. Apontando que a vida de sua família não era fácil, afirmou que, para estudar, ela e os irmãos tinham que ir para outra comunidade⁵², onde uma senhora lhes ensinava. Para isso, tinham que andar por volta de seis quilômetros, saindo de manhã cedinho e voltando ao meio-dia.

Sendo a terceira filha mais velha, ajudava muito a sua mãe nas tarefas domésticas e na criação de seus irmãos, sendo chamada de mãe por alguns deles. Também começou a trabalhar com artesanato muito cedo, bordando labirinto, atividade que aprendeu com a mãe.

Mas a gente... era duro. A gente trabalhava, ela não criava a gente solto na rua. A gente ia pra aula, chegava e ia ajudar ela lavando louça, limpando peixe, fazendo labirinto. Porque meu pai pescava e ela mesmo que ajudava na renda. Então assim, ela botava a gente pra fazer também. Até meus irmãos homens faziam labirinto. Hoje se tu vê um homem fazendo labirinto é uma coisa estranha (Aila, em entrevista realizada em 10/10/2016).

⁵² Aqui, utilizo a categoria comunidade no sentido êmico, usado pela entrevistada, que se refere a uma localidade vizinha de onde morava e que possuía um pouco mais de recursos.

Sobre os momentos de lazer, lembra, saudosista, das brincadeiras “tradicionais de interior”, como ela diz, como brincadeiras de roda, de casinha e amarelinha. E nada de brinquedos industrializados; eram todos feitos manualmente. Não havendo energia, todos dormiam cedo, sendo os dias de lua cheia aqueles em que podiam brincar à noite no terreiro das casas, sob os cuidados dos mais velhos, que ficavam conversando próximo.

Conta que aos doze anos foi trabalhar fora de casa pela primeira vez. Foi morar na casa da filha da madrinha de sua irmã mais velha, em Aracati, pois esta tinha engravidado e precisava de alguém para ajudar nos trabalhos domésticos. Sua irmã mais velha já morava lá desde os nove anos. Aila foi, mas sua mãe colocou a condição de que ela estudasse. Entretanto uma crise de apendicite fez com que passasse apenas sete meses em Aracati. Aliás, o fato de estar em um município maior, segundo Aila, salvou sua vida, já que teve que ir às pressas ao hospital, onde foi logo encaminhada à sala de cirurgia, ficando dezoito dias no hospital devido a uma infecção.

Após três meses, já recuperada, voltou para a casa onde trabalhava, mas devido ao trabalho pesado resolveu voltar para junto dos pais e ajudar sua mãe. Aos quatorze anos, novamente apareceu a possibilidade de trabalhar em casa de família, agora em Fortaleza. Com a mesma condição de continuar estudando, sua mãe a deixou ir. Dessa vez ficou quatro anos. Trabalhando durante o dia e indo para a escola à noite, chegou a cursar até a sétima série, não terminando o primeiro grau. Disse que foi um período muito bom, de muitos aprendizados, época em que Fortaleza era maravilhosa, em suas palavras, e que podia andar a pé tranquilamente pela cidade com as amigas.

Aos dezoito anos voltou a morar na Prainha, e logo depois se casou.

Aí nos meus dezoito anos... aí eu queria ir embora, mamãe foi me buscar. Papai nunca quis que as filhas fossem por... mas a mamãe era que... precisava também, porque nessa época que eu fiquei lá eu ajudei muito a ela. Hoje, assim, ela me olha assim: ‘a Aila me ajudou’... Mas ajudei, porque eu sabia a dificuldade que tinha pra criar meus irmãos. Então assim, o meu salário que eu pegava eu comprava roupa pros meus irmãos, trazia prato, trazia essas coisas, né? Uma vez que eu vinha eu trazia pra minha mãe. Então assim, eu ajudei. Aí com dezoito anos eu vim embora e nos meus dezoito anos que eu cheguei, então assim, parecia que já tava escrito que eu tinha que casar (risos). Aí acabei namorando com o João e a gente casou rápido. Namoramos menos de um ano. Só que o João já era... fazer que nem o outro assim, eu acho que já tava traçado dos meus doze anos, a gente já tinha, assim, aquele, sabe? Mas, assim foi o meu primeiro namorado, primeiro amor, assim, e ficou. Aí a gente casou (Aila, em entrevista realizada em 10/10/2016).

O casamento marcou uma nova fase na vida de Aila. Após alguns anos morando em Fortaleza, voltou para o seio de sua família e logo se casou, começando a constituir sua própria família. Com isso, deixou de trabalhar para outras pessoas e iniciou sua jornada de empreendimentos próprios junto com o esposo e familiares.

O casamento e a construção dos negócios próprios

Aila conta que, aos dezenove anos, casou-se e foi morar na casa dos pais de seu esposo. Não sendo uma convivência muito harmoniosa, mudaram-se para a residência do avô de João. Fazendo peças de labirinto para vender e gerar renda, montaram uma mercearia, o primeiro ponto comercial do casal.

Assim, porque de primeiro as pessoas nem pensavam em casa no interior pra casar. Casava e pronto. Aí a gente não tinha nada. Fui morar com a minha sogra. Aí eu fazia labirinto, ele comprava o tecido eu fazia labirinto e a gente vendia e a gente montou uma mercearia, né? Aí assim, acabou que ele tinha mais três irmãos, aí morar com sogra, morar com outros jovens é sempre complicado. Aí a gente foi morar com um avô dele que morava sozinho. Aí lá no avô dele, o avô dele me tinha como uma filha. Tanto é que quando ele faleceu eu senti muito. Aí ele tinha um quartinho lá, a casa era grande, aí ele deu o quartinho pro João: ‘Taí, João, é pra você’. Aí a gente montou uma mercearia. Aí pronto assim, graças a Deus, deu certo. A gente montou a mercearia depois a gente começou a construir a nossa casa (Aila, em entrevista realizada em 10/10/2016).

Aila e João moraram dois anos com o avô dele. Após sua morte, Aila, muito apegada a ele, disse que chegou a perder o bebê que esperava, após “um medo muito grande” que teve. Decidiram, então, voltar a morar com os pais de João, enquanto a casa deles ainda estava em construção. Segundo Aila, todo dia era a mesma penitência: passavam o dia na casa que era do avô de João, por conta da mercearia, e dormiam na residência dos pais dele. De forma que se apressaram para terminar a construção da casa.

Aí quando eu vim pra minha casa aqui ainda num tinha nem as portas ainda, mas já tava levantada, coberta, tudim [sic]. Aí eu já vim grávida do meu filho de três meses. Aí a gente já tinha um comércio lá, uma bodeguinha, né? Chamava bodega. Aí a gente trouxe de lá pra cá e graças a Deus deu certo. A gente vendia suco, vendia tudo (risos) (Aila, em entrevista realizada em 13/09/2016).

Como Aila relatou, quando ela estava grávida de seu segundo filho, Kenon, ela e João foram morar na casa própria. Quando Kenon estava com aproximadamente um ano e seis meses, seu marido foi trabalhar em Manaus, ficando lá por três anos. Nesse ínterim, Aila, com seu filho muito pequeno, voltou a morar com seus pais. Enquanto João estava em Manaus, a mercearia passou para os cuidados da mãe deste e depois voltou para os cuidados de Aila, junto com duas irmãs do esposo. Nessa época, com a Prainha ainda sem energia elétrica, João trouxe uma grande novidade para a localidade: uma televisão em cores, o que movimentou bastante o comércio deles:

Aí ele trouxe um som de Manaus, trouxe uma televisão a cores [sic], que era a primeira televisão da... sempre aqui a minha casa era assim. Não tinha energia. Aí no primeiro ano que ele foi, que fiquei eu e a irmã dele na mercearia, aí ele veio, comprou o gerador pra luz. Trouxe o som, trouxe uma televisão colorida. Aí aqui em casa era assim, foi uma época muito boa. A gente vendia muito. A gente botou cerveja, botou bebida sabe? Essas coisas. Mas sete, oito horas a gente fechava. Não ia até tarde não. Mas deu muito certo, graças a Deus. Tinha o pessoal que vinha pra televisão, aí comprava um suco... eu sei que foi muito bom. Mas esse gerador me dava tanta dor de cabeça pra mim (risos). Ele tinha que rodar a manivela. Então pra pegar era um... aí só vivia no prego [sic]⁵³. Eu só vivia na casa do mecânico em Parajuru. Quando ele me via: 'Já sei!' Aí ajeitava (Aila, em entrevista realizada em 10/10/2016).

Após três anos, João voltou para a Prainha para morar com a família. Com seu filho com quase cinco anos, continuou a cuidar da mercearia com Aila. Muito animado, começou a fazer um forró em casa, até que decidiram encerrar as atividades da mercearia e começar o serviço de hospedagem e alimentação.

Sim, aí ele fazia uns forrós. Tinha a mercearia e tinha uma sala e a gente fazia um forró. Era bom, dava gente. No sábado era famoso o forró. Ele também sempre gostou de forró. Antes dele ir pra Manaus ele fazia, o pai dele tinha um salão grande e ele sempre gostou de som. Ele era quem animava a comunidade. Ele sempre foi uma pessoa muito divertida. Ele gosta de brincar, tudim [sic]. Sempre fazia um forró dia de domingo pras meninas dançar. Aí às vezes negócio assim de forró com bebida dá confusão, tem bebida. Aí você aguenta coisa. Aí chegou um momento que eu cansei. Porque eu sempre fui assim à frente. Na mercearia eu que fazia as compras. Ele sempre tava ali, mas era eu que tomava mais as atitudes. Aí eu disse que tava cansada. Chega de forró, chega de tudo. Aí paramos de fazer forró. Aí a gente foi pro lado da pousada (Aila, em entrevista realizada em 10/10/2016).

A ideia de abrir uma pousada e um restaurante foi encorajada por René e pelo Conselho de Turismo Comunitário da Associação de Moradores. O suíço levou

⁵³ “Estar no prego” é uma expressão popular que indica que algum objeto está quebrado.

diversos amigos para conhecer a Prainha do Canto Verde e também desenvolveu, junto aos moradores, vários projetos sociais de apoio ao turismo, à pesca, ao artesanato, entre outros, como já citado anteriormente.

Aí foi a chegada do René, né, que o René veio pra Prainha. Aí o primeiro contato que o René teve foi com meu sogro, aí ficava com a gente. Aí depois que o João veio de Manaus, aí o René já vinha mais vezes e vinha amigos do René e às vezes não tinha onde ficar. Aí a nossa casa era aqui embaixo e a gente tinha seis quartos. Eram pequenos os quartos, mas era pequena a nossa família, só era quatro pessoas. Era três, que a Jaila não era nem nascida ainda. Aí a gente começou alugando um quarto, alugando dois, alugando três, aí depois também chegava uma pessoa e não tinha onde comer, aí eu comecei a fazer a comida, aí o pessoal começaram a gostar da comida (Aila, em entrevista realizada em 10/10/2016).

René, por meio de suas relações de amizade, também ajudou no incentivo à produção de labirinto. Uma amiga italiana dele começou a fazer encomendas para levar à Itália, o que, segundo Aila, melhorou a qualidade do bordado, já que a italiana era muito exigente, além de ter diminuído a venda para atravessadores.

[...] a gente já fazia labirinto, só que a gente vendia muito pro atravessador. O labirinto sempre foi vendido pro atravessador. Era muito barato. Muito, muito, muito, muito. Aí com a vinda do René, ele tinha uma amiga que era italiana. Aí ela montou um projeto com labirinto. Ela disse que na Itália ela tinha muitas amigas, aí como ela gostou da comunidade, viu as labirinteadoras, ela disse que ia fazer um projeto, mas não pra ela levar pra vender. Mas assim, que as amigas dela faziam as encomendas, né? E ela trazia as encomendas e levava. Então esse projeto durou dez anos. Era lençol, bandeja, jogo americano, um monte de coisas... Aí ela trazia o linho e a mostra, tudim, e aqui tinha uma pessoa responsável, que tomava de conta, era até minha irmã. Só que a mão de obra que ela pagava era... valorizou muito, sabe? Porque era bom, foi muito bom. Mas também ela era muito exigente: 'Eu tô pagando bem, não é pra mim'. Explicou tudim. Aí com o René ali. Aí então assim, isso fez com que o labirinto da Prainha melhorasse a qualidade. Melhorou bastante. É tanto que assim, tem pessoas de Fortaleza que vem e sabe a diferença. Porque o labirinto daqui ele é mais caro do que talvez lá em Fortaleza. Mas quando ela acaba olhando a qualidade do daqui ela sabe porque que é mais caro (Aila, em entrevista realizada em 13/09/2016).

Nessa época, vários projetos estavam sendo desenvolvidos na Prainha, entre eles projetos de incentivo ao turismo comunitário e ao artesanato. Aila se inseriu nos dois. De acordo com ela, a ideia de inserir o novo empreendimento da família nos preceitos do turismo comunitário foi de René.

Aí a gente começou a alugar um quarto, dois quartos, aí... Aí assim, vamos se pensar no turismo [sic]. Que tipo de turismo nós vamos querer pra nossa comunidade? É tanto que a gente visitou Canoa... Não só eu, mas outras

peças da comunidade pra ver se era do jeito... então o René deu a ideia do turismo comunitário, que era bom, tudim [sic]. Aí a gente ‘Vamo! Turismo comunitário’. E até hoje deu certo. E assim, a Prainha eu acho que foi uma das primeiras do Ceará [a trabalhar com o turismo comunitário] (Aila, em entrevista realizada em 13/09/2016).

Desde que decidiram investir no ramo da hospedagem e da alimentação, Aila e João não pararam mais. A pousada que administram tem mais de quinze anos e, nesse tempo, muitas mudanças foram feitas. Hoje, além da varanda onde servem as refeições, a sala com televisão, o banheiro e a cozinha na parte de baixo, tem os quartos que foram construídos no andar superior, proporcionando aos hóspedes uma bela visão da paisagem da Prainha do Canto Verde. Além de oferecer serviços alimentícios, entre eles a venda de sorvete, que percebi que tem uma grande demanda, também trabalham com recarga de créditos para celular, outro serviço bastante procurado pelos moradores.

O artesanato e a Bodega Nordeste Vivo e Solidário

Concomitantemente ao início do trabalho na pousada e no restaurante, na década de 1990, Aila começou a participar de um projeto ensinando artesanato a jovens e adultos na escola da localidade. Projeto que lhe deu muita satisfação, por ver outras pessoas aprendendo o que ela tanto gostava de ensinar. Com o fim desse projeto na escola, por falta de apoio da Prefeitura, Aila continuou a produzir artesanato com algumas pessoas da Prainha. Por incentivo da Marly, associou-se à Bodega de Aracati.

Aí o projeto durou o tempo que era pra durar, aí depois eles foram embora e ficou, né, assim, as meninas que começaram com ela ficaram meio perdida. [...]. Aí eu comecei a conversar com as meninas que ficaram com essa moça: ‘vocês querem continuar fazendo artesanato?’ ‘quero!’. Aí eu comecei a ficar com elas, indo pra escola. Aí já trabalhando um pouco daquilo que elas faziam. Aí assim, nisso a gente descobriu que a gente tinha tudo a ver, né? Aí eu peguei essas meninas que já tinham começado, outras que quiseram entrar, e a gente começou a trabalhar. Aí começamos a fazer bonequinhas, aí fazer trabalhos com retalhos. [...] e nisso eu comecei a ensinar, eu aprendi muito com elas, elas acabaram aprendendo comigo e a gente montou um grupo: Arte Canto. O nome nem era Arte Canto, era outro nome. Aí depois a gente escolheu Arte Canto. Aí depois com a ida da Marly pra Bodega a gente começou a fazer os produtos pra ir também pra Bodega. [...]. Aí com uns dois, três anos que eu tava na escola aí a gente sentou com a Marly... aí como o marido dela sempre trouxe projetos pra dentro da comunidade aí a Marly: ‘Aila, vamo... por que que a gente não monta um projeto, né? Pra vocês dar oficina na escola e botar na carga horária da escola’. Aí eu disse: ‘vamos’. Aí sentamos com a escola, a escola deu apoio. Aí a gente começou a trabalhar.

Trabalhamos um ano voluntário (Aila, em entrevista realizada em 13/09/2016).

Mesmo sem retorno financeiro, Aila sentia satisfação em trabalhar com artesanato e passar o conhecimento que tinha a outras pessoas.

Aí depois de acho que uns dois, três anos que a gente trabalhou na escola aí o projeto acabou, mas também eu não desisti. Eu fiquei com os grupos indo trabalhar em casa, né? E também dentro da escola a noite tinha um grupo de mães que fazia o EJA⁵⁴. Que aí também a gente botou na carga horária que aí a gente dava a noite. Uma vez por semana a gente ficava com elas. E nesse grupo das mães saiu um grupo de mães que produz até hoje. E também saiu vários grupos de adolescentes. Crianças que eram pequenininhas que hoje... Ai! Foi muito... Assim, eu me sinto muito gratificada por ter continuado e ter incentivado. E ver hoje os grupos produzindo (Aila, em entrevista realizada em 13/09/2016).

Foi muito rico assim, as crianças aprenderam muito. Nossa! Era uma coisa que eu me dediquei assim, porque eu gostava muito. Aí tinha a pousada e meu marido tinha raiva porque às vezes chegava a hora de eu ir e tinha cliente (risos). E eu ia porque eu gostava, ia sem ganhar até. Muitas vezes eu fui sem ganhar até. No início foi mais de um ano que a gente trabalhou sem ganhar nada. Nada, nada mesmo. Mas eu ia. Muitas vezes eu tive que pagar alguém pra ficar aqui pra mim ir, pra mim não faltar as oficinas, porque eu gostava. E foi muito bom (Aila, em entrevista realizada em 13/09/2016).

Hoje, sua principal fonte de renda é o trabalho na pousada. Assim, Aila produz seus artesanatos quando não está ocupada com esse serviço — momentos que ela considera como seu tempo livre. As encomendas e os produtos para a Bodega de Aracati são produzidos por ela nesse tempo, assim como pelas outras artesãs dos dois grupos existentes na Prainha.

Então assim, às vezes eu digo assim: ‘Eu queria ter tempo pra me dedicar só ao artesanato’. Porque eu tenho a pousada né? Aí é eu que cozinho, é tudo. Então eu só faço artesanato... fica quase em último plano. Quando eu tô mesmo sem fazer nada é que eu... mas eu tenho muitas encomendas, muitas. Mas as encomendas eu acabo dando pras meninas. Pras meninas que já aprenderam. E é muito bom. As minhas amigas veem: ‘Aila eu quero isso’. Então eu já sei quem vai fazer. Então assim, eu gosto muito dessa coisa de ajudar (Aila, em entrevista realizada em 13/09/2016).

⁵⁴ Educação de Jovens e Adultos.

Sendo uma das associadas mais atuantes na Rede Bodega da Prainha do Canto Verde, junto com Marly, Aila concilia hoje o trabalho na pousada, a produção de artesanato e a participação em reuniões da Rede e em feiras de Economia Solidária.

3.2 A estória de vida de Fernanda

Meu contato com Fernanda se deu por intermédio de Marly e Aila. Ao conversar sobre a Bodega Nordeste Vivo e Solidário e os grupos produtivos da Prainha, elas me sugeriram conversar com Fernanda, que produz artesanato e é associada da Rede.

Fernanda mora em uma região da Prainha do Canto Verde um pouco mais distante da rua principal, a qual os moradores chamam de Caucaia. Seguindo a única via asfaltada da localidade, após acabar o asfalto andamos mais uns dez minutos na areia fofa. Na primeira vez em que fui visitá-la, como me indicaram, segui até o final do asfalto e perguntei onde era a casa da Fernanda para os moradores que encontrei no caminho. Um senhor se ofereceu para me acompanhar até a casa dela. Como ele era acostumado a caminhar na areia fofa, logo fiquei para trás, tendo que me esforçar para acompanhá-lo no caminhar e na conversa.

Quando chegamos na casa de Fernanda, sem aviso prévio, pois o sinal de telefone celular não pega em sua casa, não podendo assim comunicá-la com antecedência, ela estava com seu esposo e os três filhos. Expliquei o motivo da minha visita e ela me recebeu bem, dispondo-se a ajudar.

Ao ser indagada sobre sua estória de vida, logo após uma breve conversa sobre sua participação nos grupos produtivos da Prainha do Canto Verde e sua fonte de renda, Fernanda disse que sua estória de vida é essa: era marisqueira, catava búzios e taioba⁵⁵ para consumo da família. Por incentivo de Aila (que é sua prima) e de Marly, aprendeu a fazer artesanato, associou-se à Rede Bodega e pôde acessar os recursos dos FRS, melhorando a renda. Participou de um grupo de artesanato que não deu certo e agora trabalha sozinha.

Ao resumir sua estória de vida aos aspectos relacionados ao trabalho e à renda, Fernanda nos mostra como a interação entre pesquisador e entrevistado, assim

⁵⁵ Apesar de ser mais comumente conhecida como uma planta, a Taioba aqui referida é um termo êmico e faz referência a um tipo de búzio.

como a condução da entrevista, fazem com que o entrevistado se refira à sua vida de acordo com o que ele compreende que espera que seja falado. Isso é o que Kofes (1994) chama de “reflexão”, resultado da interação no momento da entrevista. Para mim, o trabalhar com estórias de vida apenas com o material restrito à situação da entrevista é um processo minucioso, que requer paciência e cuidado na relação que se estabelece com o entrevistado para que seja possível obter informações substanciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao continuarmos nossa conversa, Fernanda falou mais sobre seus pais, sobre a família que ela formou após se casar e sobre os trabalhos que já desenvolveu e os que ainda desenvolve. Fazendo constantes referências à família e ao artesanato, Fernanda constrói sua narrativa se constituindo como sujeito a partir de suas experiências como mãe, artesã e católica.

A infância e a adolescência e a constituição de uma nova família

Fernanda contou que nasceu na Prainha do Canto Verde, lugar em que seu pai também nasceu. Sua mãe é de uma localidade próxima denominada Parajuru. Dos seus oito irmãos ainda vivos, apenas dois não moram na Prainha.

Ao ser questionada sobre sua infância, Fernanda riu. Diz que foi boa e ruim: boa por não ter do que reclamar, mas, ao mesmo tempo, não pôde aproveitar muito a juventude, pois logo se casou e teve o primeiro filho.

Porque assim, a minha infância graças a Deus, eu não tenho o que dizer, só que... eu acho que eu virei a cabeça um pouco e me juntei muito cedo. Não tive juventude assim de se divertir, né? De conhecer mais gente, não. Porque jovem logo eu conheci meu marido, que é primo meu ainda, aí a gente se conheceu e eu me juntei com ele eu ia fazer 15 anos. Aí né, nem tem muito o que contar, né? Da juventude. Mas graças a Deus não me arrependi, até hoje, né? Formamos uma família nós dois, sempre vivemos unido. Mas minha juventude foi... aliás, foi cuidar dos filhos, né? Porque com 15 anos eu já tive o primeiro, aí... (Fernanda, em entrevista realizada em 14/09/2016).

Ao engravidar, parou de frequentar a escola. Fez até a quarta série do ensino fundamental. Só voltou a estudar quinze anos depois, concluindo o nono ano do ensino fundamental.

Assim, os estudos eu desisti. Eu tinha até o quarto ano. Quarto ou quinto ano. Aí como eu conheci ele né? Aí eu me juntei aí abandonei os meus estudos. Não que ele não empatou. Sempre me incentivou, só que eu foi que quis me afastar. Só que com o tempo eu me arrependi de não ter continuado, né? Porque eu achei assim, como eu ia ganhar neném, aí eu achei assim que... acho que preconceito eu penso eu de mim mesmo, porque podia o pessoal coisar, né? (Fernanda, em entrevista realizada em 14/09/2016).

Foi, eu parei de estudar. Só que quando eu tava já com os três meninos, aí apareceu o EJA. Um estudo aqui que era o EJA. Aí eu fui e terminei até o nono. Eu fiz até o nono. Só que aí eu passei pra fazer o primeiro, só que o primeiro a gente fazia na Sucatinga. Aí era mesmo o ano que a minha menina ia começar a estudar lá na Sucatinga. Aí eu achei que ia ficar muito puxado pra... assim, pra mim e pra ela, porque além de cuidar das coisas, aí quando fosse a noite assim que ela chegasse aí eu tinha que ir a noite. Aí eu achei que não dava certo. E pra mim de dia, aí eu ia estudar junto com ela, aí não dava certo as duas, e aí como era que ficava a casa, as coisas? Aí eu fui e parei. Aí eu dei a oportunidade pra ela porque eu achei que ela precisava mais, né? (Fernanda, em entrevista realizada em 26/01/2017).

Ainda criança, aprendeu a costurar à mão, sem o uso de máquinas. Além de roupas, aprendeu um pouco a fazer labirinto com a mãe. As duas, além de cuidar da casa, também costuravam as velas das jangadas dos pescadores da Prainha.

Ela [a mãe] fazia só esse trabalho que eu fazia de costurar vela, ela costurava muita vela. Eu aprendi até com ela. E ela costurava assim roupa na mão. Ela nunca costurou em máquina, ela fazia qualquer roupa na mão mesmo. Foi onde eu comecei a aprender a costurar. Na mão, que foi através dela (Fernanda, em entrevista realizada em 14/09/2016).

A adolescência de Fernanda foi permeada pelos cuidados domésticos, junto com a mãe, que logo se transformaram em cuidados com a sua própria casa, após se casar. Aos quinze anos, casou-se e teve o seu primogênito, hoje com 19 anos. A segunda filha veio quando ela tinha 17 anos e a última nasceu quando tinha 26 anos.

O artesanato e a Rede Bodega

Tendo iniciado os caminhos dos trabalhos manuais com sua mãe, Fernanda se envolveu mesmo com o artesanato por incentivo da prima Aila. Começou a participar dos cursos ofertados no colégio da Prainha, até que decidiu entrar em um grupo produtivo, o Arte Manual, associando-se à Rede Bodega em 2008. Foi por meio deste

grupo que acessou pela primeira vez os FRSs da Rede, o que permitiu que o grupo comprasse máquinas de costura e matéria-prima para a produção.

Entretanto, a experiência não foi tão boa. Inicialmente com oito pessoas, logo após conseguirem o empréstimo, algumas mulheres desistiram de participar do grupo, ficando a despesa para o restante pagar.

Aí a gente se reuniu e formamos um grupo. Mas aí só que a gente não tinha o capital né? Pra fazer... aí ela foi, a Marly, não sei se foi ela mesmo que foi na Bodega. Porque eu nunca cheguei pra ela e perguntei, né? Aí ela arranhou o capital de XXX reais, aí nós compramos de material... [...] aí começamos a trabalhar no grupo. [...] aí a experiência foi boa dos XXX reais. Quando fizemos era oito pessoas no grupo. Aí na primeira semana saiu bem umas cinco. Porque assim, não sabiam, aí não tinham paciência né. Porque de lá quando nós viemos do grupo lá do colégio nós viemos já sabendo alguma coisa. Aí nós formamos um grupo e nós mesmo já ensinava pros outros. Aí umas tinha paciência, outras não tinha. Aí desistiu o grupo, a maioria. Aí ficou bem umas cinco. Aí essas cinco ficou bem um, perto de um ano. Aí elas desistiram. Só que antes delas desistirem, as outras, aí nós pagamos, a experiência foi boa nos primeiros meses, aí nós pagamos 200 reais. Aí a Marly veio e deu a ideia de entrar na Bodega, se associar, porque aí a gente podia tirar o projeto até 700 reais (Fernanda, em entrevista realizada em 14/09/2016).

No final, sobraram apenas Fernanda e outra colega no grupo Arte Manual. Essa colega, que segundo Fernanda já tinha saído e voltado a participar do grupo outra vez, quis acessar o FRSs mais uma vez e montou outro grupo, chamando Fernanda para participar. Como a última experiência não tinha sido exitosa, por ter que quitar o empréstimo apenas com outra pessoa, Fernanda não quis entrar no grupo. Então sua colega montou um novo grupo, denominado de Arte Manual. Nesse desmembramento, os materiais e máquinas adquiridos com o dinheiro dos primeiros empréstimos dos quais Fernanda participou não foram divididos, ficando para esse novo grupo, o que a deixou chateada.

Eu não decidi assim sair, eu não queria sair. Só que o grupo que eu tava, o nosso grupo mesmo Arte Manual, saiu todo mundo. Só ficou eu e uma colega minha. Que ela já tinha se afastado, depois ela pediu pra voltar, aí ela voltou. [...]. Aí só que aí ela queria outro projeto. Só que quando foi pra pagar o primeiro XXX reais, que todas desistiram. Só quem terminou de pagar foi eu e essa minha colega. Aí ela fez o projeto aí ela pegou e formou outro grupo. Aí ela veio com a ideia pra mim, pra mim continuar. Só que a experiência do grupo que nós tivemos que todo mundo saiu e ficou só eu e a outra pra pagar, né? o projeto, aí eu fiquei com medo. Porque vai que desiste todo mundo... porque ela já tinha saído do nosso grupo, tinha entrado e saído, entrado e saído. Aí fiquei assim, aí eu disse 'não, como tu formou esse grupo eu vou ficar responsável pelo grupo Arte Manual'. Como ficou só eu aí eu fico

responsável. Faço do jeito que a gente tava fazendo, a porcentagem, material, tudo eu faço do mesmo jeito, porque tudo quem... era eu. Aí ela foi e disse 'não'. Ela foi e falou pra mim... Nessa hora eu fiquei chateada, porque ela falou 'não, o que vale é a maioria'. [Quem falou isso] Foi a colega que formou o outro grupo. Pra pegar o nome Arte Manual. Só que no grupo Arte Manual só tinha eu. E ela porque ela tava com o nome lá. Aí eu fui e falei pra ela 'é, mas só que do grupo só tem eu e você'. Mas como ela formou um grupo, ela achava que o grupo tinha direito de votar. Aí eu digo 'é, pois se é assim não tem problema não, eu desisto, eu saio do grupo. Eu não vou continuar'. Aí ela 'ah, tá certo'. Aí ficou com tudo, já tava com tudo mesmo. E aí eu queria que repartisse alguma coisa, porque eu tava mais de cinco anos lá trabalhando, né? Aí ela foi e disse que não... porque nós tinha dinheiro em caixa, era tudo organizadozinho. Aí eu fui e deixei pra lá. 'Tem problema não. Se você acha que é melhor então fique que eu trabalho só pra mim' (Fernanda, em entrevista realizada em 14/09/2016).

O relato de Fernanda demonstra a importância dos laços de confiança para que um empreendimento produtivo solidário sobreviva. São esses laços que fazem com que o grupo se forme e permaneça ativo, havendo confiança para acessar o empréstimo, sabendo que este irá ser quitado por todos. No caso do grupo que Fernanda fez parte, tais laços de reciprocidade não foram criados entre os integrantes, o que ocasionou a diluição do mesmo.

Foi a partir da participação no grupo produtivo que Fernanda começou a ter outra fonte de renda em sua casa, além da do seu marido, que trabalha com pesca.

Antes de nós formarmos o grupo eu não fazia nada. Só trabalhava com labirinto. E costurava na mão assim roupa pra minha menina e pro menino. Aí sempre as vezes a mãe ensinava a gente esse negócio de roupa, costurar. Aí eu via a mãe cortar uns calçãozinho pra nós mesmo (risos) aí eu aprendi. Aí eu fazia mesmo na mão. Mas não era assim pra venda nem nada. Eu via assim um pano bonito, que dava pra fazer um calçãozinho pros meus meninos aí eu fazia. Aí era só isso. Mas não era coisa assim de vender. E o labirinto era assim, dos outros. Aí quando a gente ia fazer o pessoal já dava o preço de quanto era. Não era a gente que fazia pra vender. Nunca fiz assim pra fazer pra vender (Fernanda, em entrevista realizada em 14/09/2016).

Ao ser questionada sobre se houve melhoria em sua renda após entrar na Rede Bodega, Fernanda comentou:

Teve. Assim, teve uma melhora assim, porque um ganhozinho né? Porque a gente vende, a gente recebe aquele ganhozinho. Foi uma melhora, uma ajuda, né? Porque, aliás, não trabalhava em nada. Só na coisa de marisqueira. Mas aí eu nem falo assim trabalho pra vender, trabalho pra coisas pra gente ter o ganho mesmo, não tinha. Só ele mesmo meu marido, né? Aí quando eu comecei a trabalhar eu ganhava... era uma ajuda, né? (Fernanda, em entrevista realizada em 14/09/2016).

Ao dizer que antes de trabalhar no grupo de artesanato não fazia nada, “só trabalhava com labirinto”, Fernanda expôs uma visão – que também é presente na fala de Aila –, que é a de que o trabalho manual realizado na esfera privada, assim como o trabalho doméstico, geralmente não é considerado como trabalho (nem por quem o realiza), mas como uma atividade, pequena tarefa. Maria Ignez Paulilo (1987), ao estudar o trabalho rural em algumas regiões do Brasil, faz a distinção entre o que é considerado “trabalho pesado”, realizado por homens, e “trabalho leve”, realizado por mulheres e crianças. A autora desmistifica a ideia que naturaliza tal distinção:

Poder-se-ia pensar que mulheres e crianças desempenham certas tarefas porque, de fato, estas são ‘leves’ por sua própria natureza. Mas não é bem assim. Na verdade, qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são ‘leves’ as atividades que se prestam à execução por mão-de-obra feminina e infantil. Importa destacar que essa classificação está associada a diferentes remunerações: maior para o trabalho ‘pesado’, menor para o ‘leve’, mesmo que ambos demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro. O que determina o valor da diária é, em suma, o sexo de quem a recebe (PAULILO, 1987, p. 5).

Os trabalhos “leves” são trabalhos para “ajudar em casa”, complementar a renda. O trabalho que sustenta a família, que é realizado na esfera pública, fora de casa, é reconhecido como trabalho de fato, e geralmente é exercido pelo homem.

Hoje, com 34 anos e tendo se afastado um pouco das atividades da Bodega Nordeste e Vivo Solidário por problemas na coluna, Fernanda continua fazendo artesanato em casa para vender na loja de Aila e também aceita encomendas. Fora o artesanato, ocupa-se com o cuidado da casa, evitando se esforçar muito para não piorar sua saúde.

3.3 A estória de vida de Marly

A primeira vez que vi Marly foi em 2013, em uma reunião da Rede Bodega em que ela foi representando a BNVS. Lembro que, na época, chamou-me atenção o seu relato sobre uma disputa de terra que acontecia na Prainha do Canto Verde, contra um empresário de Fortaleza que se diz dono de parte das terras da Resex.

Voltei a encontrar Marly na minha primeira ida a campo na Prainha. Tendo entrado em contato com ela por meio do *WhatsApp*, nos encontramos e conversamos

pela primeira vez em setembro de 2016, um dia antes de ela viajar para a Suíça com seu marido, René, para passar uns dias. No nosso primeiro encontro, durante o jantar, conversamos sobre a Rede Bodega, a BNVS e os grupos de artesanato da Prainha.

Nosso segundo encontro aconteceu em fevereiro de 2017. Nessa ocasião, conversamos mais sobre a Rede. Aproveitei para tirar dúvidas que haviam sido colocadas na qualificação sobre o empreendimento solidário e iniciamos, também, uma conversa sobre a vida de Marly. Em nosso terceiro encontro, em abril do mesmo ano, demos continuidade à conversa sobre sua trajetória de vida.

Ao pedir para que Marly falasse sobre sua vida, ela falou sobre a Prainha do Canto Verde, lugar onde nasceu, e diz que antes a vida era mais difícil do que é hoje. Em seguida, falou sobre sua ida a Fortaleza, aos 18 anos, para terminar o ensino médio e trabalhar. Onze anos depois, incomodada com o ritmo acelerado da vida em Fortaleza, ela voltou a Prainha com a expectativa de se readaptar à localidade. Ao retornar, Marly começou a se envolver nas atividades lá desenvolvidas e conheceu seu esposo, o René. A partir de seu envolvimento na organização comunitária, “foi ficando”, como ela relata, e conheceu a Bodega de Aracati e a Economia Solidária, estando envolvida nesse trabalho até hoje.

Marly constrói sua narrativa a partir de suas experiências na Prainha, nas atividades comunitárias da localidade e no trabalho na Economia Solidária. Enfatizando a esfera social dos trabalhos que desenvolve, constitui-se como sujeito a partir de suas experiências como artesã e trabalhadora.

Infância e adolescência

Marly nasceu na Prainha do Canto Verde. É filha de pai pescador e mãe labirinteira e a segunda filha entre dez irmãos, sendo cinco homens e cinco mulheres.

De sua infância e adolescência, ela lembra bastante das dificuldades que sua família passou e de como eram as condições de vida na Prainha. Ao pedir que falasse sobre sua infância ela pontuou dois fatos: o transbordamento de uma lagoa em um período de muita chuva, quando ela tinha entre seis e sete anos, que derrubou várias casas, entre elas a que sua família morava, e a falta de professores e escola na localidade, dificultando os estudos.

Eu nasci aqui, na Prainha, né? Era um... Na minha época era um pouco difícil, né? A vida aqui. Não é como hoje, hoje é uma maravilha. A infância, assim, eu lembro... O que eu lembro, assim, de acho que... Não sei se era uns 6 anos, 7 anos, né? Mais ou menos... Ou até 8, não sei, era mais ou menos por aí. Eu lembro que a gente morava em uma outra parte da comunidade. [...]. E aí em um período de inverno, de muitas chuvas, eu lembro disso também, que a gente tinha muita chuvas, muitas tempestades, né? Assim, trovões, relâmpagos, chuvas, chovia a semana toda, eu lembro muito disso. [...]. Aí, em um período desses, essa lagoa rompeu e aí levou todas as casas, né? E nessa época levou a casa da gente também. Ela já tava chegando, eu lembro de toda a correria para tirar as coisas. Aí foi quando a gente veio para cá, para esse local atual onde a gente mora. [...]. Aí eu lembro bem disso, isso foi muito forte na minha infância. [...]. Aí lembro das lagoas, a gente tinha muitas lagoas aqui na Prainha. Lembro demais disso, que as mulheres iam lavar roupa, né? Assim, tinha muitas lagoas. Aí foi esse período, até a adolescência, mais ou menos assim. E aí quando começou a estudar... Aí, lá, quando a gente morava na morada antiga, tinha uma pessoa que dava aula para gente e depois que a gente veio para cá, aí começou a construção da escola, que era muito pequena, só duas salas. [...]. Aí eu lembro também que a gente tinha que repetir a série várias vezes, né? Porque ia, tinha a alfabetização, e depois vinha... Aí o primeiro ano, aí tipo assim, para ir para o segundo ano não tinha professor, aí tinha que fazer de novo [o primeiro ano]. Eu lembro disso, muito (Marly, em entrevista realizada em 04/04/2017).

Marly comenta que, para os seus irmãos, as condições de estudos foram melhores, de forma que os mais novos tiveram facilidade para cursar o ensino superior em cidades maiores, como Fortaleza ou Aracati.

Ao relatar a dificuldade para terminar os estudos na Prainha, Marly nos falou da migração recorrente entre os jovens da Prainha – e de diversas cidades que passam pelo mesmo problema de falta de políticas públicas – que vão para cidades maiores em busca de estudo e trabalho. Hoje, de seus cinco irmãos e quatro irmãs, um mora em São Paulo e duas moram em Fortaleza, fato recorrente para os jovens que querem terminar os estudos. Quem, por diversas causas, não pode fazer esse deslocamento, permanecendo na Prainha, dificilmente termina o ensino médio.

Sobre sua infância e adolescência, Marly fez muitas referências às lagoas que existiam na região nessa época e que hoje não existem mais. Com longos períodos de seca, apenas uma lagoa permanece parcialmente cheia e de forma constante na Prainha do Canto Verde. As brincadeiras dentro d'água, os grandes períodos de chuvas que angustiavam pela possibilidade de enchente e as mulheres lavando roupas são imagens que ela rememorou sobre sua infância.

Foi nesse período que ela aprendeu, com a mãe, a fazer labirinto. Assim como muitas mulheres na Prainha do Canto Verde, ainda menina começou a trabalhar com este artesanato, sendo esta mais uma forma de ajudar no sustento da família.

Com labirinto era desde pequena, porque aí era o trabalho das mulheres, né? Aqui na Prainha. As mulheres fazendo labirinto e os homens na pesca. Aí a mãe que passava isso para gente, né? Aí muito cedo, acho que oito, nove anos já começava, assim. Porque estava sempre a minha mãe, a minha avó, trabalhando no labirinto. Aí elas iam estimulando a gente a trabalhar, aí aprendi. Era assim, um pouco o repasse mesmo de mãe para filha (Marly, em entrevista realizada em 04/04/2017).

A infância e a adolescência de Marly aconteceram entre brincadeiras nas lagoas, na praia, ajudando a mãe no trabalho doméstico e no artesanato. Os estudos, devido à estrutura deficitária da escola da Prainha na época, só puderam ser realizados até certo ponto na escola local, sendo necessário sair do lugar onde nasceu para terminar os estudos.

Os estudos e o tempo longe da Prainha

Aos 18 anos, Marly foi morar em Fortaleza, onde alguns tios dela residiam, para dar continuidade aos estudos. Concomitantemente, começou a trabalhar em uma loja de confecção de roupas infantis, trabalho do qual gostava muito. Depois de passar um período em outras duas lojas, começou a trabalhar em uma farmácia, permanecendo por seis anos neste emprego.

Aí quando foi com 18 anos, que era para passar para o segundo grau, né? Aí não tinha opção, ou você ia para Fortaleza, Aracati, acho que já tinha Aracati também. Faculdade a gente nem sonhava, né? Era um sonho muito distante a questão da faculdade.[...]. Assim, quando eu fui para Fortaleza, então, já naquela época, já tinha aquela dificuldade de ter estudo para conseguir trabalho. Eu lembro que meu primeiro trabalho foi em uma confecção e era uma confecção de crianças, roupas para crianças. Aí pra mim eu fui feliz. Fiquei feliz porque fiquei na área de... Lá chamava 'acabamento', era finalizar as peças, tinha aqueles vestidos muito bonitos, de meninas, que era pra fazer lacinhos, fazer flor. Eu fazia essa parte, eu gostava muito. Aí depois fui trabalhar em uma loja, porque a dona dessa confecção tinha uma loja na Monsenhor Tabosa. Aí eu trabalhei com ela na loja. Depois trabalhei em uma outra loja, que era de roupa mais de adulto e depois eu fui para a farmácia. Aí trabalhei uns 6 anos, eu acho, na área de farmácia, assim, vendendo remédio. Depois de lá foi que eu voltei para a Prainha (Marly, em entrevista realizada em 04/04/2017).

Entretanto, por não ter se acostumado ao ritmo da cidade grande, Marly voltou para a Prainha em 1996, encontrando a localidade bem diferente.

Aí em 96 eu tava assim tão... Como dizem, estressada. Não sei, não aguentava mais a cidade. Na época eu trabalhava numa farmácia, era na Monsenhor Tabosa, então tinha muito barulho, muita coisa, aquilo tava me... No trânsito, tinha muito trânsito, tava me incomodando. Aí eu não tava aguentando mais, aí eu vim pra cá. Mas eu vinha com a intenção de 'será que eu vou conseguir readaptar?', né? E ficar. E até pensava de não, mas de voltar, de voltar para Fortaleza. Mas aí acabei, acho que adaptei muito rápido... Voltou, né? E não queria mais voltar pra Fortaleza (Marly, em entrevista realizada em 04/04/2017).

Marly comentou que, mesmo no período em que morou em Fortaleza, não perdeu o contato com a Prainha do Canto Verde, indo com frequência visitar a família. Sem cortar os laços com o lugar onde nasceu, ela voltou a morar na localidade e, a partir do seu envolvimento com os projetos sociais que estavam se desenvolvendo lá, conheceu a Economia Solidária.

A economia solidária e a Bodega de Aracati

Quando voltou a morar na Prainha, Marly se envolveu na organização comunitária e participou de alguns projetos sociais, principalmente os que envolviam confecção de artesanato. Ela comentou que, com a estruturação legal da Associação de Moradores, em 1989, alguns projetos começaram a ser implementados na localidade. Na sua concepção, quando voltou a morar na Prainha, a vida lá estava melhor do que quando ela saiu.

Apesar de os trabalhos de labirinto ainda serem comercializados por meio de atravessadores e por um preço muito abaixo do mercado, quando Marly voltou para a Prainha, havia um projeto sendo desenvolvido por uma italiana com as labirinteiras. Essa italiana era amiga de René e conheceu o trabalho das artesãs por meio dele. Tal projeto, além de melhorar a qualidade dos artesanatos produzidos por elas, também possibilitou que, durante um tempo, as peças confeccionadas tivessem um mercado certo, com o retorno financeiro garantido.

Acho que foi década de 80, quando a Associação ela se estruturou legalmente, né? Aí a partir dessa estrutura legal, aí foi quando foi buscando os apoios, né? Nos projetos para ajudar no desenvolvimento da comunidade. Aí já tinha muitos projetos. Na época, quando eu cheguei em 96, já tinha

projetos na área da educação sendo desenvolvido, tinha projetos na área do artesanato, né? Que era essa italiana que já tava dando essa ajuda na questão da comercialização do labirinto. E tinha outros projetos também que conseguiram através de Fortaleza, né? Já tava caminhando a comunidade, já tava uma vida bem melhor do que quando eu saí (Marly, em entrevista realizada em 04/04/2017).

Outra novidade que havia na Prainha no período em que Marly voltou a morar lá foi a mudança de René para a localidade. Envolvido com os projetos de desenvolvimento na localidade e com a Associação de Moradores, a aproximação entre eles foi inevitável, ocasionando o casamento dos dois.

Aí nesse período eu fui me envolvendo mais nas questões da comunidade, na organização comunitária. Aí acabei conhecendo o René também, aí foi essa história de vida, né? E, hoje, acabei ficando (Marly, em entrevista realizada em 04/04/2017).

No ano de 1999, pensando sobre como melhorar as vendas, o grupo de artesãos da Prainha abriu uma loja para comercializar os produtos confeccionados por eles. O espaço foi cedido pela Associação e funcionou até 2006. Marly ficou responsável pela administração da loja, que sempre enfrentou bastante dificuldades, tanto de comercialização quanto de gestão.

Vendia [as peças de artesanato] sim, mas era muito desvalorizado, né? Vendia muito barato, compravam e tinha os atravessadores, eles compravam e levavam para Fortaleza, para Aracati. Mas eles compravam muito barato. Mas não tinha outra opção, né? Você tinha que vender porque você também precisava do dinheiro. Era muito isso. É tanto que, aí quando eu voltei, ainda acontecia muito isso, a questão do atravessador ainda existia. Já tinha melhorado um pouco porque, a partir da organização da comunidade, aí com visitas, aí tinha visitas com a italiana, ela começou a se interessar, ela ajudava de levar o labirinto para a Itália, né? Isso também foi um pouco valorizando mais e foi melhorando a questão da venda. E aí a gente não tinha também onde mostrar, né? Assim, mostrar mais. Todo mundo fazia, mas fazia na sua casa, né? Aí quem chegava, os visitantes, não conseguia ver. Aí foi quando a gente conversou, muitas conversas de como mudar isso. Aí a associação tinha um espaço lá na praia, mas é sempre assim, dificultoso a questão de se organizar e das pessoas querer assumir as coisas, né? Aí eu lembro na época, 99. Aí eu acabei assumindo a responsabilidade de cuidar do espaço, de administrar o espaço. Aí a gente abriu a lojinha lá. Aí colocava os materiais, produção da Prainha toda lá. Mas era também dificultoso essa história porque aí traziam, mas queriam já receber o dinheiro, não queriam deixar em consignação. Aí a gente passou um bom tempo nisso, 99 até 2006, que foi quando a gente tomou conhecimento do projeto da Bodega, né? Da cooperativa. Aí quando a gente se juntou da cooperativa eu disse assim: 'não, agora eu vou... não quero mais ficar responsável com a loja'. Porque era

muito trabalho. Tinha que dar conta das coisas da Bodega, dar conta das coisas daqui (Marly, em entrevista realizada em 04/04/2017).

Em 2006, a Cáritas realizou um encontro de planejamento e avaliação na Prainha do Canto Verde. Foi quando Marly ficou sabendo da existência da Bodega de Aracati, que tinha se formado em 2004. Marly conta que, nesse evento, foi a primeira vez que ouviu falar em Economia Solidária. Junto com Aila, conheceu a experiência da BNVS e começou a fazer parte, como artesã.

Aí eu lembro que teve um encontro da Cáritas aqui na Prainha. E aí nas conversas a gente ficou sabendo das Bodegas, que na época era um projeto que a Cáritas tava desenvolvendo. E aí era a Bodega de Aracati e a Bodega de Tianguá. Aí a gente tomou conhecimento e fomos buscar informação de como acontecia. Aí eles convidaram a gente pra ir participar de uma reunião. E aí foi quando eu fui mais a Aila. Era acho que 2008. 2007... 2007, acho que foi. Aí era justamente o momento de assembleia lá, que eles já tavam discutindo a parte da formalização. Mas o espaço já tinha, eles já tinham conseguido o espaço, já tava estruturado. Aí foi a partir daí que comecei a conhecer direito e participar (Marly, em entrevista realizada em 01/02/2017).

Após a saída de Marly da administração da loja, esta ainda funcionou algum tempo, administrada pela BNVS, mas por conta de falta de recursos e da impossibilidade de manter ao mesmo tempo a loja da Prainha e a de Aracati, ela foi fechada. Os produtos, então, passaram a ser vendidos na loja da pousada da Aila e na loja da Bodega de Aracati.

Ela passou a se dedicar ao trabalho na BNVS. Além de artesã, ela também ocupou cargos na diretoria do empreendimento produtivo solidário. O seu envolvimento na Economia Solidária lhe possibilitou oportunidades de trabalho em projetos da Senaes e muitas viagens para participar de eventos e feiras. Isso proporcionou experiências que ela considera como de suma importância para sua vida, posto que trouxeram aprendizados e conhecimento sobre outros lugares, outras pessoas. O trabalho na Bodega não lhe garante renda fixa. Entre 2010 e 2014, ao trabalhar em um projeto da Senaes, teve uma renda além da Bodega.

Aí, assim, a remuneração foi somente durante este período, que era 2010 a dois mil e... acho que até meados de 2014. Aí tinha esse projeto, né? Que aí eu precisava fazer esses diagnósticos nas comunidades, sobre economia solidária mesmo, como eles se desenvolvia nessa parte de geração de renda, como era a questão da organização dessas comunidades, desses grupos produtivos. Aí eu fui remunerada durante esse tempo. Aí, meus últimos trabalhos foram assim nessa área de projetos sociais. Aí já fiz 2012, até 2014,

aí eu fiz um pouco isso. Fazendo diagnóstico nas comunidades, com relação a... voltados para a Economia Solidária (Marly, em entrevista realizada em 04/04/2017).

Após quatro anos fazendo parte da diretoria da BNVS, Marly saiu do cargo e tentou voltar a trabalhar com o artesanato, pois no tempo em que esteve na diretoria não pôde se dedicar a esse ofício.

Apesar que ultimamente não tenho produzido muito. Quando eu assumi essa parte da diretoria, né? Aí eu me afastei um pouco. Não conseguia dar conta produzir e estar na gestão. Aí isso foi quatro anos e ano passado eu entreguei, agora não sou mais, já é outra pessoa. Então esse ano é um ano que estou em pensamentos de voltar a produzir (risos) (Marly, em entrevista realizada em 01/02/2017).

Mesmo não fazendo mais parte da diretoria da Bodega de Aracati, Marly continua presente na gestão do empreendimento. Hoje, sua renda vem da aposentadoria de seu marido, mas ela pretende, logo mais, voltar para a produção de artesanato, e tem planos de se dedicar ao trabalho em uma coleção de roupas.

3.4 O encontro das estórias

Neste tópico, interpreto as narrativas das associadas que entrevistei buscando apreender os significados que elas atribuem à noção de solidariedade e as relações existentes entre os grupos que participam. Para isso, divido este tópico em outros três subtópicos: no primeiro, abordo a questão do trabalho em grupo e a concepção que as mulheres têm dessa relação; no segundo, analiso a solidariedade na perspectiva das três associadas; e no último, faço uma reflexão sobre as mulheres na Economia Solidária a partir das experiências narradas pelas três entrevistadas da BNVS.

3.4.1 O trabalho em grupo e as teias de reciprocidade

Na narrativa de Aila, o gosto pelo trabalho com artesanato fica em evidência em diversos momentos. Mas, mais do que esse gosto pelo trabalho manual, fica

explícito o seu prazer em ensinar a outras pessoas o que sabe e vê-las progredindo no trabalho. O reconhecimento pelo trabalho de Aila também a deixa muito agradecida. Em diversos momentos, ela comenta como gosta de ajudar os outros, seja passando conhecimentos, seja arranjando encomendas para que outras pessoas façam e possam vender seu produto.

Ai! Foi muito... Assim, eu me sinto muito gratificada por ter continuado e ter incentivado. E ver hoje os grupos produzindo. Tem uma menina, essa Fernanda que eu te disse, outro dia nós conversando, ela tem um irmão que mora em Manaus, aí ela disse assim: 'Olha essa aqui é minha professora'. É muito gratificante, eu gosto muito disso. Aí então assim, eu sempre trabalhei com eles e dizia assim: 'Olha, a gente tem que caprichar na mão de obra pra ser bem-feito, porque isso assim, assim. Então vocês podem me achar um pouquinho chata mas é pro bem de vocês'. E elas assim, ainda hoje elas fazem uma peça aí: 'Aila tá bom? Aila o que é que precisa?' Sabe, assim? É bem interessante, eu gosto dessa parte. Mas as encomendas eu acabo dando pras meninas. Pras meninas que já aprenderam. E é muito bom. As minhas amigas vêm: 'Aila, eu quero isso'. Então eu já sei quem vai fazer. Então assim, eu gosto muito dessa coisa de ajudar. Aqui a lojinha ali, a lojinha ali é como se fosse a Bodega. Eu não compro, é tudo em consignação. Elas chegam, aí: 'Vamos sentar aqui, vamos fazer o preço'. Aí o preço que elas deixam eu deixo lá. Então quando elas vendem elas me dão dez por cento, tem umas que eu nem cobro nada. Mas eu gosto. Eu me sinto muito feliz ajudando as pessoas (Aila, em entrevista realizada em 13/09/2016).

Pelos relatos de Aila, o conhecimento tanto da Economia Solidária quanto do turismo comunitário vieram por meio da Marly e do René. Ela aponta que a vinda do René trouxe bastante conhecimento para os moradores.

[...] que o que o René ajudou foi pro bem da comunidade. Porque senão a Prainha não taria assim. Porque talvez a gente não tivesse tido a força, a resistência pra... Porque assim, a gente não tem dinheiro, mas em termos de conhecimento, de buscar parceria, de tudo, a gente tem muito. A Prainha é muito... divulgação. A Prainha é internacionalmente conhecida... através do René. Então é assim, tem pessoas que falam mal do René aí eu defendo. Aí eles têm raiva. Eles dizem assim: 'Aí porque o René ajuda vocês é porque o René dá dinheiro'. Não é, é porque eu reconheço a ajuda que ele deu a nós, eu reconheço. Mas quem reconhece sabe que... Aliás todos reconhecem, só acha que... 'Aí a Prainha é do René, o René entregou a...'. Depois da Reserva então... O pessoal lá da outra Associação [...] tem muita raiva. Aí depois que nós ganhamos a luta da terra: 'O que vamos fazer com a terra? Vamos dividir? Vamos dar cada qual o seu pedacinho?' Aí foi a história de onde saiu a Reserva, né? E aí em termo de conhecimento, o que ele pode buscar pela luta da terra, né? Ele conseguiu e a gente ganhou a luta da terra (Aila, em entrevista realizada em 15/09/2016).

Quando se refere ao turismo comunitário, Aila relaciona esse tipo de turismo à Economia Solidária, pois são dois tipos de empreendimentos que trabalham com pessoas em grupo, e não de forma individual. Ela considera, também, que ambos ajudam as pessoas, sejam os produtores nas Bodegas, seja a comunidade da Prainha com o turismo comunitário, já que este tipo de turismo, além de terem suas regras pensadas e decididas em conjunto, por meio do Conselho de Turismo, tem certas especificidades — por exemplo: se for um grupo grande de pessoas, como um grupo de estudantes, a hospedagem destes é dividida entre as pousadas que fazem parte da Rede Tucum, ou seja, não se concentra apenas em uma. Os serviços de passeios e alimentação também podem ser divididos, e essas questões são decididas entre eles.

Eu gosto de participar da Bodega como eu gosto também do turismo comunitário. Porque nós fomos uns dos primeiros... Eu e meu marido quando foi começar o turismo a gente foi que decidiu fazer o turismo comunitário. Eu gosto, eu me sinto bem. Porque o turismo comunitário não é só pra uma pessoa, se vem um grupo é dividido, ajuda todo mundo (Aila, em entrevista realizada em 13/09/2016).

Porque aqui na Prainha assim, é quase falar em economia solidária porque assim, o nosso turismo é muito parecido com isso, né? O turismo comunitário. É aquela coisa que não é só pra uma pessoa, é pro grupo. Então economia solidária é mais ou menos parecido. Mas foi lá na Bodega que a gente ouviu falar e... eu acho muito bom, muito importante, assim. Esse seguimento, essa economia solidária. Ajudar as pessoas, os grupos produtivos (Aila, em entrevista realizada em 10/10/2016).

No discurso da Aila, a Economia Solidária e o turismo comunitário se entrelaçam. Para ela, ambos são trabalhos realizados em cooperação, o que ajuda a comunidade e os produtores. São trabalhos que se relacionam com a troca de experiências, com a cooperação na gestão, por meio de reuniões e assembleias, havendo a participação de várias pessoas que constroem conjuntamente os espaços e tomam, democraticamente, as decisões.

Fernanda, pela sua experiência inicial em grupo não exitosa, enfatizou menos a questão do trabalho coletivo. Em sua fala, a amizade com Aila e Marly, que lhe apresentaram a Bodega, é latente. Porém, afirma seu receio em trabalhar novamente em um grupo, preferindo trabalhar em casa, sozinha.

Mulher, a Aila é prima minha ainda. Nós somos da família. A Marly eu não sei se ela é, faz parte da minha família. Mas nós somos grandes amigas. Nos

conhecemos, temos amizade já forte, né? E ela incentivou. E quando nós começamos a trabalhar que elas começaram a incentivar a gente, a gente foi se conhecendo mais e ficando a amizade mais forte, né? E aí ela foi incentivando todo tempo. Foi assim uma força assim de incentivar mesmo. Digo assim, principalmente por mim. Ela sempre incentivou, pra eu não desistir [...]. Pra vender a Aila dispôs dar o espaço dela pra botar as coisas lá. Aí a Marly mais ela foi quem incentivou a gente a se associar na Bodega [...], que era uma força pra gente fazer o projeto pra comprar máquina, pra comprar mais material. E tudo isso a gente continuou. E quando o grupo não deu mais, aí que eu fiquei meio assim, aí ela, a Aila e a Marly, me incentivou a continuar, né? Aí eu peguei um pouco do dinheiro que eu tinha, com a ajuda da Aila, a Aila foi comigo pra Aracati, eu comprei o material e aí eu fiquei fazendo. Aí eu fiquei continuando. Como eu trabalho só não teve mais como eu botar na Bodega. Mas eu ainda boto na Aila. [...] eu tinha vontade de formar um grupo. Só que as vezes eu penso duas vezes antes de formar um grupo. Porque como eu tive a experiência do outro e foi do jeito que foi, eu tenho medo de formar o grupo e meio pro fim não dar certo. Aí eu ficasse chateada como eu fiquei com o outro, porque a gente faz tanto esforço, a gente tá sempre incentivando as pessoas e as pessoas preferem deixar a gente na mão (Fernanda, em entrevista realizada em 14/09/2016).

Gonçalves (2009, p. 238), ao etnografar empreendimentos solidários no Ceará, aponta que nas experiências em que ela identificou “laços profundos de solidariedade e uma compreensão profunda do sentido da economia solidária e de seu papel no desenvolvimento local, na geração de renda, na melhoria das condições de vida das pessoas mais pobres [...]”, a tendência era que estes empreendimentos não se desagregassem. Já nas experiências em que os associados não conseguiam transcender seus interesses individuais, não criaram “uma identidade em torno da proposta e da autogestão na perspectiva da economia solidária” (2009, p.283), chegando a desconhecer os princípios que norteiam tal proposta, assim, a tendência era de falta de êxito a longo prazo.

Apesar das teias de reciprocidade existirem entre algumas associadas da BNVS, estas nem sempre são sólidas o bastante para uni-las em uma proposta única, nessa “proposta política da economia solidária, como um movimento social, econômico, político e cultural” (GONÇALVES, 2009, p.283), que faz um contraponto ao modelo econômico capitalista. Isso reverbera na rotatividade entre os membros da Bodega, que muitas vezes se associam, mas, ao não terem o retorno financeiro almejado ou por desavenças no grupo, desassociam-se.

Aila e Marly foram as primeiras mulheres dos grupos produtivos da Prainha a conhecer a BNVS e o projeto político da Economia Solidária, incentivando outras pessoas a participarem. As duas ocuparam cargos na diretoria do empreendimento

solidário por alguns anos, são mais ativas nas reuniões e assembleias, produzem artesanato e participam da gestão. Nas palavras de Marly: “essa discussão de como é a Rede, quem é mais presente de participar ativamente é a Aila, junto comigo”. Ao perguntar sobre a relação entre os grupos da Rede Bodega, Marly responde:

Ah, é legal! São momentos muito bons, assim, eu acho que existe um afeto muito grande, né? Assim, uma solidariedade, né? Para com as bodegas, assim, é muito legal os encontros, né? Aí, assim, a gente sempre começa os encontros com a partilha da situação de cada uma, né? Então isso, a gente acaba se fortalecendo, né? Às vezes tem um que tá com dificuldade, tá passando por momentos difícil, às vezes chora todo mundo junto, né? Mas aí, quando termina, quando sai, sai todo mundo mais leve, assim, mais fortalecido. Eu acho que é essa relação, essa relação entre as bodegas é muito forte. Para esse lado... (Marly, em entrevista realizada em 04/04/2017).

Ao estar mais presente na gestão e nos encontros da Rede, Marly demonstra um sentimento de proximidade maior com os outros integrantes que também participam desses momentos. Entretanto, das cinco Bodegas existentes hoje, apenas poucos representantes de cada uma participam desses momentos mais assiduamente. O sentimento de afeto, de partilha, que Marly fala é vivenciado por poucos dentro da Rede, e no caso da Bodega de Aracati — que, diferente da Budegama, por exemplo, tem diversos grupos que a compõem —, as relações de proximidade se dão entre os associados dos pequenos grupos, e mesmo assim não são necessariamente relações sólidas de confiança e reciprocidade.

Fernanda, desde o início, participou mais da produção do artesanato, participando de poucas reuniões, e não se envolveu nas formações e capacitações promovidas pela Bodega e seus parceiros. Ao ser perguntada se havia participado de alguma capacitação da BNVS, ela respondeu:

Mulher, não, não participei. Mas não foi porque não teve, porque teve oportunidade, mas quando era pra mim ir, uma vez conseguiram um curso de corte e costura e eu gosto muito de costurar, aí a Marly foi e me encaixou, só que no dia deu ir eu não pude. Tava com problema de saúde aí eu não pude ir. Mas tem, eu que não pude ir. Mas as outras meninas, Marly, Aila, sempre iam (Fernanda, em entrevista realizada em 14/09/2017).

Ao questionar sobre o funcionamento da Bodega hoje, ela diz:

Agora não sei dizer como é que tá. Não vou mentir. Porque tá com bem uns dois anos ou mais que eu não participo de reunião nenhuma então não sei o que dizer não (Fernanda, em entrevista realizada em 26/01/2017).

Quando questiono sobre o que é, para ela, Economia Solidária, responde:

Mulher eu num sei nem te dizer, pra falar a verdade (risos). Mas eu acho que é assim, é a gente se reunindo e dando solidariedade um aos outros. Eu sentia assim quando a gente ia pros encontros, um passava as ideias pros outros, aí contava as experiências de um dos outros. Contava o que tava se passando no grupo, nas comunidades. Aí pra mim acho que é isso. E a solidariedade que eles dão com a Bodega, de tá colaborando, colocando seus produtos lá e aí quem precisa de ajuda eles vão lá ajudar. Eu acho pra mim que é isso. Não sei se é, mas é o que eu penso (risos) (Fernanda, em entrevista realizada em 26/01/2017).

[...] assim, eu já fui na bodega, participei de reunião, mas ainda não entrou na minha cabeça o que é economia solidária (risos). Eu vejo as meninas falar, eu sei que faz parceria com a Bodega, mas... (Fernanda, em entrevista realizada em 26/01/2017).

Eu só sei assim, vários grupos levam suas coisas e colocam lá na bodega aí fica a parceria na bodega. Aí às vezes quando tem feira fora o pessoal da bodega já levam. Aí fica assim, uma, como é que se diz, uma parceria assim, uma coisa solidária uns com os outros. O que eu entendia era isso (Fernanda, em entrevista realizada em 14/09/2017).

Singer (2002) preconiza que, para que ocorra a autogestão, todos os associados devem estar informados sobre o que ocorre no empreendimento. Ele ressalta que este tipo de gestão exige um esforço adicional dos trabalhadores e que ela é praticada mais autenticamente quanto mais os sócios são militantes, sejam sindicais, políticos ou religiosos, como dito anteriormente. Ademais, ele aponta que quando as pessoas se envolvem em lutas emancipatórias, como greves, manifestações de protestos, lutas pela terra, ou seja, que desafiam a ordem vigente, eles têm mais consciência das imposições que os “superiores” lhes submetem. De forma que, quanto menor o engajamento dos sócios, menos eles se envolvem na gestão do empreendimento, o que acaba por fragilizar este.

3.4.2 A solidariedade na perspectiva das três mulheres

Para Aila, em seu discurso, a solidariedade está muito relacionada ao cuidado com o próximo, a partilha, o não pensar somente em si.

Mulher, solidariedade pra mim é assim, eu acho que é você assim, compartilhar com os outros né, saber dividir com os outros assim, é... Entender o lado do outro, partilhar assim a convivência, ser solidário, não pensar só na gente, pensar também no próximo, eu acho que é isso. Buscar coisas boas, não assim aquela ganância de ter só pra mim mas também, pensar no meu próximo. Será que ele tá se dando bem também? Eu acho que é... (Aila, em entrevista realizada em 10/10/2016).

Quando relaciona o turismo comunitário com a Economia Solidária, mostra como vê os dois como aparatos de ajuda ao próximo, seja à comunidade em que vive, seja aos produtores associados à Rede.

Para Fernanda, a solidariedade está relacionada com a troca de experiência entre as pessoas, com a ajuda mútua entre elas.

Mulher eu acho assim, o que eu senti assim é que... eu não conheço muito. Assim, eu não sou muito presente, né? Mas assim, pelo que eu conheço assim, eu achei que é muito solidário assim as pessoas passar as ideias uns pros outros, a gente poder ficar conversando. A gente vê o trabalho dos outros [produtores associados] e a solidariedade que eles passam pra gente, a força que eles passam pra gente, né? Assim, eu falo mais da parte assim que nem a Aila, a Aila e a Marly, foi que elas fizeram assim, foi uma solidariedade com a gente, que assim, além delas terem ajudado elas dão força. Eu acho assim, é uma coisa muito boa. E assim, quando a gente ia pros encontros as meninas eu gostava muito, que uns passavam as ideias pros outros. Era aquela solidariedade uns com os outros, né? Eu acho assim, na minha opinião é isso que importa (Fernanda, em entrevista realizada em 14/09/2016).

Marly associa solidariedade a ajuda ao outro, ao trabalho coletivo, pensando no objetivo comum de se fortalecerem em conjunto.

Para mim solidariedade é assim, eu acho que você ser solidário com o outro, né? E também muito de você, você priorizar algumas coisas. Se eu posso comprar alguma coisa que tem de um grupo, né? Que ele produz, então, eu acho que se eu faço isso eu tô sendo solidário com aquele grupo, com aquelas pessoas, eu tô mudando um pouco a história deles, né? De dar uma condição melhor de vida, de ele mesmo se sentir melhor, mais valorizado, eu acho que é um pouco... É um conjunto, né? De coisas... [...]. Eu acho que partindo da coletividade, né? Quando eles se juntam para buscar um objetivo que vai favorecer a todos, né? [...]. Quando eles pensam no comum, né? No comum

acordo, não no individual, pensam coletivo, eu acho... (Marly, em entrevista realizada em 04/04/2017).

Em sua narrativa, ela reitera constantemente “o lado humano” da Economia Solidária e do trabalho que desempenha.

Em relação a mim e a Bodega? Eu acho que aprendi muito. Foi... Aprendi e cresci. Houve um aprendizado e um crescimento muito grande para a minha pessoa, porque, assim, foi a partir da Bodega que eu conheci a Cáritas, conheci o trabalho que a Cáritas faz. E também a partir daí foi que eu fui conhecer a economia solidária, né? E assim, conhecer o que é esse lado humano e assim, a questão de ser solidário, de como você poder ajudar o outro e isso e além de outras questões, né? Enquanto pessoa, de você se sentir melhor por fazer parte desse processo (Marly, em entrevista realizada em 04/04/2017).

Ao questioná-la sobre ao que ela se refere quando fala do lado humano, responde:

Eu me refiro muito a essa questão, porque a gente, quando é jovem, a gente pensa muito na gente, né? De querer crescer, de querer ter as coisas, né? Digamos assim... Aí eu comecei a ver o outro lado, de que existe pessoas que precisa ser ajudadas, que você pode contribuir para que aquilo aconteça, né? Para que aquela pessoa tenha uma vida melhor. Acho que é muito isso, pensar no outro, né? Pensar mais no outro. Porque era muito, a visão era muito, né? A visão era: “vou estudar, vou abrir um negócio, abrir uma coisa”. Era muito isso, né? E ver o outro lado, que tem pessoas que precisam mais que eu, né? É um pouco isso (Marly, em entrevista realizada em 04/04/2017).

As representações de solidariedade de Marly e Aila se assemelham no que tange à constante referência à ajuda ao próximo, ao não pensar somente em si. Essa percepção de solidariedade se aproxima da visão propagada pela Cáritas Brasileira e que foi se consolidando no âmbito da Igreja Católica entre o final do século XIX e meados do século XX, que é a noção de solidariedade no sentido da ajuda mútua e da responsabilidade dos cristãos frente a necessidade de minimizar as desigualdades sociais (PAULINO, 2012, p. 187). Segundo Paulino,

Com a emergência da Teologia da Libertação, a significação da solidariedade desdobra-se em perspectivas de ação distintas, conservando o viés assistencialista entre os defensores das formas ditas tradicionais do *ser igreja* e configurando uma forma politizada e libertária no contexto das CEBs, em que se enfatiza o papel de engajamento cristão na transformação da realidade social (2012, p. 187).

Forte e Gonçalves (2013), ao analisar as representações de solidariedade dos Agentes da Cáritas Brasileira, denominam de *moral solidária* ou *religiosa* a noção de solidariedade da referida organização, pois é um valor que se baseia em formas institucionalizadas do cristianismo, assim como em formulações de intelectuais de setores progressistas da Igreja Católica (Teoria da Libertação) (p.1515-1516). De acordo com os autores,

A moral solidária ou religiosa é reproduzida por meio das relações mútuas e interdependentes que estabelecem os vínculos sociais (solidariedade social). Ou seja, os Agentes de Cáritas, bem como os atendidos por sua ‘solidariedade’ estabelecem elos sociais produtores da moral que permitem a sustentação de relações de reciprocidade entre os indivíduos (DURKHEIM, 1995). Ela gera um compromisso no sentido das três obrigações (o dar, o receber e o retribuir) presentes na base teórica sobre a dádiva (MAUSS, 1974), que explica as relações de reciprocidade permeadas pela moral solidária, cujo teor valorativo direciona os indivíduos a fortalecerem os laços entre si, colaborando para sustentar os grupos de produção e as redes de produção, comercialização e consumo (FORTES; GONÇALVES, 2013, p. 1516).

Os agentes da Cáritas entrevistados por Forte e Gonçalves (2013) enfatizam que a noção de solidariedade propagada pela organização e que está presente em suas ações, que incluem a atuação junto a empreendimentos da economia popular solidária, desenvolvem-se no sentido de uma “caridade libertadora”, que se volta a um discurso de “libertação”, sendo antagônica ao sentido da caridade como esmola ou assistencialismo. O que se almeja é a construção de uma sociedade “plenamente democrática, justa, fraterna, do respeito à alteridade, da igualdade entre os sujeitos e os povos, de homens e mulheres livres para pensar os rumos da sua vida e da sua sociedade” (p. 1520), e não uma caridade que alimenta a condição de assistidos ou dependentes da caridade. Busca-se atingir esse ideal de sociedade por meio de uma pedagogia para a “cultura da solidariedade”, propagada pela Cáritas Brasileira.

As representações de Marly e Aila se assemelham à noção de solidariedade trabalhada pela Cáritas de um dom caritativo (GODELIER, 2001), o qual cria laços sociais que são sustentados por essa *moral solidária* da qual fala Forte e Gonçalves (2013). Já a representação de Fernanda acerca da solidariedade caminha mais no sentido da troca de experiências entre os sujeitos, não enfatizando a questão de ajudar a melhorar a condição de vida do próximo, mas ter sua vida também melhorada por meio do apoio dos associados e associadas, com o qual compartilha alguns momentos.

Por meio dos relatos das associadas, percebemos que os significados acerca da solidariedade são construídos em duas dimensões: nas vivências, sem que se preocupem em dar nome de solidariedade ao que fazem; e no âmbito institucional, onde o fazer tem um nome, é instituído formalmente.

No que se refere às relações existentes entre os grupos que participam da Rede, Aila observa que poderiam ser relações mais próximas, entretanto, pelos custos que isso requer, como deslocamento, por exemplo, essa relação de proximidade não é possível. Dessa forma, quando há possibilidade de encontro, como nas reuniões, nas feiras ou em atividades culturais das Bodegas, são realizadas trocas tanto de experiências como de produtos.

Eu vejo assim, que poderia ser mais, ter umas relações mais... porque não é todo mês que se encontra. Porque como você já citou é difícil, é longe, custa, e tem que ter dinheiro pra arcar com viagem de um e de outro. Mas assim, sempre que pode, tem reunião, tem reunião que elas fazem que tem uma troca, uma troca de experiências, uma troca de produtos, né? Eu acho que eu já participei de duas dessas. Que a bodega leva os produtos da região daqui, a outra vem de lá, a outra vem de lá, então aquilo pode ser comercializado ali numa mesa, né? E também tem muito essa coisa, que vem produto de lá pra Bodega de Aracati, daqui vai pra lá, então tem essa troca. Não é muito, porque como é longe não dá. As vezes quando tem a festinha da Bodega daqui, aí vem as pessoas das outras. Lá também. Tem uma feira que às vezes vai pessoas daqui, vai pessoas de lá, aí acabam se encontrando. Não é aquela participação bem frequente, mas sempre que pode acontece (Aila, em entrevista realizada em 10/10/2016).

Aila avalia a relação entre as Bodegas como positiva. Ao se reunirem e trocarem suas experiências, que se assemelham em diversos aspectos, principalmente no que concerne aos desafios enfrentados para a produção e a comercialização dos produtos, há um sentimento de identificação com um mesmo projeto político, o da Economia Solidária, entre os integrantes. No discurso de Aila, essa identificação entre os grupos proporciona o fortalecimento entre eles. As atividades realizadas em grupo, por meio da cooperação entre eles, como as assembleias e as prestações de conta, que aponta como uma atividade transparente, clara para todos, gera um sentimento de confiança, de um trabalho de cooperação.

A gente tem, sempre que tem reuniões, porque assim, tem reuniões que são de todas as Bodegas, né? Uma assembleia geral que todas as Bodegas participam. [...] E é assim, esses encontros que vem pessoas de várias comunidades, que assim, os desafios deles são os mesmos nossos, né? E são muito parecidos com o que a gente tá procurando, então acaba um

fortalecendo o outro. [...] é um grupo, é uma cooperativa né? (Aila, em entrevista realizada em 10/10/2016).

Entretanto, como as entrevistas demonstram, não são todos os associados que participam desses momentos, de forma que os laços de reciprocidade, de solidariedade, são formados e fortalecidos por apenas uma parte dos associados.

Mesmo com as dificuldades que a Rede Bodega enfrenta e a impossibilidade de se auto-sustentar sem a ajuda de recursos advindos de projetos governamentais, Aila considera a Bodega como um empreendimento que ajuda o pequeno produtor.

Entre as mulheres integrantes da Rede que entrevistei, tanto em Fortaleza como na Prainha, Aila é a única que tem outra fonte de renda consolidada e que lhe proporciona uma maior estabilidade financeira. Assim, o trabalho na pousada é sua prioridade, apesar de gostar muito de trabalhar com artesanato. Diferente das outras mulheres, Aila tem o artesanato como uma atividade para se fazer no “tempo livre” e como um complemento na renda, e não como sua atividade primordial.

3.4.3 Mulheres e a Economia Solidária

Segundo dados divulgados pela Senaes em 2007, os homens representam 67% na participação em empreendimentos solidários, enquanto as mulheres representam 36%⁵⁶. No caso da Rede Bodega, a parcela majoritária é de mulheres, sendo o grupo de Fortaleza formado apenas por mulheres. Na reunião que presenciei da Rede em 2013, apenas um homem estava presente, representando os agricultores da Bodega do Povo, de Viçosa do Ceará.

Jussara Costa (2011) chama atenção para a expressiva participação das mulheres na Economia Solidária, e sugere que os indicadores mais importantes para analisar as relações de gênero neste âmbito são os tipos de grupos nos quais a presença das mulheres predomina. De acordo com dados divulgados pela Senaes, as mulheres são maioria nos empreendimentos menores, que agregam até dez pessoas, enquanto os

⁵⁶ Mais informações no *site*: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/>>.

homens predominam nos empreendimentos com mais de vinte pessoas. Os empreendimentos com menor número de integrantes, segundo a autora,

[...] tendem, via de regra, a funcionar na informalidade; acessam poucos recursos, na maioria das vezes do próprio grupo ou de fundos assistenciais de igrejas ou organizações menos restritivas quanto a critérios de viabilidade de investimento e até mesmo ao monitoramento da aplicação. Em boa parte dos casos, as atividades que desenvolvem funcionam como complemento à renda obtida com outras atividades ou por outros membros das famílias. Mesmo assim, conseguem sobreviver às dificuldades, surpreender na capacidade de serem autogestionários e participar com frequência de organizações políticas como fóruns e redes (p.21-22).

Para justificar a presença expressiva das mulheres em tais tipos de empreendimentos, ou seja, os menores, Costa (2011) afirma haver uma relação entre a necessidade que as mulheres têm de conciliar o trabalho no empreendimento solidário com o trabalho no âmbito familiar. Desta forma, não dispõem de tempo para os complexos mecanismos da formalização e gestão econômico-financeira do empreendimento, sendo este um fato relevante que agrava a situação de precarização que já experimentam as que vivem na informalidade.

As mulheres da Rede Bodega as quais entrevistei, tanto as da Budegama como as da BNVS, têm o trabalho doméstico como atividade de sua responsabilidade. Mesmo as que têm maridos e filhos que também realizam as tarefas domésticas, a maior parcela de trabalho é delas, de forma que conciliam o trabalho fora de casa com os trabalhos domésticos.

Lechat (2004) ressalta que, mesmo não sendo um adjetivo qualificativo da Economia Solidária, entre os valores e representações que acompanham a apresentação desta há a questão do feminino. A autora observa que a Economia Solidária é, muitas vezes, apresentada como uma economia do feminino, da doação, principalmente por autores como Marcos Arruda⁵⁷ e Paul Singer⁵⁸. Já outros autores se referem a ela de forma mais factual, como um setor onde as mulheres estão em maior número, como é o caso de Luiz Inácio Gaiger e Armando de Melo Lisboa⁵⁹ (2004, p. 124). Lechat expõe um trecho de uma publicação do GT de Economia Solidária para o II Fórum Social

⁵⁷ ARRUDA, Marcos. *O "feminino criador": socioeconomia solidária e educação*. Texto apresentado na ANPED, setembro de 1998.

⁵⁸ Sobre Paul Singer, Lechat aponta que o autor coloca isto mais em suas falas que em seus escritos.

⁵⁹ LISBOA, Armando. Os desafios da economia popular solidária. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 189, p.51-67, out. 2000.

Mundial que diz que “a Economia Solidária resgata a dimensão feminina que está ausente da economia centrada no capital e no Estado” (GT BRASILEIRO de Economia Solidária/FSM, 2002 *apud* Lechat, 2004)⁶⁰. E logo em seguida cita outro trecho de um texto produzido para o Fórum Nacional de Economia Solidária em 2003 que diz:

Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência: a valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e os valores da cooperação e da solidariedade (GT BRASILEIRO de Economia Solidária/FSM, 2003 *apud* Lechat, 2004)⁶¹.

Ou seja, o lugar fundamental da mulher e do feminino nessa economia é apontado como um ponto de convergência, como uma aceitação geral. E a autora se pergunta: “a escolha de uma noção de economia enquanto gestão da casa teria levado a uma assimilação desta à sua administradora tradicional, a mulher?”.

Dando continuidade ao seu pensamento, Lechat aponta que, valendo-se de autores que associam a noção de economia à de solidariedade e trazem a visão de que as mulheres em todas as sociedades sempre encarnaram o símbolo do dom, pode-se levar a pensar que o lado não mercantil e solidário deste tipo de economia seria visto, pelo senso comum, como característica preferencialmente feminina. Entretanto, a autora ressalta que esta visão não é compartilhada por todos os autores, como, por exemplo, Strathern.

Lechat aponta, também, outra vertente da questão feminina com a Economia Solidária, que se baseia na luta das mulheres pelos seus direitos e pelo seu reconhecimento. Alguns autores, como Singer⁶², a apontam como um dos fatores que favorecem a adoção de práticas autogestionárias na Economia Solidária.

Em suma, fazendo um apanhado de estudos acerca da temática, a autora, então, pontua a existência de pelo menos três interpretações quanto à associação entre a economia solidária e o gênero feminino: a primeira é factual, referindo-se à Economia Solidária como um setor onde as mulheres são maioria; a segunda, de senso-comum,

⁶⁰ GT BRASILEIRO de Economia Solidária/FSM. Alternativa concreta de radicalização da democracia, desenvolvimento humano, solidário e sustentável. Porto Alegre, 2002.

⁶¹ GT BRASILEIRO de Economia Solidária. Textos para preparação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Mar. 2003b (via e-mail).

⁶² SINGER, 2002.

associa o lado não mercantil e solidário deste tipo de economia a características preferencialmente femininas; e a terceira, histórica, que relaciona a luta das mulheres por seus direitos à adoção de práticas autogestionárias no seio da Economia Solidária (LECHAT, 2004, p. 124-125).

Sobre a primeira interpretação, factual, Lechat levanta algumas hipóteses explicativas, como:

- 1 – As atividades de economia solidária são, na sua maioria, atividades tradicionais e femininas, como alimentação, costura e artesanato decorativo;
- 2 – São principalmente as mulheres que procuram formas alternativas de renda, pois devem conciliar trabalho doméstico e atividades que proporcionam renda;
- 3 – Os movimentos católicos são grandes fomentadores de empreendimentos econômicos solidários e têm tradicionalmente uma clientela, na sua maioria, feminina;
- 4 – Culturalmente a mulher estaria mais preparada para trabalhar de maneira solidária (p. 124-125).

Sobre a segunda interpretação, que insiste em uma “essência feminina” da Economia Solidária, atribuindo a isso um valor positivo, Lechat aponta que é uma interpretação bastante discutível e que não encontra respaldo em uma antropologia que interpreta o gênero como uma questão cultural, e não de essência. A autora expõe que

Strathern, no seu livro *The gender of the gift*, afirma que o imaginário de gênero estrutura conceitos e relações. No caso em estudo é a economia solidária que é considerada como feminina. Segundo Heilborn, a função feminina, determinada pela especialização biológica dos corpos, ou seja, a da reprodução, é estendida a outros campos, por intermediário de mecanismos ideológicos. Assim, ‘seu caráter primariamente natural é transposto para outras atribuições culturalmente destinadas ao sexo feminino’ como é o caso das tarefas domésticas e de cuidado à prole. Já que estas tarefas são desenvolvidas em geral na esfera da economia de não mercado e da economia não monetária, onde solidariedade tende a ser mais importante do que a concorrência, esta característica vem a ser conceituada culturalmente como feminina (2004, p. 126).

Strathern (1999), em seus escritos e falas, critica o fato de a mulher ser estereotipicamente relegada ao polo sentimental da vida social. Em entrevista a Eduardo Viveiros de Castro e Carlos Fausto⁶³, a autora aponta que a palavra “sociabilidade”, em inglês, significa uma experiência de comunidade, de empatia, e prefere utilizar o termo “socialidade”, já que este não carrega essa conotação sentimental que alguns autores dão a noção de relacionabilidade. Como feminista, a autora diz que repudia tal

⁶³ No limite de uma certa linguagem. *Mana*, vol. 5, n.2, Rio de Janeiro, out. 1999.

sentimentalização, pelo fato, como já falado, da estereotipação de relacionar a mulher com o âmbito sentimental da vida social.

Acerca da terceira interpretação, a histórica, que destaca as conquistas das mulheres nas últimas décadas com relação a uma democratização maior das relações entre os gêneros — que a Economia Solidária pretende que seja um de seus princípios éticos —, Lechat cita Joan Scott, em *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*⁶⁴, quando esta autora destaca que os anarquistas europeus recusavam o casamento burguês e também uma visão de mundo na qual a diferença sexual implicasse em qualquer tipo de hierarquia. Scott escreve: “a nova história abrirá possibilidade para a reflexão sobre atuais estratégias políticas feministas e o futuro (utópico), pois ela sugere que o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça” (SCOTT, 1995, p. 95 *apud* LECHAT, 2004.)

Entretanto Lechat faz uma ressalva, citando o livro *Uma outra economia* — em que dos 21 autores, 10 são mulheres, ou seja, a predominância é de autores — de que mesmo com a forte relação entre a Economia Solidária e o gênero feminino, a mulher ainda ocupa uma posição de invisibilidade na economia em geral, assim como na Economia Solidária. A autora pontua a pouca presença de mulheres entre os intelectuais que participam do campo da Economia Solidária, colocando como um ponto de discussão, entretanto não se aprofunda no debate.

Guérin (2005) aponta que devido à difícil conciliação entre vida familiar e vida profissional, ao constante crescimento de responsabilidades materiais, às dificuldades de acesso à propriedade e ao crédito, geralmente as mulheres são as primeiras a se mobilizarem e se auto-organizarem. Segundo a autora, as experiências associativas são para elas um meio de aliviar o cotidiano e são conduzidas a tais atividades devido às suas necessidades. Como elucidado pelas narrativas das associadas, a autora expõe que “o alívio de suas obrigações por meio de seu compartilhamento e da melhora de seu cotidiano são um primeiro resultado em si” (p. 17).

Aila expressa que a produção do artesanato e o reconhecimento do trabalho bem-feito e bonito aumentam a autoestima das pessoas. O fato de gerar renda, por mais que seja pouca, também estimula a autoconfiança delas. O trabalho ser reconhecido e a geração de renda, assim como o trabalho de formação que a Rede desenvolve através de

⁶⁴ SCOTT, 1995.

palestras e oficinas sobre diversos temas — como empoderamento⁶⁵ feminino, violência doméstica, Economia Solidária —, também têm a intenção de ajudar na promoção da autonomia das mulheres.

E é tão bom assim quando você faz que tem alguém que diz: ‘ai, isso é lindo’, isso deixa a autoestima da gente lá em cima. E tanto que melhorou sabe assim, porque os homens são sempre machistas, né? O meu marido era: ‘É... ‘vai deixar a casa pra ir pra escola ser besta? Fazer trabalho pros outros de graça?’ Mas eles nunca pensam que aquilo me fazia bem, né? E assim, depois veio pra ir pras reuniões, passar três dias fora. Isso nas primeiras vezes é difícil pra eles aceitarem.. hoje não, hoje ele já tá... e eu deixo sempre assim ó: ‘minha família já tá criada, se tiver alguém pra dar curso eu vou, se for preciso eu passar três dias numa experiência eu vou e você se vire’. Mas né todo homem que... é bem complicado. E assim, e você ter um dinheirinho seu, sabe? É seu, que foi conquistado com suas mãos, com seu suor, é muito bom. Eu não gosto de ser dependente de marido não. E eu sou assim, aqui em casa eu sou à frente de tudo, de tudo, de tudo. Se eu sair... é como se... As coisas não caminham. E eu tento às vezes deixar bem... Às vezes, tu até já viu, às vezes eu passo um carão nele, fico puxando a orelha dele, mas é todo tempo assim (Aila, em entrevista realizada em 15/09/2016).

Eu acho... até porque assim... a autoestima da gente cresce mais. Porque assim ‘olha, eu tô fazendo os meus produtos, tô colocando lá na Bodega, tá valorizando, tá...’ e acho que tem mais mulheres e assim já vi muitas mulheres falarem que depois disso tem seu dinheirinho pra comprar isso, sai de casa vai pra uma reunião. Já tem, já se relaciona com outras pessoas, a história de outras pessoas que são parecidas, aí uma dá força pra outra. Aí assim, acho que é muito bom. A gente vai pra feira, conhece outras mulheres, nossa é... eu acho. A auto estima da gente vai lá pra cima. As reuniões, as decisões, o coletivo, assim a construção. É muito... (Aila, em entrevista realizada em 10/10/2016).

Fernanda frisa a mudança em suas relações sociais e a melhoria na renda:

Mulher, mudou assim mais a minha timidez. Eu era muito tímida. Aí depois eu comecei a sair mais a Aila e a Marly, aí eu comecei a ver o pessoal. É tanto que no início a Marly dizia assim: ‘Fernanda, fala. Fernanda, fala’. Só faltava nem falar o nome (risos). Aí eu era muito tímida. Aí foi um desenvolvimento, né? Eu me desenvolvi mais. E assim, a renda melhorou né? E o conhecimento, de conhecer gente, aprender, foi muito bom (Fernanda, em entrevista realizada em 14/09/2016).

Marly corrobora o pensamento de Aila e Fernanda:

⁶⁵ Neste trabalho, refiro-me ao conceito de empoderamento na perspectiva de que o empoderamento “como processo e resultado, pode ser concebido como emergindo de um processo de ação social no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder” (BAQUERO, 2012, p. 181).

Uma das questões que eu acho, que é a questão da valorização, da autoestima. Isso eu acho que é o que mais a gente percebe. E, claro, vem também a questão financeira, né? Você consegue ter um pouco mais. Mas eu acho que o que a gente consegue ter mais forte é essa valorização que a pessoa acabava recebendo e reconhecendo, né? Que ela tem um valor e que ela, assim... A autoestima dela, ela se vê com um outro olhar que antes, ela se vê melhor, acho que é isso (Marly, em entrevista realizada em 04/04/2017).

Aila, assim como as outras mulheres que entrevistei, expressa que o cuidado da casa, quem resolve a maioria dos problemas da ordem do doméstico, do privado, é ela. E mesmo quando diz poder ir para reuniões, passar alguns dias fora por conta do trabalho, justifica esse poder de se ausentar por já ter cumprido sua principal tarefa, que é cuidar da família. Assim como Aila, os discursos de outras mulheres da Rede também dão a mesma explicação para poder passar tanto tempo fora de casa, que é o fato de não necessitar mais ter tanta responsabilidade com a prole.

Segundo Suely Kofes (1994), tanto as relações familiares como a unidade doméstica são constituídas por homens e mulheres, mas o doméstico (este sendo compreendido como sentido, e não como esfera) é uma categoria de gênero feminino: “define-se por, e é definidor de feminino” (1994, p. 131). De acordo com a autora, “concebidos como femininos – mulher e doméstico – pode ser mais compreensível porque, em sociedades modernas, mulheres, que realizam as mais distintas experiências profissionais, encontram-se ainda associadas ao doméstico” (1994, p. 131).

Desta forma, são atribuídas às mulheres as responsabilidades vinculadas à reprodução, que inclui proporcionar o bem-estar e a sobrevivência da família por meio da manutenção do lar, realizando tarefas como a limpeza da casa, o preparo da comida, a educação dos filhos, fazer compras, cuidar da saúde da família. Enquanto os homens são vinculados culturalmente ao setor produtivo, relativo à produção de bens para o consumo ou a venda, à mulher é atribuído, pela sociedade, o papel materno (DI CIOMMO, 2007).

Garcia *et al.* (2013), em pesquisa avaliativa sobre um projeto de desenvolvimento voltado para mulheres com o intuito de promover mudanças nas relações de gênero no meio rural, apontam que

Incontáveis projetos de desenvolvimento voltados para mulheres e geração de renda nada oferecem à perspectiva da mudança radical nas relações de gênero, para reconstruí-las em bases democráticas e não-hierárquicas. São projetos que buscam renda e trabalho e, no máximo, a aquisição de uma

autoestima mais elevada entre as mulheres por meio da formação, capacitação e maior sociabilidade. São metas que não substituem a proposta para alterar as relações de gênero e redistribuir o poder entre os sexos (2013, p. 252).

Apesar da avaliação positiva por parte das mulheres participantes do projeto, que apontam terem adquirido novas posturas a partir dos conhecimentos partilhados nas oficinas, os autores enfatizam que, no que concerne à mudança nas relações de gênero e empoderamento feminino, pouca mudança ocorreu. Considerando a elevação da autoestima e da autoimportância de grande valor para a vida das mulheres, os autores pontuam que isso não substitui a ideia de empoderamento e autonomia.

Nas narrativas das mulheres da BNVS, que enfatizam o aumento da autoestima, a maior sociabilidade, a valorização do trabalho e a melhoria da renda, percebemos, como inferido pelos autores, que valores propagados pela Rede Bodega e trabalhados por meio de palestras e oficinas, como o empoderamento feminino, não são alcançados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As histórias de vida das três associadas da Bodega Nordeste Vivo e Solidário nos permite conhecer acerca de uma relação econômica inserida nas relações sociais (POLANYI, 2000), não descartando as diferenças entre os sujeitos dessa relação. Ao analisá-las, podemos compreender como são construídos os significados de solidariedade para elas e suas representações acerca da Economia Solidária. As histórias de vida, analisadas como propõe Kofes (1994) – como fonte de informação, como evocação e como reflexão – nos informa sobre o contexto social mais amplo, assim como nos permite compreender um pouco do contexto social em que elas vivem e como percebem o trabalho na Economia Solidária e em que medida este muda suas condições de vida e suas relações sociais, políticas e econômicas, o que nos dá um largo campo de pesquisa.

Analisando as representações de Aila, Fernanda e Marly, percebemos como a ênfase na ajuda ao próximo, no pensar no outro e no coletivo, em detrimento de pensar somente em si, convergem com a noção de solidariedade propagada pela Cáritas, que trabalha com a pedagogia da “cultura da solidariedade”, enfatizando a “caridade libertadora”, ao invés da caridade como esmola.

Essa moral solidária possibilita a criação de laços sociais – ao mesmo tempo em que é possibilitada por eles – que permeiam as relações de troca existentes nos empreendimentos econômicos solidários, ultrapassando os limites da esfera do econômico e englobando as diversas instituições da sociedade (MAUSS, 1974). O dom existente nas relações, a reciprocidade, quanto mais sólidos, mais colaboram com a permanência da existência dos grupos. A necessidade de recursos advindos do Estado ou de editais lançados por outras instituições demonstram a carência de políticas públicas para a Economia Solidária.

Percebemos que as mulheres mais envolvidas na gestão, nas reuniões, têm um conceito mais claro do que seja a Economia Solidária, e a identificação em torno de um projeto político comum se dá nos associados mais envolvidos.

No que concerne aos objetivos almejados pela BNVS, alguns foram alcançados, como a melhoria na renda e o resgate da autoestima. Entretanto, a autonomia financeira não demonstra estar próxima de ser obtida. As dificuldades relatadas, como a dificuldade em lidar com a sazonalidade da produção da agricultura

familiar, assim como o não atendimento da demanda por tais produtos, permanecem mesmo após anos de existência dos grupos. A falta de estratégias para contornar tal situação colabora para dificultar tal independência, que acaba por aumentar a rotatividade dos associados, os quais procuram outros trabalhos que lhes tragam um retorno financeiro mais garantido. Problemas na gestão dos grupos, como desentendimentos, também fomentam essa rotatividade.

Pelos relatos das mulheres entrevistadas, percebemos que a gestão é coletiva: A Rede Bodega é gerida pelos associados em parceria com a Cáritas Regional Ceará, e a BNVS apenas pelos associados. Entretanto, tal gestão não engloba um grande número de associados; a maior parte participa apenas da produção.

Um dos pontos positivos da Rede Bodega é que, por meio do projeto de comercialização, os artesãos associados da Prainha, por exemplo, puderam deixar de vender para atravessadores por preços abaixo do mercado, pois na Bodega eles produzem e também comercializam, eliminando esse terceiro elemento.

No que concerne ao trabalho que as mulheres realizam na Economia Solidária, as narrativas nos mostram que o trabalho artesanal ainda é visto como uma atividade para se realizar em horários livres e é considerado de menor importância, apenas como uma ajuda para a renda familiar. As mulheres continuam vendo o trabalho artesanal como uma atividade para melhorar a renda, um trabalho “leve” (PAULILO, 1987), e não como um trabalho com o mesmo valor do trabalho considerado “pesado”, porém com especificidades diferentes.

Inferimos também que há uma melhora na vida de algumas mulheres que participam de empreendimentos econômicos solidários, entretanto a existência de relações igualitárias nesse âmbito ainda é utópica, não havendo empoderamento nem autonomia no que concerne à lógica do mercado. O empoderamento dessas mulheres ainda é mais profícuo na lógica da reciprocidade, no âmbito social.

Tais dados nos fazem refletir sobre a necessidade de se trabalhar de forma mais enfática com estratégias que possibilitem a autonomia das mulheres em todas as esferas, para que possa haver de fato uma Economia Solidária que atenda aos princípios que prega, de uma economia que preza, também, pela igualdade nas relações sociais de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Gláucia Furtado Brasil de. **Avaliação dos impactos do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS) na experiência de economia solidária da AMA/Buddeg'AMA**. 155 p. Dissertação (Mestrado em avaliação em Políticas Públicas). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. **Empoderamento: instrumento de emancipação social? – Uma discussão conceitual**. Revista Debates, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012.

BERTAUX, Daniel. **Los relatos de vida: perspectiva etnosociológica**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

CÁRITAS CEARÁ. **Rede Bodega tecendo histórias de vida e transformação!** Edição 02. Ano 02. Ano de publicação: 2015.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015- 2019)**. Brasília, 2015.

COSTA, Jussara C. **Mulheres e economia solidária: hora de discutir a relação**. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 19-27, jan./jun. 2011.

DI CIOMMO, Regina Célia. **Pescadoras e pescadores: a questão da equidade de gênero em uma reserva extrativista marinha**. Ambient. soc. [online]. vol. 10, no. 1, pp. 151-163. 2007.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FORTE, J. P. S.; GONÇALVES, A. F. **A Cáritas Brasileira e a Economia Popular Solidária: o Agente de Cáritas e a Caridade Libertadora**. Horizonte, Belo Horizonte, v. 11, n. 32, p. 1506-1524, out./dez. 2013.

GARCIA, L.; NASCIMENTO, S. S.; SOUSA, S. S. E.; RIBEIRO, J. **Família como armadilha: o outro lado da agricultura familiar**. Revista de Ciências Sociais, n. 38, pp. 251-269, abril 2013.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GODELIER, Maurice. A racionalidade dos sistemas econômicos. In: Carvalho, Edgar Assis (org.); Fernandes, Florestan (coord.). **Godelier. Antropologia**. São Paulo: Ática, 1981.

_____. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GONÇALVES, Alícia Ferreira. **Experiências em economia solidária e seus múltiplos**

- Sentidos.** Revista Katálysis, Florianópolis, v. 11 n. 1 p. 132-142 jan./jun. 2008.
- _____. **Experiências em economia solidária no Estado do Ceará.** Campinas, SP: Unicamp/CMU - publicações; Arte Escrita, 2009a.
- _____. **Economia da dádiva e os fundos rotativos solidários. Reciprocidade e mercado em comunidades rurais no Estado da Paraíba.** Projeto de Pesquisa, CNPq, 2009b.
- _____. **A história dos fundos rotativos solidários no Estado da Paraíba: A construção político-institucional de uma política pública.** Revista Gestão Pública: Prática e Desafios, Recife, v. I, n. 1, fev. 2010.
- GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária.** Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2005.
- GUSSI, A., SANTOS FILHO, C.; ALMEIDA, G. F. B. **A experiência de fomento público a fundos rotativos solidários no Nordeste: o caso da Rede Bodega.** IPEA. Mercado de trabalho, n. 50, 2012.
- HEILBORN, M. L. **Conversa de portão: juventude e sociabilidade em um subúrbio carioca.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 1984.
- KOFES, Suely. **Uma trajetória, em narrativas.** Campinas: Mercados de letras, 2001.
- _____. **Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites.** Cadernos Pagu, n.3, p. 117 – 141, 1994.
- _____. **Categorias analítica e empírica: gênero e mulher: disjunções, conjunções e mediações.** Cadernos Pagu (1), pp. 19-30, 1992.
- LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária: um movimento internacional.** Revista crítica de Ciências Sociais, nº 84, p. 7 – 47, 2009.
- LECHAT, Noelle Marie Paule. **Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil.** 392 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004.
- LEITE, Marcia de Paula. **A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades.** RBCS, Vol 24 nº 69, p. 31 – 51, 2009.
- MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes de Colaboração Solidária.** 2005
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Formas e razão de trocas nas sociedades arcaicas. In **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: EDUSP, 1974.
- NOBRE, Miriam. Mulheres na Economia Solidária. In: **A Outra Economia.** Porto Alegre: Editora Veraz e Unitrabalho, 2003.
- PAULILO, Maria Ignez S. **O peso do trabalho leve.** Revista Ciência Hoje- nº 28, 1987.

PAULINO, Antonio George Lopes. **Economia Solidária como Projeto Cultural e Político: A experiência do Banco Palmas**. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

_____. **Banco Palmas: elementos para uma reflexão acerca da institucionalização da economia solidária no Brasil**. ANAIS IV REA / XIII ABANNE, 2013.

PEREIRA, Janainna Edwiges de Oliveira. **A experiência de um empreendimento solidário de mulheres de Fortaleza, em narrativas biográficas**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2014.

POCHMANN, Marcio. **Economia Solidária no Brasil: possibilidades e limites**. IPEA, 2004.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

REDE BODEGA. **Relatório Final do Projeto Rede Bodega: Constituinte Fundos de Produção e Comercialização Solidária** – período agosto de 2008 a julho de 2010. (Relatório) Fortaleza, 2010.

SAHLINS, Marshall. **Cosmologias do capitalismo**. In: **Cultura na prática**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes)**. IPEA, 2014.

_____. **Senaes: Uma experiência brasileira de política de economia solidária**. In **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho et al (Orgs.). Porto Alegre: Ed. da UFRGS, p. 201-206, 2006.

SENAES/MTE. **Oito anos da SENAES: Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no Governo Federal 2003/2010**. Brasília, junho de 2012

STRATHERN, Marilyn. **No limite de uma certa linguagem**. Mana, vol.5, n.2, Rio de Janeiro, Oct. 1999.

_____. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na melanésia**. Tradução: André Villalobos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

TESSAROLO, Enzo; KROHLING, Aloísio. **A passagem do programa comunidade solidária para o programa bolsa família: continuidades e rupturas**. CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais Número 16, Pág.74–92, Março de 2011.

SITES CONSULTADOS:

<http://www.suinculturaindustrial.com.br/imprensa/cooperativas-lotam-plenario-de-comissao-para-pedir-manutencao-de-politica/20160929-083417-e269> (Acesso em 12/11/2016)

<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/ceara-e-o-segundo-em-economia-solidaria-1.666086> (Acesso em 10/11/2016)

<http://caritas.org.br/> (Acesso em 09/07/2017)

ANEXOS

ANEXO I – Roteiro de entrevistas

[Parte I]

- 1 – Fale de você, de sua **história** (origem, pais, escola, religião, adolescência)
- 2 – Quais os fatos, os relatos da sua **trajetória profissional** que você recorda?
- 3 – Fale do que você gosta (lazer, etc.)
- 4 – **Faça uma retrospectiva dos fatos vividos, destaque os acontecimentos marcantes na sua vida.**

[Parte II]

- 5 – Como você começou na Bodega/Rede Bodega? **Como começou na Ecosol?**
- 6 – Fale sobre a BNVS hoje. As pessoas, o trabalho, as funções (atribuições), as feiras, as reuniões (relação com as outras bodegas/outros empreendimentos solidários)
- 7 – Qual a principal **mudança** que você considera que aconteceu na sua vida depois de entrar na Coapsol? Melhorou as condições de vida? (o que tem possibilitado e o que conseguiu diante do que planejou)
- 8 – Como você pode **reconstruir a BNVS e sua história** dentro dela? (Relacionamento pessoal e profissional com a BNVS; metáforas, significações próprias).

[Parte III]

- 9 – O que é solidariedade pra você?
- 10 – Como vocês trabalham a questão da solidariedade na Bodega?
- 11 – E como é a relação de vocês da BNVS com os integrantes das outras bodegas?

ANEXO II – Carta de Princípios da Economia Solidária

Carta de Princípios da Economia Solidária

1. Origem e cenário atual

A Economia Solidária ressurge hoje como resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza.

Nos primórdios do capitalismo, as relações de trabalho assalariado - principal forma de organização do trabalho nesse sistema - levaram a um tal grau de exploração do trabalho humano que os(as) trabalhadores(as) organizaram-se em sindicatos e em empreendimentos cooperativados. Os sindicatos como forma de defesa e conquista de direitos dos/as assalariados/as e os empreendimentos cooperativados, de auto-gestão, como forma de trabalho alternativa à exploração assalariada.

As lutas, nesses dois campos, sempre foram complementares; entretanto a ampliação do trabalho assalariado no mundo levou a que essa forma de relação capitalista se tornasse hegemônica, transformando tudo, inclusive o trabalho humano, em mercadoria.

As demais formas (comunitárias, artesanais, individuais, familiares, cooperativadas, etc.) passaram a ser tratadas como "resquícios atrasados" que tenderiam a ser absorvidas e transformadas cada vez mais em relações capitalistas.

A atual crise do trabalho assalariado, desnuda de vez a promessa do capitalismo de transformar a tudo e a todos/as em mercadorias a serem ofertadas e consumidas num mercado equalizado pela "competitividade". Milhões de trabalhadores/as são excluídos dos seus empregos, amplia-se cada vez o trabalho precário, sem garantias de direitos. Assim, as formas de trabalho chamadas de "atrasadas" que deveriam ser reduzidas, se ampliam ao absover todo esse contingente de excluídos.

Hoje, no Brasil, mais de 50% dos trabalhadores/as, estão sobrevivendo de trabalho à margem do setor capitalista hegemônico, o das relações assalariadas e "protegidas". Aquilo que era para ser absorvido pelo capitalismo, passa a ser tão grande que representa um desafio cuja superação só pode ser enfrentada por um movimento que

conjugue todas essas formas e que desenvolva um projeto alternativo de economia solidária.

Neste cenário, sob diversos títulos - economia solidária, economia social, socioeconomia solidária, humanoeconomia, economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão etc, têm emergido práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo.

Mas seu horizonte vai mais além. São práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

As experiências, que se alimentam de fontes tão diversas como as práticas de reciprocidade dos povos indígenas de diversos continentes e os princípios do cooperativismo gerado em Rochdale, Inglaterra, em meados do século XIX, aperfeiçoados e recriados nos diferentes contextos socioculturais, ganharam múltiplas formas e maneiras de expressar-se.

2. Convergências - O que é a Economia Solidária

Princípios gerais

Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência:

1. a valorização social do trabalho humano,
2. a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
3. o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade,
4. a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e
5. os valores da cooperação e da solidariedade.

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de

um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

1. O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.
2. A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.
3. A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.
4. A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.
5. Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.
6. A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

Princípios específicos

Por um sistema de finanças solidárias

1. Para a Economia Solidária o valor central é o direito das comunidades e nações à soberania de suas próprias finanças. São alguns dos elementos fomentadores de uma política autogestionária de financiamento do investimento do nível local ao

nacional:

2. A nível local, micro, territorial: os bancos cooperativos, os bancos éticos, as cooperativas de crédito, as instituições de microcrédito solidário e os empreendimentos mutuários, todos com o objetivo de financiar seus membros e não concentrar lucros através dos altos juros, são componentes importantes do sistema socioeconômico solidário, favorecendo o acesso popular ao crédito baseados nas suas próprias poupanças.
3. A nível nacional, macro, estrutural: a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário utilizando moedas comunitárias; o consequente empoderamento financeiro das comunidades; o controle e a regulação dos fluxos financeiros para que cumpram seu papel de meio e não de finalidade da atividade econômica; a imposição de limites às taxas de juros e aos lucros extraordinários de base monopólica, o controle público da taxa de câmbio e a emissão responsável de moeda nacional para evitar toda atividade especulativa e defender a soberania do povo sobre seu próprio mercado.

Pelo desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias

A Economia Solidária permite articular solidariamente os diversos elos de cada cadeia produtiva, em redes de agentes que se apóiam e se complementam:

1. Articulado o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico e do nível local até o global, a economia solidária amplia as oportunidades de trabalho e intercâmbio para cada agente sem afastar a atividade econômica do seu fim primeiro, que é responder às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade e dos próprios agentes econômicos.
2. Consciente de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cada agente econômico busca contribuir para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica que resultam em melhor qualidade de vida e trabalho para cada um e para todos.
3. A partilha da decisão com representantes da comunidade sobre a eficiência

social e os usos dos excedentes, permite que se faça investimentos nas condições gerais de vida de todos e na criação de outras empresas solidárias, outorgando um caráter dinâmico à reprodução social.

4. A Economia Solidária propõe a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência, mantendo vínculos de fortalecimento com redes da cadeia produtiva (produção, comercialização e consumo) espalhadas por diversos países, com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis.
5. A economia solidária promove o desenvolvimento de redes de comércio a preços justos, procurando que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam repartidos mais equitativamente entre grupos e países.
6. A economia solidária, nas suas diversas formas, é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, visando a suficiência em resposta às necessidades de todos e o desenvolvimento genuinamente sustentável.

Pela construção de uma Política da Economia Solidária num Estado Democrático

1. A Economia Solidária é também um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa.
2. A Economia Solidária estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa.
3. A Economia Solidária exige o respeito à autonomia dos empreendimentos e organizações dos trabalhadores, sem a tutela de Estados centralizadores e longe das práticas cooperativas burocratizadas, que suprimem a participação direta dos cidadãos trabalhadores.
4. A economia solidária, em primeiro lugar, exige a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores, que as políticas neoliberais pretendem eliminar.

5. Preconiza um Estado democraticamente forte, empoderado a partir da própria sociedade e colocado ao serviço dela, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãs de cada um e de todos.
6. O valor central é a soberania nacional num contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações. O Estado democraticamente forte é capaz de promover, mediante do diálogo com a Sociedade, políticas públicas que fortalecem a democracia participativa, a democratização dos fundos públicos e dos benefícios do desenvolvimento.
7. Assim, a Economia Solidária pode constituir-se em setor econômico da sociedade, distinto da economia capitalista e da economia estatal, fortalecendo o Estado democrático com a irrupção de novo ator social autônomo e capaz de avançar novas regras de direitos e de regulação da sociedade em seu benefício.

3. A Economia Solidária não é:

1. A economia solidária não está orientada para mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal.
2. A Economia solidária rejeita as velhas práticas da competição e da maximização da lucratividade individual.
3. A economia solidária rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da natureza às custas da espoliação do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais no Norte em troca de zonas de reserva no Sul.
4. A economia solidária confronta-se contra a crença de que o mercado é capaz de auto-regular-se para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais.
5. A economia solidária confronta-se contra a lógica do mercado capitalista que induz à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital.
6. A economia solidária é uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas e que um número sempre maior de

trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista.

7. A economia solidária nega a competição nos marcos do mercado capitalista que lança trabalhador contra trabalhador, empresa contra empresa, país contra país, numa guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todos e ganha quem for mais forte, mais rico e, freqüentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.
8. A economia solidária busca reverter a lógica da espiral capitalista em que o número dos que ganham acesso à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número dos que só conseguem compartilhar a miséria e a desesperança.
9. A economia solidária contesta tanto o conceito de riqueza como os indicadores de sua avaliação que se reduzem ao valor produtivo e mercantil, sem levar em conta outros valores como o ambiental, social e cultural de uma atividade econômica.
10. A Economia solidária não se confunde com o chamado Terceiro Setor que substitui o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a emancipação dos trabalhadores enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Economia Solidária afirma, a emergência de novo ator social de trabalhadores como sujeito histórico.

junho de 2003, III Plenária Nacional da Economia Solidária